

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maria Eduarda Oliveira Dall'Áqua

**AS MULHERES NA POLÍTICA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA SOBRE O
USO DA CATEGORIA GÊNERO**

Santa Maria, RS
2019

Maria Eduarda Oliveira Dall'Áqua

**AS MULHERES NA POLÍTICA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA SOBRE O
USO DA CATEGORIA GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Relações Internacionais da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito
parcial para obtenção do título de **Bacharel em**
Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariana Selister Gomes

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

Este trabalho apenas foi possível pela dedicação, apoio e ajuda de várias pessoas. Queria agradecer a todas e a todos pela ajuda e compreensão durante este ano, principalmente à minha orientadora Profª. Drª. Mariana Selister Gomes, que vem me ajudando - assim como ajudando várias outras mulheres do curso de Relações Internacionais - a construir um arcabouço teórico que me fez ter certeza do que eu realmente queria pesquisar. Além disso, num curso sem nenhuma professora, foi muito importante ter o exemplo da professora, que sempre nos apoia e ajuda no que precisamos, e dá forças para que nós, mulheres, consigamos mais do que podíamos imaginar.

Ao professor Júlio César Cossio Rodriguez, por ter me sugerido diversas das bibliografias utilizadas nesse trabalho, dando apoio nas questões voltadas para a área de Ciência Política. Suas ideias foram e continuarão sendo importantes para a construção e continuação deste e demais trabalhos que sairão a partir.

À professora Jussara Reis Prá, por ter participado da banca tão cedo na manhã, por suas sugestões excelentes para o aprimoramento deste trabalho, e por ser um exemplo de pesquisadora a ser seguido.

Quero agradecer minha mãe, Dinorá de Oliveira, por ter me apoiado na decisão de um momento de simplesmente me mudar para Santa Maria, sem conhecer nada nem ninguém, para poder cursar Relações Internacionais. Foram quatro anos complicados, de indas e vindas e, por mais que tenhamos expectativas diferentes para o futuro, sei que sempre terei seu apoio e a perspectiva de que farei minha mãe orgulhosa. Agradeço minha família toda, por continuarem me incomodando mesmo de longe, e me incentivarem a dar sempre o meu melhor em tudo que eu faço.

Agradeço também minhas amigas, Maria Julia Coelho, Luiza Cassol e Sabrina Chiuzza, por sempre estarem ao meu lado e me incentivarem a continuar, nesse ano que foi extremamente complicado para quem estuda gênero e política, e resistir. Eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor.

À Karolayni Baldoni, por estar comigo todos os dias, me motivando a escrever e me fazendo pensar fora da bolha, mas também me distraindo dos momentos difíceis.

Às mulheres do Projeto de Extensão Gênero, Interseccionalidade e Direitos Humanos e do Grupo de Pesquisa Metodologia de Pesquisa Feminista e Decolonial: Possibilidades e Desafios, que foram espaços necessários para o meu crescimento na área de gênero, mas também me propiciaram ótimos momentos nesses últimos dois anos.

Ao curso e professores de Relações Internacionais da UFSM, por ser tão diverso em teorias e pensamentos e propiciar o estudo e crescimento de tantos alunos todos os dias. Foram quatro anos de muito aprendizado, que espero ter aproveitado ao máximo.

À própria Universidade Federal de Santa Maria, uma universidade pública, gratuita e de qualidade, que resiste perante as investidas negativas contra universidades públicas. Que continue

resistindo e possibilitando o ensino, pesquisa e extensão da população brasileira, assim como fez a mim.

Agradeço a todas e todos que se fizeram presentes na minha vida, de uma forma ou de outra, vocês me ajudaram a ser quem eu sou hoje.

RESUMO

AS MULHERES NA POLÍTICA: UMA REVISÃO BIBLIOMÉTRICA SOBRE O USO DA CATEGORIA GÊNERO

AUTORA: Maria Eduarda Oliveira Dall'Áqua

ORIENTADORA: Mariana Selister Gomes

A pesquisa objetiva compreender de que maneiras as mulheres foram deixadas como sujeitos de segunda classe quando da construção da Sociedade Moderna, percebendo de que forma a estrutura patriarcal moderna ainda atua para a manutenção do poder masculino na sociedade. Para a parte empírica, objetiva sistematizar as temáticas dos artigos publicados nos últimos quatro anos nas principais revistas de Gênero e Ciência Política, analisar a relevância das quatro dimensões da categoria gênero (cultural, institucional, normativa, subjetiva) em tais artigos, e identificar o uso das categorias gênero, mulheres e patriarcado, de modo a compreender se tais conceitos continuam a ser utilizados, assim como se as autoras clássicas são citadas com frequência. A metodologia utilizada será qualitativa-quantitativa, utilizando do método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo das hipóteses de que as mulheres foram sistematicamente excluídas da vida política através da estrutura patriarcal, o que é refletido ainda hoje quando analisamos a porcentagem de mulheres eleitas; esse fato impacta na produção acadêmica de Ciência Política, a qual ainda possui um distanciamento com as autoras clássicas dos Estudos de Gênero. Dessa forma, será utilizado o método de revisão bibliométrica, a fim de abranger um grande número de produções científicas, possibilitando uma análise mais completa do que foi publicado nas revistas mais importantes de gênero e ciência política nos últimos 5 anos.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres na Política; Democracia; Patriarcado; Análise Bibliométrica.

ABSTRACT

WOMEN IN POLITICS: A BIBLIOOMETRIC REVIEW ABOUT THE USE OF THE CATEGORY GENDER

AUTHOR: Maria Eduarda Oliveira Dall'Áqua

ADVISOR: Mariana Selister Gomes

This paper aims to comprehend how women were marginalized as second class citizens in the ascension of Modern Society. Furthermore, this paper will analyze the modern patriarchial structure that still maintains male power in society. Empirically, this article will organize the themes of articles published in the main journals of Gender and Political Science in that last 5 years, as well as analyze the relevance of the four dimensions of the gender category (cultural, normative, institutional, and subjective) in said published articles, and identify the use of the categories of gender, women, and patriarchy. In this sense, said concepts will be reviewed to see if they are still relevant and if their main authors are frequently cited. The methodology used is qualitative and quantitative, with a hypothetical-deductive approach. The hypothesis is that women have been systematically excluded from politics through the patriarchal structure, which can be seen if we analyze the numbers of elected women worldwide. Furthermore, it has a great impact on academic productions in Political Science, which is still distanced from classic authors in Gender Studies. A bibliometric review will be used to include a significant amount of scientific production in this work, which will allow an in-depth analysis of what has been published in journals of gender and political science in the past 5 years.

Keywords: Gender; Women in Politics; Democracy; Patriarchy; Bibliometrics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de artigos publicados por ano.....45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Uso dos métodos bibliográfico e bibliométrico em revistas brasileiras.....	36
Quadro 2 - Relação de variáveis e indicadores.....	37
Quadro 3 - Número de artigos publicados por ano nas revistas analisadas.....	39
Quadro 4 - Número de artigos por ano e por revista das quatro temáticas.....	42
Quadro 5 - Quantidade de artigos por dimensão de gênero.....	49
Quadro 6 - Relação de artigos multidimensionais.....	51
Quadro 7 - Utilização dos conceitos gênero, patriarcado, mulher e suas principais autoras.....	56

SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
2. Capítulo 1 – Sobre Gênero, Patriarcado e Democracia Representativa.....	5
1. Gênero.....	5
2. Patriarcado.....	11
3. Democracia – Eleição.....	19
4. Representatividade Política (representação).....	24
3. Revisão Bibliométrica.....	32
1. Metodologia.....	32
2. Análise Temática.....	41
3. Análise das Dimensões de Gênero.....	48
4. Análise dos Principais Conceitos Utilizados.....	56
4. Considerações Finais.....	62
Referências.....	65
Fontes Consultadas.....	68
Apêndice A - Tabela Completa de Análise Bibliométrica.....	74

INTRODUÇÃO

As mulheres compõem mais de 50% da população brasileira, de acordo com o censo do IBGE de 2018¹. Na política, no entanto, continuamos a perceber que o número de homens continua a superar em disparada o de mulheres. Mesmo com a existência de cotas para a participação, a mudança normativa é incapaz de alterar as demais estruturas de gênero existentes na sociedade. É necessário perceber gênero como uma categoria analítica para os estudos de Relações Internacionais, mas isso não é comumente feito. Através da compreensão das relações estruturais formadas pelo patriarcado, podemos compreender de modo mais complexo os funcionamentos não apenas da sociedade nacional, como também do Sistema Internacional.

De acordo com Pateman (1993), foi durante a fundação da Sociedade Moderna que às mulheres foi deixado o posto de sujeitos de segunda classe, devido à criação de um Contrato Social/Sexual, o qual fez com que as mulheres fossem privadas de seus direitos e mantidas como sujeitos do âmbito privado. A estrutura patriarcal da família, a qual é reproduzida no Estado através da criação do Contrato Social/Sexual, no qual os homens mantêm-se como os detentores do poder, institucionaliza a opressão das mulheres através da burocracia estatal (FEDERICI, 2010; PATEMAN, 1993). Pateman (1993) traz que na sociedade moderna, as mulheres seriam subordinadas aos homens por conta de seu sexo e gênero, sendo mais do que apenas o direito paternal que havia sido criticado pelos teóricos contratualistas; para a autora, a “liberdade civil depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 4, tradução nossa). Assim, a autora traz que os contratualistas defendiam que a mulher seria inferior por conta de diferenças naturais, e assim elas seriam incapazes de ser parte de um contrato (como o contrato original social, que garantiria a liberdade de “todos os indivíduos” – apenas do sexo masculino), tornando-se os objetos do contrato. Elas foram legalmente infantilizadas e desprovidas de racionalidade, impactando contemporaneamente na sua capacidade de ação no âmbito político, tendo em vista que são consideradas muitas vezes como incapazes de exercer cargos político (FEDERICI, 2010).

A falta de mulheres em cargos políticos é um reflexo desse sistema patriarcal e machista, tendo uma baixa representatividade feminina em altos cargos nacionais e internacionais. Uma

¹ IBGE Educa. 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em 15/06/2019.

pesquisa feita pela Women In International Politics em 2017 levantou que apenas 6,3% dos chefes de Estado atualmente são mulheres, ou seja, 20 num total de 315. A manutenção do status quo masculino no poder político ocorre diariamente através da inconsciente reprodução da dicotomia homem-público/mulher-privado, da aceitação de um discurso neutro em que todos são vistos como iguais (mesmo que a língua reproduza o masculino como neutro e homem como seres humanos), culminando na baixa taxa de eleição de mulheres quando comparadas a homens.

Gênero na área de Relações Internacionais é um tópico visto como não relevante para o estudo por diversos autores *mainstream* da disciplina. Dessa forma, a teoria feminista das Relações Internacionais não é tão utilizada como poderia para contribuir na análise dos vários âmbitos que compõem o Sistema Internacional. Todavia, é de suma importância perceber que as estruturas que permeiam as relações interpessoais do menor núcleo social, a família, permeiam também as relações políticas intraestatais e interestatais. Sem uma análise da atuação do patriarcado nas diversas áreas da vida social, somos capazes apenas de compreender parte de um todo, ficando cegos por vontade própria ou não, para as dinâmicas de poder que existem quando falamos das estruturas do patriarcado, raça e classe. Percebendo o efeito que o patriarcado exerce sobre a política e o modo como ela é delineada é necessário para analisar a falta de inserção das mulheres na política.

É preciso que mais análises nesse sentido sejam feitas de modo que um trabalho de base na sociedade possa ser criado, de forma a encontrar os reais problemas por que as mulheres passam quando tentam entrar na vida política, assim como os motivos por que elas poderia não querer participar desse âmbito tão importante para a vida em sociedade. A silenciosa separação criada pelo Contrato Sexual (PATEMAN, 1993) deve ser analisada e desnaturalizada, para que a vida pública pertença também às mulheres. A representação feminina na política é necessária para que fomente transformações no pensamento de crianças e jovens, a fim de alterar as construções de gênero montadas sobre estereótipos machistas que visam a manutenção do poder masculino dentro da sociedade.

Precisamos que a política não seja mais feita por homens brancos com alto poder aquisitivo para eles mesmos; a inserção de mulheres, principalmente não-brancas e de classes mais baixas, traz consigo a possibilidade de mudança pacífica que os Estados necessitam para

que seja criada uma sociedade mais igualitária. Essa alternância é capaz de trazer uma mudança para as próprias características do Estado, tendo em visto que mudar sua posição perante o bem estar social internamente é capaz de modificar seu status internacionalmente, assumindo prioridades que visem o bem da população como um todo. É necessário pensar a representatividade das mulheres na política para que se possam promover ações para integrá-las nesse âmbito de um modo eficiente, visando a construção de um sistema mais igualitário e democrático. A participação das mulheres em todos os âmbitos da vida pública é imperativa para que haja um desenvolvimento social, e é necessário que a Ciência Política e as Relações Internacionais sejam capazes de utilizar das noções já consagradas dos Estudos de Gênero. Apenas assim a intersecção entre as áreas será eficiente, e a compreensão do papel das mulheres e as pressões e opressões sofridas por elas poderão ser analiticamente estudadas.

Assim, esse trabalho tem como objetivo geral: analisar as Mulheres na Política, a partir de reflexões teóricas e de pesquisa bibliométrica. Os objetivos específicos teóricos são: I) compreender de que maneiras as mulheres foram deixadas como sujeitos de segunda classe quando da construção da Sociedade Moderna; II) refletir sobre a maneira pela qual a estrutura patriarcal moderna ainda atua para a manutenção do poder masculino na sociedade. Para a parte empírica da pesquisa, buscar-se-á: III) sistematizar as temáticas dos artigos publicados nos últimos cinco anos nas principais revistas de Gênero e Ciência Política; IV) analisar a relevância das quatro dimensões da categoria gênero (cultural, institucional, normativa, subjetiva) em tais artigos, e; V) identificar o uso das categorias gênero, mulher e patriarcado, de modo a compreender se tais conceitos continuam a ser utilizados, assim como se as autoras clássicas são citadas com frequência.

A metodologia utilizada será qualitativa-quantitativa, utilizando do método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo das hipóteses de que as mulheres foram sistematicamente excluídas da vida política através da estrutura patriarcal, o que é refletido ainda hoje quando analisamos a porcentagem de mulheres eleitas; esse fato impacta na produção acadêmica de Ciência Política, a qual ainda possui um distanciamento com as autoras clássicas dos Estudos de Gênero. Dessa forma, será utilizado o método de revisão bibliométrica, a fim de abranger um grande número de produções científicas, possibilitando uma análise mais completa do que foi publicado nas revistas

mais importantes de Gênero e Ciência Política nos últimos 5 anos. Sendo assim, busco analisar como a bibliografia tem analisado a inserção de mulheres na política, a relevância que a categoria gênero e suas quatro dimensões tem para tal análise, e se seu uso é explícito (ou seja, fundamentada) ou implícito (ao utilizar da categoria gênero sem base teórica).

CAPÍTULO 1

SOBRE GÊNERO, PATRIARCADO E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O primeiro capítulo desta monografia pretende discutir as noções teóricas sobre gênero, patriarcado, democracia e representação política, focando o debate de gênero e patriarcado nas autoras clássicas do tema, Joan Scott e Carole Pateman. Essa abordagem foi escolhida a fim de abranger uma compreensão completa do assunto, tendo em vista que essas autoras são a base para qualquer compreensão da temática de gênero e patriarcado, para então poder analisar as atuais discussões sobre essas temáticas no Brasil e como relacionam-se com a política. Dessa forma, o capítulo aborda, em sua primeira parte, as dimensões de gênero trazidas por Scott (1989) e como as percepções tradicionais sobre o papel da mulher criam barreiras para sua inserção na vida pública. Na segunda parte, é feito uma análise quanto ao patriarcado moderno através de Pateman (1988), o qual teria instaurado a divisão público/privado que se encontra na base da democracia liberal estabelecida nos dias de hoje, pela qual podemos perceber que a intenção não era de participação das mulheres na política. Na terceira parte, é colocada em voga o que seria uma democracia, através do que foi teorizado por Schmitter e Karl (1991), Dahl (2003) e Przeworski, mas também os problemas das teorias da democracia, tendo em vista seu começo não universal. Por fim, a quarta parte procura compreender o que seria a representação política, principalmente através de Anne Phillips (1995), a fim de entender a importância da participação de mulheres na política de modo tradicional.

1.1 GÊNERO

No nosso dia a dia, ouvimos e lemos muito a palavra gênero. Entretanto, dificilmente percebemos gênero como uma categoria de análise teórica, assim como foi descrito por Joan Scott. Utilizar gênero apenas como uma palavra sem qualquer viés teórico, como uma mera

designação de feminino e masculino, impossibilita que estudemos com real profundidade a sociedade – considero isso tendo em vista a utilização de gênero pelas feministas americanas, como traz Scott (1989), de uma distinção entre aquilo que é biológico, o sexo, e os papéis sociais. Dessa forma, estudar gênero não seria o mesmo que estudar mulheres, como aparenta o ser, vendo que a categoria é vista como praticamente um sinônimo, mas sim estudar o social. Assim, como disse Nathalie Davis (1975 apud SCOTT, 1989), gênero não pode apenas analisar mulheres, assim como a classe não pode apenas estudar os camponeses, mas entender os papéis sexuais e o simbolismo a fim de transformar a sociedade. Atualmente, não podemos mais considerar que, como Scott (1989) disse, o uso de gênero seria mais neutro que o uso de mulheres – associado à movimentos sociais como o feminismo, o conceito foi erroneamente pintado como apenas um ardil ideológico pelas ondas conservadoras que surgem por todo o globo.

Para a autora, a proposição mais importante da categoria gênero seria sua capacidade de transformar as pesquisas de todas as disciplinas; gênero, raça e classe marcam o interesse em compreender mais profundamente a sociedade, levando em conta suas dinâmicas de desigualdade e o que as ocasiona. Ao utilizarmos pelo menos uma dessas categorias de análise, podemos perceber alterações fundamentais na história que antes era contada apenas através da percepção do vencedor, do homem branco detentor dos meios de produção. Entretanto, a percepção da existência das mulheres na história foi descartada como não afetando a “história de verdade” feita pelos homens, relegando o estudo de sua participação às feministas. É ainda muito forte a percepção de que a história das mulheres e da família não importam para a sociedade, e a afirmação de que o pessoal é político impacta profundamente as bases desse pensamento. Analisar a vida privada como de importância apenas para aqueles que dela fazem parte impede a proteção dos mais vulneráveis, assim como apaga a reprodução das relações de poder em ambos os âmbitos. Da mesma forma, o estudo do público é parcial, pois não é capaz de compreender as consequências desses arranjos de poder na política e não própria existência e construção da democracia (BIROLI, 2015). Apenas assim que passamos a entender, mesmo que minimamente ainda, o quanto as mulheres foram presentes nas sociedades e responsáveis por transformações políticas, sociais e econômicas no Ocidente. Quando pretendemos analisar a história da

desigualdade fora do Ocidente, a dificuldade tende a aumentar, tendo em vista a forte exotização produzida por estudiosos ocidentais quanto a demais sociedades, incluindo as latino-americanas

O conceito de classe, no entanto, possui uma coerência muito maior, segundo Scott (1989), do que raça e gênero. Enquanto a classe surge da teoria de Marx e reformulações posteriores dessa teoria, gênero e raça comportam uma infinidade de utilizações. Gênero, como traz a autora, “comporta um elenco tanto de posições teóricas, quando de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 4). Assim, a autora traz que gênero é mais comumente utilizado de três formas: apenas de forma descritiva, sem uma análise além da mera existência da diferença; como uma ordem causal, aprofundando a análise e criando teorias buscando entender como e porque existem esses fenômenos, e; uma designação das relações sociais entre os sexos. Esse último rejeita a discriminação através da biologia – o gênero apontaria a construção social da diferença entre homens e mulheres, dos papéis criados histórica e socialmente e impostos aos sexos, fixando a sociedade em identidades subjetivas construídas e ditas como normais. Dessa forma, o gênero seria “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989, p. 7). De acordo com Scott (1989), essa perspectiva do gênero não abrange temas como guerra, diplomacia e alta política, tendo em vista que essas temáticas aparentemente coincidem em nada com gênero. As autoras de Relações Internacionais vem contestando essa noção, trazendo a importância dos Estudos de Gênero para essas áreas, como fizeram diversas vezes Cynthia Enloe e J. Ann Tickner. É exatamente a rejeição do “caráter fixo e permanente da oposição binária” (SCOTT, 1989, p. 18) através da “historicização e desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1989, p. 18) que as autoras feministas de Relações Internacionais foram capazes de criar teorias fortes para análises consistentes de gênero no âmbito do Sistema Internacional – e o mesmo aconteceu em diversas outras disciplinas, a fim de demonstrar como as teorias já existentes não apenas eram incapazes de explicar as diferenças entre homens e mulheres como naturalizavam tais diferenças ou apagavam qualquer atuação feminina existente.

Para Scott (1989), precisamos adotar uma percepção mais parecida com a de Foucault para analisar poder, rejeitando a ideia de que esse seria unificado, coerente e centralizado. Através dessa perspectiva, somos capazes de analisar criticamente a história, pois o poder produz

o saber, e todo nosso conhecimento provém da manutenção de estruturas de opressão de gênero, raça e classe. Esse poder foucaultiano seria constituído por diversas relações de poder mantidas através de diferentes áreas da sociedade e da vida, tanto no público quanto no privado.

Assim, a definição de gênero de Scott (1989) é constituída por duas partes e demais sub-partes: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Gênero implicaria, então, quatro elementos relacionados entre si: normativo, institucional, cultural e subjetivo. Mudanças na sociedade, para a autora, sempre acarretariam mudanças nas representações de poder, mesmo que essas mudanças não sigam sempre a mesma direção. A cultura como elemento de gênero, por exemplo, traz símbolos marcantes e normalmente contraditórios (a autora traz exemplos como o de Maria e Eva, entre outros) que demonstram o bom e o ruim da mulher. A cultura também é responsável ao guiar os interesses e expectativas dos sujeitos, em que mulheres e homens são conduzidos a diferentes atividades. Enquanto os homens devem aspirar à política e ao trabalho, as mulheres são levadas a pensar em casamento e maternidade (BIROLI, 2015). O Estado é visto, pelo feminismo, como produtor de práticas sociais – a neutralidade do Estado é masculina, e “constitui a ordem social no interesse dos homens” (MIGUEL, 2015).

O elemento normativo traz “interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1989, p. 21), que para a autora podem estar contidos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e reforçam a noção da oposição entre homem e mulher. Devemos nos atentar a essa normatividade, pois toda a história é escrita como se “essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito” (SCOTT, 1989, p. 21), sendo que a presença de uma única noção esconde por trás diversas outras noções que foram esquecidas ou apagadas a favor de uma capaz de beneficiar os mais poderosos. É interessante trazer aqui o que diz Spinelli (2019) sobre a educação proposta por Rousseau no *Emílio*, em que a educação para o homem busca a fuga da natureza, o desenvolvimento de todas as suas capacidades, enquanto às mulheres (representadas por Sofia no último volume de seu trabalho) resta o natural, que seria aprender a subserviência ao homem.

Da mesma forma, a questão institucional acaba sendo de extrema importância, abrangendo os âmbitos da política, assim como organizações e instituições sociais. As normativas são utilizadas nas instituições a fim de manter o status quo da sociedade, fixando noções basilares em cada sociedade sobre o pertencimento de cada gênero. Assim, Scott (1989) propõe uma análise não apenas através do parentesco (como família, analisado pelas antropólogas), mas também mercado de trabalho, a educação e o sistema político, todos os quais participaram da construção de gênero através da exclusão das mulheres. Por último, a identidade subjetiva do gênero, em que este “torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (SCOTT, 1989, p. 22-23). A autora traz que, dessa forma, a sociedade é capaz de atuar nas vidas de cada um, legitimando acontecimentos sem relação com gênero, mas que impactam em toda sua percepção. Nesse sentido, Scott utiliza o exemplo da política para demonstrar o impacto dessa subjetividade - “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (SCOTT, 1989, p. 23). As análises de teóricos políticos, assim como os próprios tomadores de decisão, usam de analogias de gênero (ou até o usam literalmente) para fundamentar o que dizem. Podemos perceber o quanto essa utilização está escondida e praticamente imperceptível quando analisamos os termos da Ciência Política e a que normalmente os relacionamos – o Estado, a guerra, a força, a economia, a dominação, a nação e a racionalidade, vistos como aspectos “positivos” (a guerra não é vista como positiva, mas a parte mais dura), são vistas como masculinas. Pode-se perceber que todos os temas considerados da alta política estão inclusos nessa percepção, fazendo com que entendamos a base dos homens para excluir as mulheres desse âmbito – a alta política é masculina e, dessa forma, nenhuma mulher é capaz de fazê-la. Como mencionado anteriormente, enganam-nos ao proclamar que não há espaço para gênero e as mulheres nessas áreas, de modo que todos os âmbitos relevantes para a manutenção do poder do Estado estejam fora do foco das mulheres, e que os interesses das mulheres estejam fora do foco do Estado.

Assim, somos sempre lembradas de que o lugar do feminino não é o público, o duro da política, mas o privado das relações familiares para onde os políticos (principalmente devido a ascensão da extrema direita conservadora) querem mais uma vez nos enclausurar. Scott (1989) ressalta que esses atos, no entanto, não geram nada de imediato ao Estado, não havendo real sentido analisá-los individualmente. Apenas conseguiremos compreendê-los quando pensarmos

na “construção e consolidação de um poder” (SCOTT, 1989, p. 25-26), em que a subjugação das mulheres é capaz de gerar uma diferenciação sexual e a manutenção do poder masculino no Estado. Para Biroli (2015), no entanto, “a democracia requer relações igualitárias em todas as esferas da vida, inclusive a familiar” (BIROLI, 2015, p. 36). Scott (1989) traz que o Estado utiliza de seu paternalismo para criar políticas concretas dirigidas à mulheres e crianças – nesse sentido, a discriminação é positiva ao proteger categorias socialmente vulneráveis (como o faz, no Brasil, com a Lei Maria da Penha). Para Miguel (2015), a existência dessa discriminação positiva na forma de cotas políticas é uma forma de demonstrar como as desigualdades sociais transbordam para o âmbito político, e que mesmo que o processo seja correto, ele é injusto na medida em que seus resultados não refletem a composição social – seria a “revalorização da representação descritiva” (MIGUEL, 2015, p. 98).

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1989, p. 27)

Para a autora, apenas processos políticos são capazes de levar a um resultado final, de quem terá o controle, e a natureza desses processos depende do contexto histórico, local e social. Além disso, apenas poderemos entender esse processo se compreendermos a abrangência das categorias homem e mulher como vazias, não possuindo um significado claro, mas também transbordante, pois mesmo fixas contém em si mesmas diferentes definições.

Mesmo colocando por vezes exemplos confusos para definição de seus quatro elementos, Scott continua sendo inovadora ao separar quatro âmbitos onde podemos perceber o gênero, de modo que possamos analisá-los de forma mais ampla e complexa. Essa confusão entre seus exemplos pode ocorrer por conta da separação de áreas que são constituídas, na sociedade, como uma: é difícil, mas necessário, analisar separadamente a construção de instituições e de normas, pois estas sofrem pressões diferentes que podem afetar seu desenvolvimento – a pressão da

sociedade, por exemplo, fez com que o Brasil tornasse por criar a Lei Maria da Penha a fim de defender as mulheres de violência doméstica, modificando uma normativa, mas as instituições não sofreram transformações e muitas vezes ainda se atêm a perspectivas do direito masculino sobre o corpo da mulher. É necessário que a vida privada esteja livre de desigualdades, para que o exercício da pluralidade democrática possa ser exercido (BIROLI, 2015).

Prá (2014) traz que, ao analisar através de uma perspectiva de gênero, somos capazes de perceber o problema e atuar para remediá-lo. A autora coloca a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), como um grande marco jurídico-político para o direito das mulheres. Podemos analisar essa Convenção ainda como sendo a mais importante e completa nesse quesito, mas as normativas impostas por ela muitas vezes são ignoradas pelos Estados signatários – mesmo que juridicamente vinculante após a assinatura do Protocolo Facultativo (1999), não há o que possa forçar os Estados internacionalmente a cumprir o que é dito. Dessa forma, precisamos analisar mais do que apenas a existência da normativa para entender as causas da não participação das mulheres na política. Como Prá (2014) bem coloca, mesmo tendo ratificado e aderido formalmente à Convenção, o Brasil se encontra entre os países com menor número de mulheres na política na América Latina. Assim, a autora ressalta que, para podermos aumentar a participação feminina na política, assim como aumentar a diversidade étnico-racial, devemos nos concentrar não apenas na questão normativa, como também na institucional e cultural (a autora não menciona a questão subjetiva, mas este elemento do gênero também é importante) de modo a alterar a percepção social sobre os papéis de gênero. Essas noções de gênero permeiam a sociedade a ponto de ser necessária uma grande reviravolta social para que possamos realmente chegar à paridade na política – paridade essa que demanda também plena aceitação do poder da mulher em cargos públicos e sobre o seu conhecimento. A estrutura patriarcal da sociedade, que será analisada na próxima seção, é uma parte essencial para entendermos o por que da baixa representatividade de mulheres na política, tendo em vista que sua teia está intrinsecamente ligada às bases da sociedade e do Estado moderno.

1.2 PATRIARCADO

A estrutura patriarcal foi definida por Carole Pateman em 1988 na obra “O Contrato Sexual”. Para a autora, o contrato sexual seria uma parte escondida do contrato social, algo que os teóricos do contrato social apagam ou legitimam. O ressurgimento da importância das teorias do contrato social retornam o ponto ressaltado por esses teóricos da liberdade individual e, mais uma vez, afoga a dominação que se esconde. Falamos do contrato social, diz a autora, mas esquecemos da existência de um contrato de trabalho e de um contrato de casamento, ambos escondidos nas franjas da liberdade, igualdade e fraternidade burguesa. Tendo em vista que o contrato original pretende demonstrar não a história de surgimento das sociedades como elas são nos dias de hoje, mas sim a constituição das nossas instituições estatais modernas, podemos perceber a importância do não estudo desses contratos para a sua construção: as mulheres são apagadas das instituições, pois estas não versam sobre aquelas.

Pateman (1988) coloca, então, que abordagens tradicionais não são capazes de resolver o problema das mulheres na teoria do contrato social, e é assim que a autora propõe a sua teoria. A autora coloca então que o contrato original seria uma forma de legitimar o poder e as ações do Estado, sendo suas decisões finais – o Estado existe pois a sociedade abandona sua liberdade total pela segurança proposta pela instituição. Esse contrato, no entanto, não seria apenas social, mas também sexual. Através dele, é estabelecido também o direito político, o qual é um direito patriarcal, dando poder aos homens sobre as mulheres e criando uma sociedade baseada nesse poder do patriarcado moderno. A história tenta mostrar que o patriarcado seria o contrário do contrato, pois esse seria fundado na liberdade pelos filhos que se rebelaram contra o poder paterno, criando a sociedade civil. Como mencionado anteriormente, no entanto, a liberdade do contrato social é apenas masculina. Esse contrato legitima o poder dos homens sobre as mulheres, dando acesso aos corpos femininos para utilização masculina. Para Pateman (1988), “o contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição/subjugação. O contrato original constitui a liberdade e a dominação” (PATEMAN, 1988, p. 2). O contrato, então, seria um meio para implantação do patriarcado moderno, estabelecendo o direito civil masculino, mas também seu direito sexual sobre as mulheres.

O patriarcado seria dito como oposto ao contrato, para a autora, por conta de erros em sua compreensão, referindo-se apenas ao direito paterno – os principais contratualistas defenderam o contrato em debates contra os teóricos do patriarcado, saindo vitoriosos. Assim, o poder paterno não seria mais poder político, acabando com essa noção de patriarcado. Pateman (1988) traz que, ao contrário do que era posto por esses autores, o patriarcado não é apenas o poder paterno. Ele é constituído por este, mas também pelo poder conjugal – o homem apenas é capaz de exercer seu poder paterno após ter exercido seu poder como marido sobre a esposa. A sociedade moderna não é mais constituída pelo poder paterno, mas a não-contestação do poder do homem como marido levou à legitimação pelo contrato social do patriarcado moderno, em que as mulheres não estão sujeitas aos seus maridos ou pais apenas, mas a qualquer homem – um homem tem direito sobre uma mulher apenas por sê-lo.

Assim como mencionado anteriormente, devemos considerar o privado como político e, ao compreender o patriarcado moderno, entendemos a veracidade dessas palavras. O poder do homem é constituído como apenas parte do privado, como o é no contrato de casamento, e por consequência não é visto como relevante para a esfera pública e política. Para Pateman (1988), no entanto, não estudar sobre o contrato de casamento é perder metade do contrato social, sendo impossível entender um sem o outro – a existência de liberdade civil depende da existência do poder masculino do patriarcado moderno. O contrato original põe as bases para o liberalismo moderno em que todos os indivíduos são propriedades em si mesmos, mas assim como o foi na Grécia Antiga, esse é um indivíduo específico. Apenas o homem, aquele responsável pela criação do contrato social, é o indivíduo com plenas capacidades. As mulheres, então, não seriam propriedades em si mesma, não tendo o necessário para ser parte do contrato. Esse contrato é escrito sobre as mulheres sem que elas sejam partes ativas deste. Biroli (2015) traz que “o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetrados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público” (BIROLI, 2015, p. 34).

A maior parte dos contratualistas explicitamente coloca as mulheres como sendo incapazes de fazer parte do contrato original e, assim, a diferença sexual torna-se diferença política, sendo a primeira o que dá e tira a liberdade dos sujeitos. A autora ressalta que o foco das

análises marxistas, por exemplo, se dão na desigualdade, sem aprofundar a análise a ponto de perceber como as instituições são capazes de funcionar numa lógica de subjugação que muito lembra aquela de “mestre e escravo” (PATEMAN, 1988, p. 9). Rousseau seria o único autor a refutar qualquer contrato similar à escravidão, mas aceita e reforça a desigualdade entre homens e mulheres no *Emílio*, unindo a mulher à natureza (a qual passaria a ser uma das partes da sociedade civil, aquela destinada à mulher, o privado) e distanciando o homem desta, a partir de um naturalismo pedagógico (SPINELLI, 2019). As mulheres seriam criadas e ensinadas para adequarem-se à vida masculina pública, sem haver grandes necessidades de aprendizado para fora dos “gostos femininos” (cuidar da beleza, costurar, cozinhar, criar filhos, entre diversos outros que ainda são esperados que nós, mulheres, gostemos e saibamos fazer desde que nascemos) e o que fosse relevante para o cuidado doméstico. Para Spinelli (2019), Rousseau une, na questão do aprendizado das mulheres, a sua utilidade na sociedade (a manutenção doméstica, apenas a vida privada) e seus gostos. “O que se impõe é justamente a admissão e atribuição de natural (no caso do comportamento feminino) àquilo que é socialmente desejável no interior de um modelo patriarcal” (SPINELLI, 2019, p. 232). Na teoria rousseauiana, as mulheres são apagadas desde a família, o primeiro modelo de sociedade civil política, em que os pais seriam os chefes (ou o Estado) e os filhos o povo (ROUSSEAU, 1969 apud SPINELLI, 2019, p. 231).

Federici (2010), aponta que em torno dos séculos XVI e XVII houve um movimento deliberado para estabelecer a natureza das mulheres como inferior à dos homens e, dessa forma, prendê-las ao ambiente privado. Assim, foram criadas leis de modo a ridicularizar e punir qualquer comportamento que não fosse aquele derivado da “natureza feminina”, construindo o ideal feminino até que chegassem naquilo que também é descrito por Rousseau: mulheres calmas, castas, passivas, moralmente superiores aos homens e, por isso, influenciando positivamente a eles. Para a autora, é nesse período que ocorre também a divisão sexual do trabalho, em que o trabalho “feminino” passa a não ser mais considerado produtivo e, portanto, desprovido de qualquer valor para o sistema capitalista. Da mesma forma, é construído o papel da mulher como mãe e todo seu trabalho como tal passa a ser “natural”, e a mulher é fixa na maternidade e cuidados – continuamente mantendo a mulher na vida privada e apagando seu trabalho e vivência como parte do querer biológico. Federici (2010) traz que o aborto é proibido e as parteiras são

deixadas de lado, de modo que as mulheres perdem o controle sobre sua reprodução, provendo crianças para o Estado de modo a aumentar o corpo produtivo e militar. Da mesma forma, essa divisão do trabalho, que força o trabalho doméstico para as mulheres apenas, reduz a possibilidade de participação feminina na política, pois constitui que as mulheres têm menos tempo livre para exercício de demais atividades (BIROLI, 2015).

Esse Contrato Sexual, posto por Pateman (1989), e que deu acesso aos homens aos corpos femininos, é visto em toda a história – por toda Europa no século XIV o corpo da mulher de classe baixa foi visto como disponível para violações, sem punições do Estado para os atos que aconteciam cotidianamente (FEDERICI, 2010, p. 79). De acordo com a autora, isso gerou uma dessensibilização da sociedade para com a violência contra as mulheres, fomentando uma misoginia forte que afetou todas as mulheres. Foi dessa maneira que o Estado, no final do século XIV, conseguiu implantar a caça às bruxas, ou seja, uma caça à mulheres sem qualquer motivo aparente senão o desejo masculino de desaparecer com o “não-sujeito” da sociedade.

Da mesma forma, Federici (2010) aponta que no final do século XVII o processo de desvalorização do trabalho feminino estava completo, em que o trabalho exercido pela mulher era o natural trabalho de casa, ou então apenas ajuda ao marido. Às mulheres restou o trabalho doméstico e de cuidados, aqueles que ainda hoje dizem ser “de mulher”, como costurar, tecer, e amas. Além disso, as mulheres recorriam à prostituição de modo a conseguir sustento, tanto para sustento próprio quanto da família. Espalhou-se o medo de uma mudança na hierarquia, de que o trabalho assalariado das mulheres as daria poder sobre seus maridos, tendo assim maior controle sobre a casa e seus próprios corpos, mas também um desafio a visão de mulheres pertencentes apenas ao privado. O confinamento da mulher à vida privada partiu de diversas áreas da vida social, inclusive através da expulsão da mulher do trabalho assalariado (a mulher europeia burguesa, tendo em vista que a mulher proletária e a mulher negra nunca tiveram escolha se não o trabalho).

Para Pateman (1989), o estabelecimento da sociedade civil cria a nova dicotomia do público/privado, em que o privado faz parte do civil ao mesmo tempo que não o faz. De acordo com a autora, a mulher não faz parte do contrato original, mas é trazida para a sociedade através do contrato sexual e, dessa forma, o homem como ser do público e civil é construído oposto e

complementar à mulher subjugada no privado. O patriarcado, no entanto, não está apenas na vida privada. Como traz a autora, os homens têm então a capacidade de livre circulação nas esferas pública e privada, assim como o controle de ambas. O contrato formado, que postula o homem como indivíduo único, traz também a obediência de acordo com Foucault. O contrato, para o autor, não trata apenas da lei, mas também de disciplina, controle e normatização (FOUCAULT 1980 apud PATEMAN, 1989, p. 16).

Podemos analisar, nos séculos XVI e XVII, um aumento do controle estatal sobre o corpo da mulher ao mesmo tempo em que ocorre uma crise demográfica generalizada e a expansão do capitalismo (FEDERICI, 2010, p. 132-133). Há um forte movimento para crescimento populacional, em que a mulher passa a ser vista como capaz de gerar filhos para o Estado, assim como a necessidade do homem de ter certeza de sua paternidade (de modo a passar suas terras para o filho), instaurando firmemente a mulher dentro dos lares e retirando dela qualquer decisão sobre seu próprio corpo. Federici (2010) coloca que pela primeira vez as mulheres foram reconhecidas pelo Estado como adultos legais, para que pudessem ser processadas pelos crimes reprodutivos (anticoncepção, aborto e infanticídio) e por bruxaria. Da mesma forma, foram impedidos os apoios entre mulheres, aumentando o espaço do homem na concepção da criança e continuamente apagando a mulher de tal existência. Consolida-se, assim como traz Beauvoir (1970), a mulher como presa da espécie, vinculada a uma maternidade compulsória e subjugação aos homens. Joana Maria Pedro (2005) ressalta, no entanto, que até mesmo a categoria mulher não pode ser considerada única, tendo em vista a sua construção histórica para unificação e simplificação da mulher - não há apenas uma mulher, assim como não lutamos todas pelas mesmas pautas. Mesmo assim, a autora aponta que por mais que exista essa diferença dentro da diferença, é notável a subordinação das mulheres perante os homens, ou seja, a desigualdade sempre era presente (PEDRO, 2005). A mulher é construída como o Outro do homem, não podendo ser entendida singularmente como o pode o homem – dessa forma, como poderia a mulher fazer parte do contrato original, se ela não o é? Faz apenas sentido, na lógica masculinista da mulher como negativo, que essa não tenha parte na construção do Estado, que seja apenas ditada pelo contrato civil público, enquanto é mantida na parte civil privada. E é necessário que ela seja mantida no privado, para que o público masculino faça sentido – a

sociedade civil dividida cria uma situação em que seus âmbitos são dependentes, não podendo existir a coerência em um sem a existência do outro (PATEMAN, 1989). No patriarcado moderno, a subordinação da mulher ao homem vêm como algo natural, devido à diferenças biológicas.

Para Pateman (1989), apenas requerer a aceitação das mulheres no âmbito público através de leis não é capaz de mudar a estrutura patriarcal. A luta pela equiparação da mulher ao homem na sociedade civil é válida, mas torna por mais uma vez fazer com que a estrutura patriarcal seja percebida como normal e mantida, mesmo que com a desculpa de que as mulheres agora já tem acesso ao espaço público. A participação feminina na política não nos equiparou aos homens, isso podendo ser analisado através da baixa participação das mulheres na vida política, mas não somente por isso. Ainda é esperado que as mulheres sejam “belas, recatadas e do lar”, seres existentes apenas a partir da necessidade masculina, e para isso a sociedade não vê a necessidade da mulher como sujeito político com direitos próprios.

O(s) movimento(s) feminista(s) trouxe novamente o estudo do patriarcado mesmo que, como diz Pateman (1989), tenha havido dificuldades em escolher a utilização de patriarcado (o patriarcado do pai de família, ou o patriarcado moderno como proposto pela autora). Mesmo que cada vertente tenha pautas consideradas mais relevantes que outras, unem-se no ponto em que pretendem “o avanço do papel social e político da mulher” (AVELAR, 2015, p. 208). Uma crítica à vertente do feminismo liberal trazida pela autora pode ser constatada nesse trabalho, em que alcançar o direito ao voto – com o “princípio da potencialidade igualitária” (AVELAR, 2015, p. 208) – seria o equivalente a igualdade. Uma demonstração de que as mulheres possuíam individualidades para além do que era posto por seus familiares (MIGUEL, 2015). No entanto, o que podemos perceber na realidade, é que a equivalência legal de direitos não significa sua real aplicação, pois a mudança da forma política não altera sua cultura patriarcal. Dessa forma, apenas com o boom de crescimento de pesquisas sobre mulheres na política dos anos 1980 é que as causas para a não inserção começaram a ser estudadas.

Avelar (2015) coloca que outras formas de representação foram sendo criadas, como o “associativismo”, fazendo com que as mulheres tivessem maior capacidade de diálogo com o Estado e pudessem articular seus interesses por outros meios. Essa forma acabou sendo efetiva,

como traz um estudo da ONG Cfemea, em que uma análise das leis sobre direito das mulheres desde 1888 constatou que das 249, 200 delas o foram após 1988, quando da Constituinte brasileira (AVELAR, 2015, p. 213). A autora traz que, inclusive, 80% das reivindicações do movimento conseguiram ser incluídas no texto constitucional, um grande feito. No ano de 2019, no entanto, a alteração do Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos pode ser o símbolo de um retorno para a importância do núcleo familiar acima dos direitos das mulheres, em que a ministra responsável pelo Ministério supracitado deu as declarações polêmicas sobre a importância da permanência da mulher no âmbito do lar².

No Brasil, segundo Avelar (2015), as mulheres começaram a se envolver em organizações de esquerda no início do século XX, e mulheres importantes como Erecinha Borges de Souza, que estava ligada ao Partido Comunista Brasileiro desde 1927, atuaram ativamente nos partidos brasileiros. O ponto importante da participação, no entanto, foi na luta contra as ditaduras – tendo em vista que nessa época começou-se um forte processo emancipatório feminino (AVELAR, 2015; MIGUEL, 2015). Para Avelar (2015), as mulheres faziam uma dupla transgressão, mesmo as que não se diziam feministas: ao mesmo tempo em que lutavam contra a ditadura, questionavam os códigos de conduta tradicionais (2015, p. 212). O que se percebe, a partir dessa atuação e da futura participação feminina na política, é que apesar do aumento da inserção ativa das mulheres na política, essa não é exercida através da eleição em cargos públicos de poder. Estudos de Bonino e Bruera (2005) e Ribeiro (2011) mostram que, apesar de serem a grande maioria em espaços conjuntos de decisão do Estado com organizações civis (representação extraparlamentar), como Conferências, Conselhos e o Orçamento Participativo, são os homens os que estão em locais de poder e decisão. Dessa forma, precisamos que o patriarcado moderno e gênero sejam estudados para que possamos entender suas atuações na nossa democracia atual, e por quais motivos, apesar das diversas tentativas legais para aumento de participação feminina na política, ainda fomos incapazes de nos desvencilhar das garras patriarcais que ditam que lugar de mulher não é na política.

² Folha de São Paulo. 06/12/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>>. Acesso em: 10/06/2019.

1.3 DEMOCRACIA

A democracia tornou-se a base dos Estados Ocidentais, e a defendemos constantemente, mas o que significa um país ser democrático? A ideia da separação das esferas sociais e da responsabilidade do governo perante a sociedade surge com a Revolução Francesa, com a criação da teoria do contrato social. Um olhar mais crítico sobre o que era dito, no entanto, traz as contradições que ainda hoje são apagadas até mesmo pelos grandes autores de teorias da democracia. Apesar de ser importante utilizar as teorias do contrato social, isso não deve ser feito de modo acrítico, pois como bem posto por Carole Pateman e debatido anteriormente, os autores não presumiam a real participação da sociedade. Ou melhor, sua noção de sociedade era reduzida de modo que apenas homens brancos enquadravam-se como cidadãos, enquanto as mulheres foram passadas para sujeitos de segunda classe, cujos interesses eram colocados no público pelos homens de suas famílias, percebidas como politicamente infantis.

Schumpeter (2003) coloca que para a sociedade, com sua atual divisão do trabalho, é inconveniente que todos tenham que entrar em contato direto com a manutenção da política, sendo então mais fácil que apenas certas decisões – consideradas mais importantes – fossem reservadas para voto público, e que as demais decisões necessárias pudessem ser feitas através de representantes escolhidos pela população. Um dos problemas de tomar a sociedade como um corpo homogêneo é que não percebemos que essa divisão do trabalho permeia também o corpo político. Enquanto homens votam e são votados, a sociedade em conjunto percebe que esse local não é próprio para mulheres, cujos trabalhos dificilmente se enquadrariam no âmbito político. Mesmo hoje, em que temos diversas mulheres como deputadas, senadoras e ministras, podemos perceber que seus papéis são contíguos àqueles esperados nos demais âmbitos – raramente vemos mulheres em cargos de defesa e economia, mas sempre em áreas de educação e cuidado. Resumidamente, mesmo em cargos tradicionalmente masculinos, é esperado que mulheres tomem as mesmas posições convencionalmente femininas (AVELAR, 2015).

De qualquer forma, a fim de ser capaz de analisar representatividade, é necessário primeiro definir o que é uma democracia. Schumpeter (2003) aponta que o método democrático é

aquele que providencia o “arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem o poder para decidir através de disputa pelo voto popular” (SCHUMPETER, 2003, p. 9, tradução nossa³). Enquanto o autor aceita que sua definição abrange uma gama de diferentes formas de governo, inclusive aquelas que caminham para o autoritarismo, traz meios para centralizar sua afirmação. Deve haver liberdades individuais numa democracia, de modo que haja possibilidade de concorrência e liberdade de imprensa. Da mesma forma, democracia não implicaria num governo de maioria – de acordo com o autor, a vontade da maioria não seria o mesmo que a vontade do povo. Assim, a representação daqueles que não estão incluídos na maioria é necessária para que uma democracia se faça existente. No entanto, o autor afirma que a democracia proporcional faria do governo indeciso, e que o Estado deveria ser governado pelo grupo com maior apoio popular, mesmo que isso tornasse por cair num governo de maioria – a constatação do autor não parece estar correta, tendo em vista que a maior representação de mulheres não trouxe estagnação à política.

Schmitter e Karl (1991) são aqueles que melhor definiram o que seria uma democracia, dentro do grande espectro que essa constitui. A democracia toma formas e instituições variadas dependendo da condição socioeconômica do país e de suas estruturas e práticas políticas. Dessa forma, Schmitter e Karl (1991) trazem que “a democracia política moderna é um sistema de governança em que os governantes são responsabilizados por suas ações no âmbito público pelos cidadãos, agindo indiretamente através de competição e cooperação de seus representantes eleitos” (SCHMITTER e KARL, 1991, p. 4, tradução nossa⁴). A cidadania existe apenas na medida em que existem democracias, e é necessária a existência do âmbito público e do privado – como já trazia Pateman (1988). Também é colocado por Schmitter e Karl (1991) a existência de competições na democracia, algo que não era visto como constituinte dessa nas teorias clássicas. As eleições, mesmo que importantes para uma democracia, não podem ser percebidas como suficientes para definir um país como tal. A cooperação, além da competição, é um fator necessário, de forma que decisões coletivas devem ser tomadas, mesmo que seja importante a

³ “[...] the democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people’s vote.” (SCHUMPETER, 2003, p. 9)

⁴ “Modern political democracy is a system of governance in which rulers are held accountable for their actions in the public realm by citizens, acting indirectly through the competition and cooperation of their elected representatives.” (SCHMITTER e KARL, 1991, p. 4)

deliberação individual sem interferência de um poder central (no que é chamado de sociedade civil). Por fim, pessoas eleitas para representação de um determinado eleitorado é colocado como parte do que molda uma democracia.

Dahl (1982 apud SCHMITTER e KARL, 1991) aponta 7 operações mínimas que condizem com a existência de uma democracia, das quais Schmitter e Karl adicionam duas que percebem como necessárias. 1) Oficiais eleitos têm controle sobre as decisões; 2) oficiais eleitos são escolhidos em eleições frequentes e justamente conduzidas, em que a coerção é incomum; 3) a maior parte dos adultos tem direito de voto; 4) a maior parte dos adultos pode concorrer para cargos; 5) cidadã(o)s podem expressar-se sem perigo de punição política; 6) cidadã(o)s podem procurar fontes alternativas de informação, ou seja, essas devem existir e ser protegidas por lei; 7) cidadã(o)s podem unir-se em associações independentes, incluindo partidos políticos e grupos de interesse (DAHL, 1982 apud SCHMITTER e KARL, 1991, p. 9); 8) oficiais eleitos devem poder exercer seus poderes constitucionais sem estar sujeitos a oposição de oficiais não eleitos; 9) o governo deve agir de forma independente, sem constrangimentos de demais sistemas políticos (SCHMITTER e KARL, 1991, p. 9).

No entanto, podemos perceber o problema nas condições necessárias estabelecidas por Dahl logo na primeira - se oficiais eleitos têm controle sobre suas decisões, não deveriam sofrer violência política. Como aponta Biroli (apud KROOK, 2018), a violência contra a mulher na política não seria apenas hostilidade às candidatas e eleitas, mas também contra o ativismo social - para a autora, o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a criação da “ideologia de gênero” são interligados. Dessa forma, as candidatas e eleitas mulheres nem sempre conseguem ter o controle sobre suas próprias decisões, sofrendo violência dentro do âmbito político e da própria sociedade, e podendo alterar suas decisões a fim de não sofrer consequências negativas. Ademais, como mencionado anteriormente e explanado melhor no próximo subcapítulo, não é possível dizer que as eleições são justas, e muito menos manter como critérios mínimos para uma democracia uma condição como “a maior parte dos adultos pode concorrer a cargos”. Um sistema político que não permite que mulheres possam ser candidatas e ser eleitas não é uma democracia. Essa condição, no Brasil, mudou apenas em 1932, com diversas restrições, e em 1946 o voto tornou-se obrigatório para as mulheres, as a mentalidade e cultura política que institui que

“homens são melhores políticos que mulheres” (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002) manteve-se, o que torna as eleições política injustas dentro de um sistema que deveria ser justo e igualitário.

Para Schmitter e Karl (1991), o acordo – mesmo que informal – de que os vencedores não tentarão barrar os perdedores de entrarem na política, o respeito em retorno dos perdedores às decisões dos vencedores, a obediência dos cidadãos perante decisões justas e de interesse coletivo, fazem a democracia factível. Todas as democracias trazem incertezas, que seria uma incerteza política institucionalizada, mas limitada. O desafio, trazem Schmitter e Karl (1991), é criar um grupo de regras capaz de criar consenso contingenciado, que Dahl coloca como barganha democrática, e isso varia para cada sociedade. Assim, quando definida essas regras, existiria um limite para variação política, mantida dentro de limites previamente acordados e, de certa forma, tornando-se previsível.

Przeworski (2003) afirma que democracias se mantém através da possibilidade de troca de governos, no que Popper afirmou ser a facilidade de livrar-se de governos. O fato de que o grupo que perdeu poderá, numa próxima eleição, ganhar o poder, faz com que a chance de um conflito e derrubada da democracia sejam mais improváveis. Da mesma forma, o grupo que fica no poder teria ganhos reduzidos caso tomasse o poder. Essa eleição é legitimada através do voto, o qual é forte na medida em que gera ganhadores e perdedores que aceitam tal decisão, em que os ganhadores podem impôr sua vontade (limitada pelo arcabouço institucional) sobre os demais. A participação pelo voto, para Przeworski (2003), além de legitimar a democracia, mostra os limites para o governo, e demanda o cumprimento das normas pelo povo. Dahl (2003) traz que é necessário analisar dois momentos para perceber uma forma de governo que seja suficiente para ser considerada democracia: o momento eleitoral e o intereleitoral. O momento eleitoral é constituído pelo tempo anterior ao voto, durante o voto e após o voto – todos devem votar, seus votos devem ter o mesmo valor, e quem receber o maior número de votos ganha o pleito. Da mesma forma, as alternativas com maior apoio devem ganhar e ser executadas. O autor traz ainda que todos devem ter as mesmas informações sobre as alternativas, e que qualquer membro que veja outra alternativa aquelas apresentadas ao voto podem inseri-la para decisão.

Nem todas as democracias são iguais, no entanto, e para Schmitter e Karl (1991) elas podem diferir-se em 11 pontos diferentes: 1) nem todos os cidadãos têm que concordar no que está sendo decidido; 2) nem todos os cidadãos têm que tomar parte ativa na política, mas devem ter a capacidade de fazê-lo; 3) os governantes nem sempre colocam o mesmo valor para o que é apresentado para eles, mesmo que os cidadãos tenham direito de expressar seus interesses igualmente; 4) os governantes nem sempre decidem da forma que os cidadãos preferem, mas quando o fazem devem ser tomados como responsáveis por suas ações; 5) nem sempre as decisões são feitas levando em conta o voto da maioria, mas sempre deve haver defesas explícitas e aprovação prévia para tal; 6) nem sempre o legislativo é o único a fazer as leis, e onde demais corpos políticos exercer tal papel devem ser responsabilizados devidamente; 7) nem todos os governantes devem fazer parte de partidos políticos, mesmo que isso dificulte governo efetivo; 8) o processo político não precisa da existência de uma multiplicidade de grupos políticos; 9) a divisão territorial pode não constituir diferentes níveis e autonomia local, mesmo que isso seja característica de todas as democracias; 10) a liderança do executivo não precisa estar nas mãos de uma única pessoa, e; 11) os corpos políticos não precisam utilizar de pesos e contrapesos, mas devem, por fim, ser tomados responsáveis pelos cidadãos (SCHMITTER e KARL, 1991, p. 11-12). Esses indicadores devem ser analisados como representantes de diferentes democracias, ou mesmo como meio de avaliar a performance de certos regimes, tendo em vista que são componentes essenciais para a democracia, mas não presentes em todas. Um dos problemas do presidencialismo, modelo aplicado ao Brasil, é a “dupla minoria”, em que um presidente é eleito sem ter apoio parlamentar – que é um grande problema nas democracias latino-americanas (POWERAKER, 2003). No Brasil, por exemplo, podemos perceber o que o autor chama de “decretismo”, em que pela falta de apoio parlamentar o presidente tenta incessantemente governar através de decretos⁵.

Para Przeworski (2003), é o voto que autoriza o uso da coerção dentro do Estado. No entanto, mesmo quando (e ainda hoje, onde) mulheres não tinham direito ao voto, coerção era utilizada sobre elas. Rousseau (2003), por exemplo, traz que o soberano não poderia ter qualquer interesse em ferir os membros que compõem seu Estado. Dessa forma, as mulheres não poderiam

⁵ VIEIRA, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/bolsonaro-experimenta-limites-da-caneta-presidencial.shtml>>. Acesso em: 20/06/2019.

então ser partes do Estado – caso o fossem, teriam acesso a direitos básicos desde o surgimento das sociedades. O que podemos perceber, no entanto, é que tiveram que ocorrer grandes movimentos para que as mulheres pudessem adquirir o mínimo que já era garantido aos homens, como o direito ao voto e à propriedade (inclusive de seus próprios corpos, pelo que o movimento feminista continua em luta ainda hoje). A democracia representativa é uma forma de acertar os erros do passado e presente, a fim de que possam votar e ser votadas para cargos. Pateman (2003) afirma que, para a democracia participativa, é necessário que a participação na criação de políticas seja igual, ou seja, que os grupos tenham igual poder para determinar os resultados. Dessa forma, é preciso que haja uma educação política, a fim de que aqueles que ingressarem na vida política – levando em conta que votar é um ato político, mesmo que por vezes esqueçamos disso – não sejam uma ameaça ao sistema democrático.

Schmitter e Karl (1991) apontam que a melhor forma de proteger os interesses das minorias está na atuação de grupos de interesse e movimentos sociais. Os movimentos de mulheres brasileiros, seguiram com essa mesma perspectiva, criando espaços não-convencionais para inserir-se no debate político (AVELAR, 2015). Miguel (2015) aponta que a partir do século XX a sub-representação de mulheres começou a ser percebida como um grande problema e posta como prioridade do movimento feminista, o qual buscou então uma revalorização das instituições democráticas tradicionais após a década de 70. Da mesma forma, Phillips (2003) aponta que esse foi um dos motivos pelos quais as mulheres nos países nórdicos conseguiram inserir-se na política de forma mais efetiva: seguindo pelo método tradicional de participação, conseguiram abrir mais espaço nos âmbitos internos, mesmo que a sociedade não tenha se modificado (um paradoxo pessimista trazido pela autora é que as mulheres terão dificuldades em entrar na política sem que antes haja mudanças na sociedade, mas que é necessário que elas estejam na política para que essas mudanças possam acontecer).

1.4 REPRESENTAÇÃO/PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Apesar de viver em uma democracia representativa, o mesmo não quer dizer que há representação política. Para Mill (2003), o melhor governo seria aquele com participação popular,

em que a sociedade não somente tivesse voz, mas também pudesse ser chamada para trabalhos públicos ocasionalmente. Para o autor, os direitos e interesses de alguém apenas estariam seguros caso a pessoa tivesse a possibilidade de defender-se. No entanto, como a população é grande demais para possibilitar sua participação total, a sua representação através de alguns seria a forma mais desejável de governo. Anne Phillips (1995) traz que o que era proposto por Mill, com peso de voto diferenciado para aqueles com graduação, foi há muito abandonado, sendo o voto igual para todos a base da democracia moderna. Da mesma forma, a autora afirma que a injustiça é óbvia no déficit democrático quanto a participação das mulheres, e que por mais que haja apoio para criação modesta de garantias presença, ela normalmente some quando decisões mais firmes e contundentes devem ser tomadas. Para Phillips (2003), “qualquer sistema de representação que consistentemente exclui a voz das mulheres não é apenas injusto; nem ao menos conta como representação.” (PHILLIPS, 2003, p. 355, tradução nossa⁶). A impossibilidade de total representação – pois essa teria de ser através de participação, como em assembleias nacionais – não muda o quanto não democrático é que mulheres não participem da política – para Phillips (2003), os problemas que impedem a inserção de mulheres na política derivam dos mesmos que impediam seu voto.

Para a autora, existem argumentos comumente usados para tentar deslegitimar a busca por acesso à política. O primeiro argumento seria que utilizar de gênero, raça e etnia geraria o que Phillips (1995) chama de balcanização, pois traria o foco para além de divergências ou coerências políticas, podendo gerar rupturas na sociedade. A autora afirma que o que ela chama de política de presença dá mais enfoque a representação de grupos do que a política de ideias já presente, mas que isso não implicaria numa clivagem social através dessas diferenças. Acreditar que todas as mulheres poderiam unir-se num grupo único com mesmas ideias seria essencialista, tendo em vista que na realidade existe uma diversidade de grupos de mulheres pendendo para diversos ideais políticos. Dessa forma, a autora coloca que o melhor modelo de governo seria unir a política de presença com a política de ideias, a fim de que um não fosse percebido como oposto do outro, mas sim complementar – diferentes ideais políticos existentes dentro de grupos de semelhantes. Phillips (1995) aponta que o conceito de governo de maioria é limitado, tendo em

⁶ “Any system of representation which consistently excludes the voices of women is not just unfair; it does not begin to count as representation.” (PHILLIPS, 2003, p. 355).

vista que “uma pessoa, um voto” não é o suficiente para definir uma democracia, e pode ser utilizado também em governos sem sufrágio universal. Para a autora, controle popular e igualdade política, como definidos pela Auditoria Democrática do Reino Unido, seriam melhores para definir a democracia contemporânea.

Quanto ao controle popular, Phillips (1995) afirma que esse seria um pressuposto de toda democracia – democracia não é paternalismo. A democracia não estaria fundada em dogmas, e seu controle não pode ser exercido por um subgrupo, pois assim aumentam as possibilidades de tornar-se um governo tirânico. A base de toda democracia seria a diversidade, e o controle popular seria uma forma de barrar o poder e as pretensões das elites. Quanto a igualdade política, a autora traz o que Dahl chama de qualificação aproximadamente igual, em que torna-se improvável para a democracia moderna a contínua infantilização política de membros claramente adultos da sociedade. Assim como não faz sentido que mulheres não exerçam demais profissões – como ser médicas, engenheiras, motoristas –, é incongruente que sejam excluídas da política, tendo em vista que essa é uma das partes mais importantes da sociedade atual (PHILLIPS, 2003). Phillips (1995) aponta que, mesmo com desacordos sobre qual seria a idade que uma criança passaria para a idade adulta, e os desejos de certas maiorias de excluírem algumas minorias, há um acordo para que tal não seja feito. A igualdade política, no entanto, seria a parte mais complicada desses princípios: igualdade política constituiria em cada um contar com um voto, sem que qualquer um conte com mais, mas isso traz problemas para quando analisamos minorias.

Assim, Phillips (1995) afirma que há uma diferença entre participação e representação política, em que a igualdade está subentendida na presença, mas não na representação. Para ela, por mais que exista um tédio da população para quanto a política, isso não pode ser visto como motivo para falta de participação – tendo em vista que essa participação é claramente marcada por divisões de gênero, raça e classe. Enquanto em uma sociedade com ampla possibilidade de participação, a democracia representativa teria uma maior representação de diversos grupos sociais, o que acontece é o afastamento da democracia representativa e da democracia participativa – para a democracia representativa, os papéis políticos podem ser exercidos por qualquer um eleito, tendo essa pessoa legitimidade para representar seus eleitores. A autora coloca que a representação justa e proporcional é apenas uma das versões do que é a democracia

representativa. A manutenção de um único grupo social no poder limitaria sempre as escolhas da população, suas preferências tendo que manter-se entre A, B e C, enquanto grupos minoritários cujas vozes acabam sendo não ouvidos podem ter proposições D e E mais efetivas. Assim, Phillips (1995) coloca que nem sempre a igualdade de mesmo peso para todos os votos é justa – quando as minorias não são representadas e o mesmo grupo social sempre faz as escolhas, nem sempre o amplo leque de opções estará realmente disponível, o que faz da política apenas uma manutenção de status da maioria no poder. Ou seja, em alguns contextos, igualdade quer dizer diferenciação positiva dos indivíduos. Dessa forma, a autora ressalta a importância de analisar os governos representativos de modo a perceber se esses não favorecem certos grupos através de seus princípios gerais de igualdade. As minorias permanecem como crianças perante o Estado, para serem cuidadas pela maioria, tendo “seu melhor interesse” decidido externamente.

Representação dos grupos minoritários seria, então, um elemento mais simbólico, a fim de reverter a profunda exclusão historicamente sofrida por mulheres, negros, indígenas, pobres, etc. Phillips (1995) coloca que essa busca por representação traz consigo expectativas sobre mudanças futuras na política, mas que para isso deveriam existir representantes defensores ferrenhos dessas causas – e seria contraproducente que esses não fossem parte das minorias, pois como o governo defende pautas minoritárias sem participação de indivíduos do grupo? Além disso, a autora ressalta novamente que existe o problema da manutenção daqueles que já estão no poder – como podemos tentar uma troca na agenda política quando as mesmas pessoas estão sempre no poder? Não há grande possibilidade para abertura de novas pautas sem que haja rotatividade política nos governos. Miguel (2015) aponta que, quando da permanência de um grupo, o qual se torna dominante, é mais fácil que seus interesses sejam declarados como universais, transformados na norma.

A construção social de preferências políticas implica que algumas das possibilidades vão ter aberto enquanto outras se fecham, e depender apenas do que está registrado no voto (a partir da escolha inicial de representantes) vai reforçar o que já é dominante. (PHILLIPS, 1995, p. 45, tradução nossa⁷)

⁷ “The social construction of political preference means that some possibilities will have been opened up and other ones closed down, and relying only on what is registered through the vote (through the initial choice of representatives) will then reinforce what is already dominant.” (PHILLIPS, 1995, p. 45)

Assim, Young (1990 apud PHILLIPS, 1995) afirma que não são todos os grupos que devem ter sua representação em âmbito político, mas aqueles historicamente oprimidos pela sociedade devem ter acesso ao âmbito político a fim de ter capacidade para manutenções políticas. Como demais autoras que falam sobre a falta de participação de mulheres na política (FREIDENBERG, 2017; SPOHR et al, 2016; PRUYSERS e BLAIS, 2017), a autora ressalta que o método de first-past-the-post diminui o número de partidos políticos (os quais normalmente estão aglomerados em coalizões) e, também, a possibilidade de que haja diversidade – tendo em vista que em sistemas com lista aberta e cotas, como no Brasil, o maior apoio partidário vai para os homens, com as mulheres preenchendo o número necessário apenas para que o partido possa concorrer. Logo, não podemos dizer que os interesses daqueles que pouco ou nada se encontram na política são representados por homens, normalmente brancos e de classe média-alta, que pouco tem interesse em aumentar o escopo de participação (PHILLIPS, 1995; MIGUEL, 2015). O fato de que as mulheres normalmente conseguem participar mais em casas com menos poder, como em âmbito municipal (PHILLIPS, 2003), aponta que por mais que seja difícil perceber exatamente qual o problema (e há um problema, pois tamanha disparidade não é mero acaso) – o controle do poder político por apenas um grupo (homens), a estrutura de divisão sexual do trabalho, ambas reflexos da manutenção do patriarcado moderno, tendo em vista que a democracia liberal tem como base a distinção entre público e privado – também podemos perceber que a democracia contemporânea ainda não foi capaz de responder a isso efetivamente (PHILLIPS, 1995; PHILLIPS, 2003). No entanto, Inglehart, Norris e Welzel (2002) afirmam que, por mais que as instituições democráticas foram postas em prática muito antes da igualdade política de gêneros, hoje em dia esse é um importante fator na democratização.

Com a globalização e rápida industrialização dos países, estudos comprovam que as sociedades tendem a ser mais abertas à igualdade de gêneros, principalmente quando analisamos as novas gerações (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002). Entretanto, em países como Brasil, China, Índia, Nigéria e Egito de 50 a 90% da população ainda acredita que homens são melhores políticos que mulheres (dados que mudam conforme analisando a população mais nova) (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002, p. 325). Essa crença tem um grande impacto social, tendo em vista que crenças são parte de uma cultura, e afetam diretamente a participação ou não

de mulheres na política – se mulheres não são tão boas quanto homens, não devem receber votos e muito menos ter interesse em participar. A questão religiosa parece também ter grandes efeitos nesse sentido, gerando uma tradição cultural em sociedades e instaurando, por exemplos, divisões sexuais de trabalho e crenças mais fortes numa determinada população (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002). Instituições democráticas, no entanto, parecem não ter o efeito desejado para participação – sozinhas, cotas não são capazes de gerar as garantias necessárias de inserção de mulheres na política. Inglehart, Norris e Welzel (2002) apontam que mudanças sociais, no entanto, de aumento de igualdade de gênero na sociedade, fazem com que ocorram mudanças na composição política. Sociedades que teriam saído da mera busca por sobrevivência para o campo da auto expressão seriam aquelas com maior amplitude de igualdade de gênero, tendo em vista uma diminuição da rigidez social, saindo do espectro materialista para um pós-materialista, com uma maior ênfase em liberdade de expressão e participação social e política (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002). Os indivíduos, nessas sociedades, podem ter uma escopo mais amplo de possibilidades para suas vidas: mulheres têm maiores chances de estudar, trabalhar, decidir sobre seus próprios corpos e, também, decidir sobre suas vidas públicas e privadas.

Essas mudanças teriam gerado uma perspectiva mais ativista na sociedade, a qual estaria buscando os métodos não convencionais de participação, o voto sendo apenas uma das formas (a mais passiva) de atuação política. Dessa forma, esses métodos não convencionais de participação, que como vistos anteriormente muito substituíram, para as mulheres, a participação tradicional, tornaram-se mais uma das formas esperadas de atuação na democracia contemporânea. Inglehart, Norris e Welzel (2002) apontam que os Estados com maiores níveis de auto expressão seriam aqueles mais democráticos, e os com maiores níveis de sobrevivência, autoritários. É ressaltado que instituições democráticas não produzem culturas que valorizam auto expressão, mas sim que o desenvolvimento econômico cria espaços propícios para tais valores e mudanças culturais, em que a possibilidade de sobrevivência de instituições democráticas é maior (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002, p. 338). Dessa forma, é analisado que o desenvolvimento econômico é um dos fatores por trás da democratização (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002), mas apenas no sentido em que gera consigo mudanças culturais que levem para a autoexpressão. Assim, Inglehart, Norris e Welzel (2002), estabelecem a linha causal de desenvolvimento

econômico gerando mudanças nas heranças culturais de uma sociedade, que então impacta nos valores com maior ou menor autoexpressão, moldando o surgimento e sobrevivência de uma democracia, e a participação de mulheres nessa.

Sendo assim, podemos concluir que as estruturas de gênero e patriarcado impactam profundamente desde a própria construção da democracia até a democracia moderna. A divisão criada pelo Contrato Social/Sexual de Público e Privado são base para a democracia liberal que mantemos até hoje (PATEMAN, 1988; PHILLIPS, 1995; SCHMITTER e KARL, 1991), e é necessário perceber como a cultura mantém noções de gênero capazes de assegurar o poder dos homens na sociedade – os homens são aqueles com fácil acesso aos cargos mais altos, tanto em espaços privados quanto em âmbitos públicos e políticos. O gênero permeia a cultura, as instituições, normas e a própria subjetividade dos indivíduos (SCOTT, 1989), criando barreiras para a participação de mulheres na vida pública através de circunstâncias normalizadas dentro da sociedade, como a divisão sexual do trabalho.

As instituições democráticas, assim, não foram uma forma de estabelecer a igualdade política de gêneros, e isso pode ser visto desde seu princípio, com a infantilização legal de mulheres de modo que não conseguiram ter acesso ao voto até os anos 1920 (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002; PHILLIPS, 1995). E, enquanto isso não é mais aceito nos dias de hoje, em que modificações são feitas para que hajam garantias de participação legal, como as cotas, os obstáculos de participação resistem para a inserção de mulheres e demais minorias políticas. Em muitos países de baixa renda, mulheres ainda são percebidas como menos competentes para cargos políticos que homens (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002), e a falta de atuação governamental para fora de mudanças normativas faz com que elas continuem sendo mantidas fora da vida política. É a alteração de apenas uma das perspectivas de gênero, que não muda a totalidade da opressão por que mulheres passam diariamente. As instituições políticas continuam não aceitando bem as mulheres – a ex-deputada Manuela d'Ávila⁸, por exemplo, foi alvo de diversos xingamentos quando começou a levar a filha para as sessões parlamentares, mas as instituições públicas oferecem auxílio-maternidade em forma de creches para as mães? A

⁸ABRANTES, T. Exame. 19/03/2018 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/manuela-davila-conta-por-que-leva-filha-para-eventos-de-campanha/>>. Acesso em: 26/06/2019

cultura continua a mesma, como mencionado anteriormente através da pesquisa feita por Inglehart, Norris e Welzel, e as mulheres ainda são vistas como donas de casa, “belas, recatadas e do lar” e, portanto, irrelevantes politicamente. As mulheres estariam entediadas com a política (PHILLIPS, 1995) e, por isso, não teriam interesse em participar. No entanto, sabemos por experiência que a cultura afeta negativamente os desejos individuais, moldando nossas expectativas futuras lentamente até criar as noções de que, por maior que seja o interesse da mulher em exercer algum tipo de cargo (e por que não chegar à presidência?), aquele não é o nosso lugar. Sendo assim, levando em conta a importância do estudo de mulheres na política, interessa averiguar a relevância desse tema para as maiores revistas de gênero e política no Brasil e no mundo.

CAPÍTULO 2

ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Neste capítulo será demonstrada a bibliometria aplicada ao estudo, de modo que seja possível compreender a amplitude do campo de mulheres na política nas principais revistas de Gênero e Ciência Política no Brasil e no mundo. Através da pesquisa bibliométrica, torna-se possível analisar quais as temáticas mais utilizadas pelas autoras e autores dos artigos, assim como aprofundar essa pesquisa a fim de entender como a categoria gênero é utilizada nessas pesquisas - quais as dimensões de gênero (institucional, normativa, cultural e subjetiva) mais utilizadas nesses estudos, se há uma separação clara entre essa utilização ou estudos mais multidimensionais são frequentes. Ademais, neste capítulo procurar-se-á analisar a relevância das categorias gênero, patriarcado e mulher nos artigos de mulheres na política, assim como se há referência explícita (com citação) ou implícita (sem citação) das principais autoras dessas categorias. Dessa forma, o capítulo divide-se em quatro partes, sendo a primeira parte o apanhado metodológico e a relação de variáveis utilizadas; a segunda parte aborda a separação dos artigos pelas temáticas em que se enquadram, assim como uma análise das publicações por ano e por revista. Na terceira parte, serão analisados os artigos a partir das dimensões de gênero, de modo que se possa quantificar seu uso, mas também compreender quais os vieses desses artigos. Por último, a quarta parte busca mapear o uso das categorias gênero, patriarcado e mulher, assim como a citação às autoras Joan Scott, Carole Pateman e Simone de Beauvoir.

2.1 METODOLOGIA

Como analisado no capítulo anterior, é necessário pesquisarmos porque as mulheres não possuem o mesmo nível de aspiração e interesse político que os homens, assim como,

explicarmos as dificuldades pelas quais elas passam ao inserir-se no âmbito político. No entanto, questiona-se: as principais revistas científicas de Ciência Política e dos Estudos de Gênero publicam sobre essa temática? Para que possamos responder a esta pergunta e atingir os objetivos empíricos deste trabalho, precisamos de uma metodologia adequada para a análise de grandes volumes de bibliografia. Dessa forma, a revisão bibliométrica mostra-se como aquela capaz de guiar esta pesquisa.

A revisão bibliométrica, para Cobo (2011), pretende mostrar os aspectos estruturais e dinâmicos da pesquisa científica (COBO, 2011, p. 146), sendo uma representação de como pesquisas se relacionam e a evolução de um campo (COBO, 2011, p. 147). Cavalcanti (2016) aponta que Cobo denomina quatro estágios para uma análise bibliométrica, sendo eles detecção de temas, visualização de temas e ligações temáticas, áreas temáticas e análise de performances.

Assim, inicialmente (no subcapítulo 2.2) procurarei detectar a frequência da temática de mulheres na política através das variáveis: eleições de mulheres, representação de mulheres, participação de mulheres e mulheres na política. A partir disso, (no subcapítulo 2.3) analiso quais dimensões da categoria gênero estão sendo trabalhadas por tais artigos: cultural, normativo, institucional e subjetivo. Por fim, (no subcapítulo 2.4) verifico o uso dos conceitos patriarcado, gênero e mulher, assim como, as referências diretas a Carole Pateman, Joan Scott e Simone de Beauvoir.

É importante ressaltar que essa metodologia é um meio útil de analisar um campo de estudos, perceber as falhas e os potenciais da produção científica, bem como, ser capaz de diagnosticar como questões sociais impactam nestas produções. Luiz Augusto Campos e Ingrid Gomes, por exemplo, apontam em seu artigo “Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)” que, após a temática principal, era mais provável que a questão racial fosse a questão secundária do

que a central. Vê-se a dificuldade de centralizar o debate sobre a questão racial, mas também a dificuldade de inserção do tema na sociedade (CAMPOS e GOMES, 2016).

Paralelamente, podemos ver uma crescente dificuldade de discussão da temática de mulheres na política no campo político brasileiro - reforçando a crença de que a existência de mulheres na política faz com que seja desnecessário o debate sobre o tema. Além disso, Campos e Gomes (2016) apontam que o crescimento do debate na sociedade, como foi o debate sobre ações afirmativas no Brasil, impactaram diretamente o crescimento das produções acadêmicas do tipo, sendo que diversos acadêmicos envolveram-se nas discussões. Podemos, através desses tipos de pesquisa, compreender a evolução de todo um campo acadêmico, como o debate se modifica com o passar do tempo, adequando-se à relevância que os aspectos da temática têm para a sociedade. Campos e Gomes (2016) exploram as mudanças na importância de diversos fatores para a pesquisa sobre a questão racial, como as ações afirmativas começam a ganhar um certo destaque ao longo do tempo, e principalmente após o debate ser levantado na sociedade.

Outro exemplo relevante é trazido por Lourdes Maria Bandeira e Marcela Amaral (2017) que exploram o crescimento da pesquisa de gênero e interseccionalidade no Brasil e como a violência de gênero começa a ser estudada e seu campo ampliado. Paula Barreto, Márcia Lima, Andrea Lopes e Edilza Sotero (2017) procuraram analisar a questão racial no debate sociológico brasileiro, mapeando sua construção desde o surgimento do campo no Brasil em 1933.

Lucas Bueno de Freitas e Nanci Stancki da Luz (2017) também se dedicam a analisa o próprio campo acadêmico e as produções científicas, abordando questões envolvendo gênero, ciência e tecnologia. É ressaltado que ainda hoje há uma “percepção de que a pessoa que trabalha com ciência seria um homem, não jovem, [...] e que, embora heterosexual e casado, não se mostra preocupado com atividades familiares e domésticas [...]” (FREITAS, da LUZ, 2017, p. 2). Esse mesmo estereótipo serve para a pessoa em cargo político, em que dificilmente espera-se que uma mulher (ainda mais se essa for negra) ambicie a vida política e assuma tal posição. Não é

esperado que os corpos não-masculinos, não-brancos e não-heterossexuais queiram e consigam ingressar numa parte da vida pública que foi criada em bases do não reconhecimento desses sujeitos. E, da mesma forma, Freitas e da Luz (2017) apontam que os pilares da Ciência e Tecnologia são saberes masculinistas, compreensões masculinistas e que, assim como na política, uma simples construção sem reflexão sobre essas bases não irá alterar a nossa realidade, podendo gerar incongruências sociais. Gerring (2019) faz uma construção da utilização da metodologia de Estudo de Caso em seu livro, analisando as áreas e como é usada em cada campo, fazendo um mapeamento bibliométrico sobre o uso dessa metodologia e quantificando através de gráficos e quadros.

Codato, Bittencourt e Lorenceti (2019) procuram, em seu artigo, analisar a internacionalização da literatura sobre mulheres na política. Em alguns pontos, esse artigo vai de encontro ao que é proposto aqui, mas de maneira mais abrangente. Ou seja, analisa as cocitações entre os artigos sobre mulheres na política latino-americanos, assim como o acoplamento bibliométrico e o país de origem das autoras e autores. A pesquisa, no entanto, é feita através de softwares de pesquisa, enquanto o presente estudo foi feito através de pesquisa manual. Essa pesquisa é de grande relevância para a compreensão do campo de mulheres na política, de modo que compreende o número de publicações de 2002 até 2019, número de autoras e autores, relação de coautoria e países de origem, assim como referências importantes utilizadas por esses artigos pesquisados.

Esses são apenas alguns dos artigos que utilizam dessas metodologias bibliográficas e bibliométricas que foram publicados em grandes revistas brasileiras. De qualquer forma, destaca-se a relevância destas análises do campo acadêmico.

No entanto, apesar de sua importância, a revisão bibliométrica é um método pouco explorado no Brasil. Através de pesquisa pelas palavras-chave “bibliométrico”, “bibliográfico”, “bibliográfica” e “produção acadêmica” nas revistas brasileiras analisadas, poucos foram

encontrados. Com o descritor “bibliométrico”, nenhum artigo foi encontrado. Apenas cinco surgiram na busca por “bibliográfico”, dezoito em “bibliográfica”, e dez em “produção acadêmica”. O quadro 1 abaixo demonstra o número de artigos encontrados na pesquisa em cada revista, através de uma pesquisa por palavras-chaves no próprio site de cada uma, sem análise de período. Nas revistas *Cadernos Pagu* e *Revista Brasileira de Ciência Política*, nenhum desses artigos encontrados possuía como temática e questão central as mulheres na política. Na revista *Estudos Feministas*, três desses artigos encontrados possuíam a temática, mas com centralidade na “política por outros meios”, com enfoque principalmente em movimentos sociais, assim como no movimento feminista.

Quadro 1 - Uso dos métodos bibliográfico e bibliométrico em revistas brasileiras

Revista\Palavras-Chaves	Bibliométrico	Bibliográfico	Bibliográfica	Produção Acadêmica
Estudos Feministas	0	3	13	8
Cadernos Pagu	0	2	4	0
Revista Brasileira de Ciência Política	0	0	1	2

Fonte: Elaboração própria

É possível perceber então uma brecha na análise sobre essa temática, em que a metodologia utilizada nesse trabalho é pouco vista nas grandes revistas de Ciência Política e Estudos de Gênero no Brasil, mesmo tendo em vista sua importância. Enquanto a Ciência Política utiliza em grande parte o estudo de caso e o estudo comparado, os Estudos de Gênero utilizam muito de etnografias, surveys, análises de discurso e estudos de caso⁹. Desta forma, reforça-se a

⁹ Durante o ano de 2018, o grupo de pesquisa Metodologia de Pesquisa Feminista e Decolonial: Possibilidades e Desafios, do qual faço parte, realizou um estudo bibliométrico a fim de descobrir quais as metodologias mais utilizadas, voltando-se para as temáticas de Gênero e Estudos Pós-Coloniais. A partir desse estudo, observou-se a

importância deste trabalho e sua originalidade, por fazer um Estudo Bibliográfico e Bibliométrico sobre Mulheres na Política.

Apresentando como será realizado este Estudo, temos o quadro 2, onde podemos visualizar a relação entre os indicadores e as variáveis, assim como a ordem seguida para análise das variáveis. As variáveis 1 e 2 estão relacionadas, sendo a variável 1 independente e a variável 2 dependente – no que tange a análise bibliográfica. Por exemplo, analisar a dimensão cultural de gênero depende do interesse no tema da eleição de mulheres. Já as variáveis 3, 4 e 5 são independentes e podem ser transversais a todos os temas e a todas as dimensões da categoria gênero.

Quadro 2 - Relação de variáveis e indicadores¹⁰

Variáveis	1	2	3	4	5
	Temas	Dimensões de Gênero	Uso da categoria Patriarcado	Uso da categoria Gênero	Uso da categoria Mulher
Indicadores	Eleições de Mulheres	Cultural	Referência à Patriarcado	Referência à Gênero	Referência à Mulher
	Representação de Mulheres	Institucional	Citação à Carole Pateman	Citação à Joan Scott	Citação à Simone de Beauvoir
	Participação de Mulheres	Normativo	-	-	-
	Mulheres na Política	Subjetivo	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

presença de certas metodologias como preponderantes em algumas áreas, como o estudo de caso na área de Ciência Política, e surveys e análises de discurso em Estudos de Gênero. Percebeu-se também, no entanto, que essas metodologias variam conforme o país de origem da pesquisa, sendo que os artigos publicados em revistas nacionais contavam com números menores de entrevistados, tempos menores de análise, o que pode indicar um menor acesso à verba para pesquisa (geral ou específica para a área).

¹⁰ A relação completa de artigos e variáveis pode ser encontrada no Apêndice 1.

As dimensões de gênero analisadas são aquelas exploradas por Joan Scott (1989), de modo que a interpretação de cada artigo ficou a encargo da autora. Como debatido no primeiro capítulo, os exemplos colocados por Scott (1989) podem ser confusos e, como se trata de uma questão social, poucas vezes as dimensões de gênero podem ser analisadas independentemente das demais, sendo que elas geram impacto e influência umas nas outras. Logo, alguns dos artigos tratam de mais de uma dimensão, e serão adicionados à dimensão cujos autores colocam maior preponderância, ou encaixados naqueles que articulam duas dimensões. Ainda que não seja uma classificação exata, é importante analisar os artigos conforme as dimensões da categoria gênero, para que possamos elucidar como o gênero interfere na participação política das mulheres.

Como amostra, foram escolhidos periódicos de grande relevância nas categorias de Estudos de Gênero e de Ciência Política, na plataforma SJR (Scimago Journal & Country Rank) e plataforma Sucupira – totalizando três brasileiros, sendo dois de Gênero e um de Ciência Política; e, três internacionais, sendo dois de Gênero e um de Ciência Política. Os periódicos brasileiros analisados da categoria Estudos de Gênero foram: Estudos Feministas (SJR 0.219; Qualis B1 em CPRI) e Cadernos Pagu (SJR 0.188; Qualis A2 em CPRI). Os internacionais foram: Gender and Society (SJR 2.284) e Politics and Gender (SJR 1.188). Na categoria de Ciência Política, foram analisados os periódicos: American Journal of Political Science (SJR 9.602); e a Revista Brasileira de Ciência Política (Qualis B1 em CPRI). Na plataforma Sucupira, os periódicos brasileiros foram encontrados dentro da área de avaliação Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI).

Ademais, o período analisado foi entre os anos de 2014 até 2018, de modo que foi possível ter uma ampla percepção do campo recente de gênero e política, abrangendo não apenas os últimos revezes da política brasileira e internacional (como o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff no Brasil e a corrida eleitoral de Hilary Clinton nos Estados Unidos da América), mas também, cobrindo o terreno das possíveis pesquisas brasileiras sobre as eleições de 2018. Os

artigos foram encontrados no site de cada revista, acessados através da Plataforma de Periódicos da Capes.

No total do período de cinco anos, 1.051 artigos foram contabilizados e analisados de forma que fosse possível estudá-los de modo qualitativo e quantitativo. O quadro abaixo demonstra o total de publicações de artigos por ano. As revistas Revista Brasileira de Ciência Política, Estudos Feministas e Cadernos Pagu são trimestrais, enquanto Politics and Gender e American Journal of Political Science, são quadrimestrais. A revista Gender and Society têm seis edições por ano. A seção de “Artigos” ou “Papers” foi incluída de todas as revistas. Além disso, na revista Politics and Gender foram incluídos na contagem a subseção dos artigos de “Critical Perspectives on Gender and Politics”, de modo que o leque de publicações que pudessem ter relação com a temática fosse maior. Não foram incluídos os dossiês temáticos, mesmo que pudessem ter uma relação com a temática procurada, tendo em vista que seria necessário incluir os dossiês de todas as revistas, o que poderia distorcer os dados.

Além disso, é importante ressaltar que a Revista Brasileira de Ciência Política possui uma seção de dossiês sobre Feminismo e Antirracismo, da edição 16 de 2015, a qual não continha nenhum artigo pertinente sobre a temática. A revista Cadernos Pagu conta com um (?) dossiê específico sobre a temática - mas a própria falta de artigos publicados por livre demanda e existência de dossiê demonstra que teve que haver uma demanda das pesquisadoras para que a temática tivesse espaço dentro da revista.

Quadro 3 - Número de artigos publicados por ano nas revistas analisadas

Revistas	Instituição	Artigos publicados em 2018	Artigos publicados em 2017	Artigos publicados em 2016	Artigos publicados em 2015	Artigos publicados em 2014

Estudos Feministas	Universidade Federal de Santa Catarina	63	49	27	23	31
Cadernos Pagu	Universidade Estadual de Campinas	10	28	14	18	17
Politics and Gender	American Political Science Association	40	31	37	43	39
Gender and Society	SAGE Publishing	32	30	30	35	32
American Journal of Political Science	Midwest Political Science Association	59	57	61	58	62
Revista Brasileira de Ciência Política	Universidade de Brasília	20	24	29	23	29
Total		1051	224	219	198	200
						210

Fonte: Elaboração própria

Como pode ser analisado no quadro 3, o número de publicações da American Journal of Political Science superou o das demais revistas, mas isso não teve impacto na quantidade de publicações que atendiam aos indicadores temáticos. Assim, pode-se dizer que apesar do total de publicações afetar a contagem percentual de cada revista, não afetou o total geral ao não necessariamente aumentou o número de artigos que se enquadravam na temática procurada.

Nos próximos subcapítulos ver-se-á, de forma mais aprofunda: quais as principais temáticas relacionadas à mulheres na política estão sendo publicadas por cada uma das revistas

(subcapítulo 2.2); por qual viés de gênero os artigos concentram-se (subcapítulo 2.3); e, também, qual a atual relevância das autoras clássicas dos Estudos de Gênero para o estudo de mulheres na política (subcapítulo 2.4).

2.2 ANÁLISE TEMÁTICA

Os artigos dos periódicos selecionados (Revista Brasileira de Ciência Política, Estudos Feministas, Cadernos Pagu, American Journal of Political Science, Politics and Gender, Gender and Society) foram analisados levando em conta quatro temáticas principais: eleições de mulheres, participação de mulheres, representação de mulheres, e mulheres na política. A política à qual o trabalho refere-se é apenas a institucional, por meio de participação em partidos e eleições para cargos públicos. Assim, para que cada periódico pudesse ser categorizado, foram lidos seus resumos de forma que seu viés temático pudesse ser categorizado, levando em conta as questões de eleições, candidatura e política na mídia, cotas, subjetividades políticas, entre outras, que podem ser analisadas no Apêndice 1 ao final do trabalho.. Os artigos referentes à representação política geralmente utilizavam da palavra representação tanto no texto de seu resumo quanto em seu título, mas também foi utilizada a palavra inclusão e o debate identitário para que tais artigos fossem categorizados. Enquanto cotas são percebidas como forma de representação, decidi categorizá-las como um meio de participação; essa temática enquadra-se na forma de representação descritiva, e não substantiva. Alguns dos periódicos categorizados como participação de mulheres possuíam de fato a palavra participação no texto de seus resumos ou em seus títulos, assim como a palavra engajamento, mas esse acontecimento foi significativamente menor ao da categoria anterior. Quanto à categoria de eleição de mulheres, foram procurados artigos cujos temas giravam em torno de partidos e candidaturas de mulheres. Por fim, a categoria mulheres na política foi criada a fim de abranger aqueles artigos mais abrangente do que as

anteriores, sendo necessária uma temática que fosse capaz de englobar a todos sem especificidades. Dessa forma, nessa categoria entraram artigos cuja temática era liderança de mulheres na política, performance política, generificação das instituições e seus impactos para a inserção e representação de mulheres, assim como artigos mais específicos como mulheres indígenas na política. Essa divisão vai de encontro aquilo proposto por Codato, Bittencourt e Lorencetti (2019), cuja hipótese é que as publicações concentrem-se nas temáticas de participação política, representação política e eleições.

Podemos observar no quadro 4 a grande disparidade entre os periódicos, em que a Politics and Gender concentra o maior número de publicações que vão ao encontro da primeira variável. Dos 74 artigos contabilizados dentro das temáticas nos cinco anos analisados, a revista publicou 57 artigos, sendo que apenas no ano de 2015 foram contabilizadas 19. Por outro lado, a revista Cadernos Pagu não contabilizou nenhum artigo publicado sobre as temáticas nos cinco anos analisados – sendo uma das principais revistas de Estudos de Gênero do Brasil, este fato é alarmante sobre a invisibilidade das temáticas relacionadas a mulheres na política, mesmo tendo um viés Antropológico, a revista poderia abordar o tema, com a análises culturais e subjetivas, por exemplo. Essa revista, assim, foi excluída das demais análises pela inexistência de dados. No total, com exceção da Politics and Gender, a maioria das revistas teve uma contagem baixa de publicações sobre a temática, tendo as revistas brasileiras os menores números dentre as analisadas. Sendo assim, já é possível fazer uma constatação prévia de que, apesar da relevância que a temática possui para a construção de pontes para inserção das mulheres na política, esses artigos são pouco publicados em grandes periódicos nacionais e internacionais. Essas publicações concentram-se em periódicos focados especificamente na temática como o é a Politics and Gender, e conseguem pouco espaço tanto em revistas que abordam Gênero quanto naquelas que abordam a Ciência Política.

Quadro 4 - Número de artigos por ano e por revista das quatro temáticas

Revista	Ano	Eleições de Mulheres	Representação de Mulheres	Participação de Mulheres	Mulheres na Política
Estudos Feministas	2018	0	0	0	0
	2017	0	1	0	0
	2016	1	0	0	0
	2015	0	0	1	0
	2014	0	0	0	0
Cadernos Pagu	2018	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0
	2015	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0
Politics and Gender	2018	0	3	2	2
	2017	7	1	4	1
	2016	6	1	1	1
	2015	6	4	7	3
	2014	0	2	3	3
Gender and Society	2018	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0
	2015	0	0	0	2
	2014	0	0	1	1

American Journal of Political Science	2018	1	2	1	1
	2017	1	0	0	0
	2016	0	0	0	0
	2015	1	0	1	0
	2014	0	1	0	0
Revista Brasileira de Ciência Política	2018	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0
	2016	0	0	0	0
	2015	0	0	0	1
	2014	0	0	0	0
Total	74	23	15	21	15
Total %	100%	31,1%	20,3%	38,4%	20,3%

Fonte: Elaboração própria

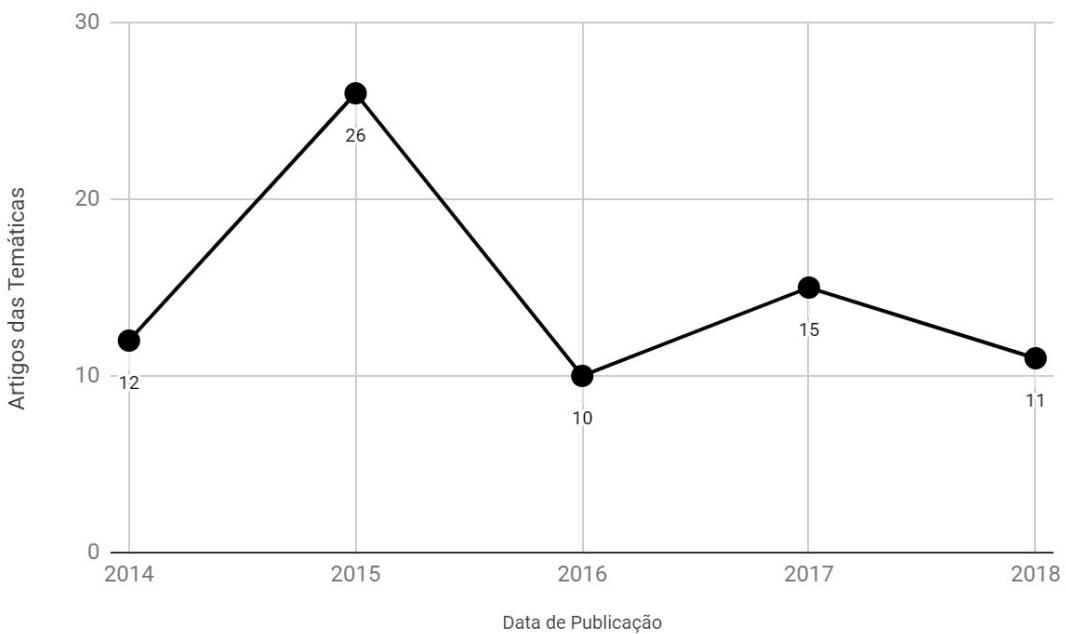
Do total de 1.051 artigos e dossiês temáticos analisados, apenas 74 enquadram-se nas temáticas procuradas, o que consta como 7% do total de publicações das seis revistas nos últimos cinco anos. No entanto, desses 74 artigos, 57 deles (77,02%) foram publicados na revista Politics and Gender. Portanto, apenas 17 artigos foram publicados nas demais revistas, em um total de 858 artigos. Ainda mais surpreendente, apesar da proximidade de publicações entre as três revistas de gênero (com 438 artigos publicados, no total, nos últimos cinco anos) e as duas revistas de Ciência Política (com 422 artigos), as revistas American Journal of Political Science e Revista Brasileira de Ciência Política contaram com 10 publicações das temáticas (com a primeira tendo 9 artigos e a segunda apenas um), enquanto a Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Gender and Politics tiveram apenas 7 (a primeira com 3 artigos, a segunda com nenhum, e a

terceira com 4). A partir dessa análise podemos perceber que, além das revistas de gênero não-específicas sobre política publicarem menos artigos sobre as temáticas, as revistas brasileiras contam com número ainda menor. Das 405 publicações brasileiras, apenas 4 (ou seja, 0,98%) são da temática, demonstrando mais uma vez a importância do estudo da temática de mulheres na política e publicação dessas descobertas no Brasil, o que não está sendo feito nos últimos anos.

A falta de publicação, no entanto, pode não significar falta de produção. Um dos motivos pelos quais esses periódicos têm essa contagem baixa pode ser a dificuldade individual, provocada pelos padrões culturais de gênero e do patriarcado, das pesquisadoras em enviar suas produções para revistas importantes de suas áreas – ou seja, a crença pelas autoras de que o tema não possui maior relevância. Da mesma forma, as autoras podem acreditar que não há possibilidade de aceite de suas pesquisas (problema esse que perpassa a vida de mulheres em qualquer ramo profissional, devido à constante pressão cultural que sempre aponta que homens são superiores na vida pública) em revistas de estrato superior. Por outro lado, pode significar o desinteresse das revistas pelo tema. Ou, ainda, a tendência científica para o debate autocentrado e para a formação de guetos específicos para as temáticas.

É necessário, ainda, refletir sobre os motivos pelos quais os periódicos brasileiros apresentaram número tão ínfimos de publicações na temática, resposta essa que talvez seja encontrada analisando: as diversas complexidades formadas pelas dimensões de gênero no país e a força do patriarcado durante toda a formação do Brasil; a baixa participação de mulheres na política no Brasil até os dias de hoje; a perseguição à categoria gênero nos últimos anos; entre outras questões.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: Elaboração própria

Como pode ser analisado no gráfico 1, o ano de 2015 teve o maior número de publicações de artigos das temáticas analisadas dentre os cinco anos. Percebe-se assim que essa temática não é considerada de grande relevância nacionalmente, tendo em vista a ínfima publicação sobre. A falta do debate nas grandes publicações afeta seriamente a continuidade das pesquisas existentes, assim como impede o avanço social. Se nem a sociedade acadêmica está avaliando mulheres na política como algo necessário a ser estudado (tendo em vista o baixo número de mulheres eleitas, assim como todos os desafios pelos quais elas têm de passar), isso acaba passando como de pouca importância para a população e governantes.

Também é possível analisar um decréscimo na publicação de artigos dessa temática, tendo o ano de 2016 o menor número de artigos dentre os anos avaliados, com apenas dez artigos. Talvez as variações se devam a decisões editoriais, mais do que sociais. É também necessária uma análise conjuntural do campo e dos acontecimentos sociais e políticos para que se possa compreender essas variações. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América em

2016 pode ser um fator nessa questão, tendo em vista que houve um aumento de discursos machistas - e a resistência a esses - desde 2015. Dessa forma, a relevância da temática pode ter influenciado a edição das revistas a escolher artigos envolvendo a temática de mulheres na política. Afinal, haveria necessidade de manter-se à par da política recente. No entanto, em 2016 o número de publicações é o menor - é possível que, apesar do aumento do debate e disputas sobre machismo e feminismo, o crescimento de Trump (e o que sua eleição significava) ofuscou a importância dessa análise.

Quanto à temática central dos 74 artigos encontrados, nas 6 revistas, temos, conforme exposto no Quadro 4:

- a) vinte e três deles têm como foco eleições de mulheres: esses artigos estudam principalmente a questão da candidatura de mulheres e o voto para mulheres. Assim, é trabalhada a questão de recrutamento político, cobertura de mídia, o efeito dos partidos no recrutamento e disposição de listas, os sistemas eleitorais e eleições, assim como um único artigo que fala sobre partidos de mulheres na Europa (COWELL-MEYERS, 2016);
- b) quinze têm foco em representação de mulheres: aqui foram encaixados artigos cujas temáticas giravam em torno de representação substantiva, os desafios de representação (REZENDE, 2017), a questão identitária, e como cotas e sistemas eleitorais impactam na capacidade de representação substantiva das mulheres;
- c) vinte e um têm foco em participação de mulheres: foram enquadrados artigos com foco em representação descriptiva, ou seja, a maior parte dos artigos que estudavam cotas e impacto de sistemas eleitorais na representação, mulheres no poder como exemplo para eleição de outras (GILARDI, 2015), e ademais formas de participação de mulheres na política;
- d) quinze têm foco em mulheres na política: por fim, esta última temática abrange artigos como as agendas parlamentares das mulheres (ROMERO e KERSTENET, 2015), suas

experiências positivas e negativas dentro do governo, artigos que focam em figuras políticas, e generificação de instituições.

Apesar de não fazer parte dos indicadores temáticos, cabe ressaltar que seis artigos falam sobre “raça” (LUCAS, 2017; WARD, 2016), etnia (FOLKE, FREIDENVALL e RICKNE, 2015) ou interseccionalidade (KUPERBERG, 2018; CELIS, ERZEEL e MÜGGE, 2015; CORBETT e LIKI, 2015).

Pela análise temática, foi possível perceber uma preponderância de artigos que estudam as instituições eleitorais e as normas pelas quais a inserção de mulheres na política é dificultada ou facilitada, seguindo uma perspectiva mais clássica dos estudos de Política.

Xydias (2014) aponta que apenas nos anos mais recentes os teóricos da área começaram a analisar demandas feministas, e também, crenças das mulheres conservadoras. Ou seja, novos temas têm sido incluídos. De acordo com os dados encontrados, no entanto, não foram encontrados muitos artigos que utilizassem essas novas perspectivas. Apenas 6 artigos possuíam foco em questões tradicionalistas e conservadoras, como movimentos religiosos: (1) *Politics of Devoted Resistance: Agency, Feminism, and Religion among Orthodox Agunah Activists in Israel*, Tanya Zion-Waldoks, 2015; (2) *Authenticating Representation: Women's Quotas and Islamist Parties*, Lihi Ben Shitrit, 2016; (3) *Religious Differences among Congressional Districts and the Success of Women Candidates*, Mark Setzler, 2016; (4) *Women and Political Leadership in an Authoritarian Context: A Case Study of the Sixth Parliament in the Islamic Republic of Iran*, Valentine M. Moghadam and Fatemeh Haghigatjoo, 2016; (5) *Conservatism and Women's Political Representation*, Karen Celis and Sarah Childs, 2018; (6) “Righting” Conventional Wisdom: *Women and Right Parties in Established Democracies*, Diana Z. O'Brien, 2018.

Após esta análise temática geral, é necessário compreender de que forma as quatro dimensões de gênero perpassam esses artigos. Ao propor quatro dimensões para a análise da categoria gênero – cultural, institucional, normativa, subjetiva – Joan Scott forneceu um

arcabouço teórico transversal e completo para as análises de gênero. Sendo assim, esta pesquisa quer mapear: qual é a dimensão mais utilizada pelas autoras e autores para compreender a inserção ou não inserção de mulheres na política, e suas dificuldades e aspirações? As análises das mulheres na política perpassam as dimensões da categoria gênero? A categoria gênero, em suas quatro dimensões, é útil para a compreensão das mulheres na política? Estas questões serão trabalhadas no próximo subcapítulo.

2.3 ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE GÊNERO

Como visto no subcapítulo anterior, os artigos sobre mulheres na política podem ser divididos em eleições de mulheres, representação de mulheres, participação de mulheres e mulheres na política. No entanto, a fim de aprofundar o entendimento de qual o foco desses artigos, mas também apontar a relevância da categoria gênero, este subcapítulo analisa tais estudos a partir de uma perspectiva das quatro dimensões de gênero (institucional, normativa, cultural e subjetiva). Para que possamos compreender a análise feita, é preciso reforçar que existe uma confusão entre as dimensões de gênero propostas por Scott (1989). Como uma característica de qualquer sociedade, as interações são dependentes umas das outras. Dessa forma, por mais que seja compreensível uma divisão da categoria gênero em institucional, normativa, cultural e subjetiva, ela também pode ser difícil de aplicar em certos casos. Essas dimensões estão sempre interagindo e influenciando umas às outras, e isso impacta o estudo que fazemos sobre elas. Todos os estudos terão em parte uma percepção sobre a cultura machista e patriarcal em que as mulheres devem lutar para ter a possibilidade de fazer parte da política; como as instituições não foram feita para/por mulheres e, por isso, têm dificuldade em aceitá-las e incluí-las; como as normas podem ajudar a inserir as mulheres na política, mas também podem ser insuficientes ou objetivamente tentar mantê-las longe; e como somos ensinadas e portanto acabamos crescendo e internalizando a ideia de que nós mulheres não fomos feitas para a vida política e pública. Assim, este subcapítulo é um esforço de tentar compreender de que forma majoritária as e os autores que abordam a temática de mulheres na política analisam essa questão.

Quadro 5 - Quantidade de artigos por dimensão de gênero

	Institucional	Normativo	Cultural	Subjetivo	Multidimensional
American Journal of Political Science	3	0	2	1	3
Estudos Feministas	0	2	0	0	1
Gender and Society	2	0	0	1	1
Politics and Gender	22	12	8	6	9
Revista Brasileira de Ciência Política	0	0	0	1	0
Total	27	14	10	9	14
Total %	36,4%	18,9%	13,5%	12,2%	18,9%

Fonte: Elaboração própria

Através da análise quantitativa, é possível perceber que há um número muito maior de artigos cujo foco é a dimensão institucional de gênero. Os artigos institucionais chegam a 36,5% do total dos artigos, seguido pelos artigos com foco na questão normativa (18,9%) e os artigos multidimensionais (18,9%). Por último encontram-se os artigos culturais (13,5%) e subjetivos (12,16%). Como era esperado, dada a grande porcentagem de artigos na revista Politics and Gender, essa é a que mais possui artigos de todas as dimensões. É importante analisar a grande diferença entre a dimensão com o maior número de artigos e a com menor número. A dimensão subjetiva de gênero não é tão utilizada para análise de mulheres na política institucional, dimensão essa que engloba a questão mais individual das mulheres eleitas, assim como seu potencial de ação e ação efetiva nesses espaços generificados. Dessa forma, para se realizar uma análise subjetiva é necessária uma abordagem mais próxima dessas mulheres e suas agendas, não

sendo possível uma pesquisa tão distante de suas vivências como mulheres políticas. A análise institucional é mais tradicional e própria da Ciência Política, a qual normalmente busca compreender as instituições políticas (democráticas ou não) e o funcionamento dos caminhos para o poder (CODATO, BITTENCOURT, LORENCETTI, 2019).

Muitos desses artigos institucionais analisados tematizavam representação descritiva e/ou substantiva (SMITH, 2014; JALALZAI e DOS SANTOS, 2015; O'BRIEN, MENDEZ, PETERSON e SHIN, 2015; WYLIE e DOS SANTOS, 2016; FUNK, MORALES e TAYLOR-ROBINSON, 2017; JOSHI e GOEHRUNG, 2018), assim como a própria generificação das instituições políticas (BOLZENDAHL, 2014; WAYLEN, 2014; FRANCESCHET e THOMAS, 2015; WORTHEN, 2015; ENNSER-JEDENASTIK, DOLEZAL e MÜLLER, 2017; BARNES e O'BRIEN, 2018) e o que essa generificação representa para a participação feminina (SCHWINDT-BAYER e SQUIRE, 2014; KANTHAK e WOON, 2015; LUHISTE, 2015; MURRAY, 2015; COWELL-MEYERS, 2016; HERN, 2017; KROOK, 2018; KUPERBERG, 2018).

Não foram encontrados muitos artigos que tivessem maior enfoque na questão questão cultural, sendo que aqueles encontrados possuíam foco em estereótipos de gênero (DOLAN e LYNCH, 2016; DOWLING e MILLER, 2015) e como a mídia representa essas mulheres candidatas e/ou influencia os eleitores (LUCAS, 2017; LÜHISTE e BANDUCCI, 2016; WARD, 2016), mas também alguns artigos cuja pesquisa voltava-se para mulheres conservadoras e/ou religiosas (ZION-WALDOKS, 2015; SETZLER, 2016; CELIS e CHILDS, 2018). Quanto à dimensão normativa, há uma concentração de artigos sobre cotas para mulheres na política (ANDERSON e SWISS, 2014; FOLKE, FREIDENVALL e RICKNE, 2015; GAUNDER, 2015; HUANG, 2015; TAN, 2015; YOON e SHIN, 2015; SHITRIT, 2016; CALYTON, JOSEFSSON e WANG, 2017; ARENDT, 2018), alguns artigos que analisam o recrutamento de mulheres para cargos políticos (ANNESLEY, 2015; BJARNEGÅRD e KENNY, 2015), um que analisa o sistema eleitoral (THAMES, 2017), e um que analisa ambos os fatores (SPOHR, MAGLIA, MACHADO e DE OLIVEIRA, 2016).

Quadro 6 - Relação de artigos multidimensionais

	Institucional		Normativo		Cultural		Subjetivo	
	Total	Total %	Total	Total %	Total	Total %	Total	Total %
Institucional	-	-	-	-	-	-	-	-
Normativo	3	21,4%	-	-	-	-	-	-
Cultural	2	14,2%	0	0	-	-	-	-
Subjetivo	5	35,7%	1	7,14%	2	14,2%	-	-

Fonte: Elaboração própria

Dentre os artigos multidimensionais, apenas uma combinação de dimensões não foi vista presente, que é a questão cultural e normativa. Já o maior número de artigos multidimensionais uniam a dimensão institucional e subjetiva em sua análise - ou seja, apesar de que essas dimensões, sozinhas, sejam usadas em quantidades muito díspares (sendo que a subjetiva conta com menos da metade dos artigos que utilizam a dimensão institucional), a combinação de suas perspectivas é a mais utilizada (35%) quando as teóricas e teóricos pretendem ampliar seu foco de análise. A combinação institucional normativa conta como 21,4% dos artigos, enquanto as combinações cultural institucional e institucional subjetiva contam como 14,3% cada. Por fim, a combinação normativa subjetiva é apenas 7,14% dos artigos multidimensionais. Dentre as próprias combinações multidimensionais, aquelas envolvendo a dimensão institucional ainda engloba a maior parte das publicações, sendo 71,42% desses artigos.

Dessa forma, podemos perceber que a maioria dos artigos tem como foco principal a dimensão institucional do gênero, principalmente focando na questão da representação descritiva e/ou substantiva. Em seu estudo, Bolzendahl (2014) afirma que gênero é uma instituição em si mesmo, e que a não neutralidade das instituições políticas faz com que os papéis de homens e mulheres que trabalham nessas sejam, nem que parcialmente, afetados pelas predeterminações de gênero. A autora aponta então que as mulheres estariam super representadas em ações envolvendo questões sociais/éticas (envolvendo pessoas), enquanto os homens seriam responsáveis pelas “coisas” (economia, defesa e política externa) - sendo as questões das “coisas” percebidas socialmente como muito mais importantes que as demais (O'BRIEN, MENDEZ, PETERSON e SHIN, 2015; DOLAN e LYNCH, 2016). Hern (2017) então afirma que quando

Ministérios e políticas são criadas para atender especificamente aos interesses das mulheres, mas apenas reforçam os ideais de gênero e/ou não respondem ao que as mulheres querem e necessitam, isso torna por desincentivar as mulheres a participar da política, por qualquer que seja o meio (voto, filiação em partidos, candidatura).

Quando a principal experiência das mulheres com o governo é através de uma instituição que não consegue entender ou responder às suas necessidades, essa experiência demonstra que há pouca utilidade no engajamento com o governo. Exposição à políticas marginalizantes produz um segmento da população que é alienada, desengajada politicamente, e dificilmente verá utilidade em participar da política democrática. (HERN, 2017, p. 8, tradução nossa)¹¹

De acordo com O'Brien, Mendez, Peterson e Shin (2015), quando mulheres são líderes de ministérios ou parlamentos, tendem a nominar menos mulheres para cargos do que homens da esquerda política. Jalalzai e dos Santos (2015) apontam que após a eleição de Dilma Rousseff no Brasil, o efeito da representação de uma mulher no cargo mais alto contou como incentivo para participação feminina na política, mesmo que a presidente apenas tenha continuado a política do governo anterior. Em seu estudo, Gilardi (2015) observa que essa importância de ter um exemplo na política se esvai após um tempo, pois quando há um vácuo de mulheres (mulheres “novas” tentando candidatura, sendo eleitas em outras localidades, etc), maior a chance de que mulheres sejam encorajadas a tentar candidatura. No entanto, quando já existem mulheres eleitas e tentando reeleição, o efeito de “exemplo” das mulheres que chegaram no poder diminui, fazendo com que não haja novo incentivo para inserção política. O rápido engajamento e ingresso de mulheres na política pode fazer com que isso seja subestimado, gerando desengajamento e uma maior dificuldade de atingir paridade.

Mas apenas a representação em número é efetiva para que as mulheres sejam ouvidas? Mendelberg, Karpowitz e Goedert (2014) analisam que nem sempre isso é verdade. Em casos de deliberação em que a decisão é feita por unanimidade, uma minoria de mulheres consegue mais efetivamente barrar decisões contrárias - quando homens são minorias, podem impedir a criação

¹¹ “When women’s primary experience with the government is through an agency that fails to understand or address their needs, such an experience instructs them that there is little utility in engaging with the government. Exposure to such marginalizing policies produces a segment of the population that is alienated, politically unengaged, and unlikely to find utility in participating in democratic politics.” (HERN, 2017, p. 8)

de leis e ações que beneficiam mulheres. Em casos de decisão por maioria, a representação em números, a paridade, é necessária para que as mulheres tenham poder na deliberação, pois esse é um sistema que prejudica a participação feminina (THAMES, 2017; MENDELBERG, KARPOWITZ e GOEDERT, 2014). Além disso, o próprio sistema eleitoral afeta a eleição de mulheres, sendo que um sistema de lista fechada é capaz de eleger mais mulheres do que lista aberta (FREIDENBERG, 2017) - mas que a combinação das cotas com um sistema de lista fechada traz os melhores resultados para a eleição feminina (SPOHR, MAGLIA, MACHADO e DE OLIVEIRA, 2016).

Constatando essa desigualdade nos governos, a partir da dimensão normativa, Clayton, Josefsson e Wang (2017) apontam que apenas nas duas últimas décadas, mais de cem países aderiram à cotas para mulheres na política. Essas onda de cotas, no entanto, pode gerar reações negativas dos homens que se encontram no poder, os quais podem tentar marginalizar essas mulheres e impedir sua representação substantiva (CLAYTON, JOSEFSSON e WANG, 2017), além de que tem-se a percepção de falta de credibilidade para mulheres que entram para a política através das cotas (CLAYTON, JOSEFSSON e WANG, 2017; TAN, 2015). Com as cotas e o aumento do número de mulheres, há um fortalecimento para que os interesses femininos, por mais que diversos, consigam ser representados no âmbito político (CLAYTON, JOSEFSSON e WANG, 2017; MENDELBERG, KARPOWITZ e GOEDERT, 2014). Shitrit (2016) ainda aponta que as cotas conseguem gerar um efeito simbólico na sociedade, demonstrando a capacidade das mulheres de participar como iguais num sistema político. A autora aponta que mesmo em sistemas autoritários contrários às cotas, como em países Islâmicos, a existência dessa lei fomenta o debate interno para construção de uma norma própria para inserção das mulheres. Arendt (2018) afirma ainda que um dos efeitos de um sistema de cotas efetivo é o desenvolvimento de equidade e liderança feminina em todos os âmbitos políticos.

Pruysers e Blais (2017), através das dimensões cultural e subjetiva, observam que uma das dificuldades de eleição de mulheres é a percepção do público, em que as mulheres precisam ser mais qualificadas e ter um desempenho melhor quando eleitas, assim como costumam enfrentar mais oponentes nas eleições. Assim, em seu estudo, foi descoberto que mulheres que recebem desincentivos à participação política (como exposição a estereótipos negativos de gênero de que

mulheres não performam tão bem na política quanto homens) demonstram menos ambição política que homens. No entanto, é ressaltado por Pruysers e Blais (2017) que, mesmo quando não tendo essa exposição no estudo, as mulheres demonstravam menor ambição - o que pode ser explicado pelo fato de receberem esse tipo de informação durante toda a sua vida. Ademais, Dolan e Lynch (2016) indicam que a população tende a preferir traços masculinos e experiência para altos cargos, sendo traços femininos preferidos para cargos mais locais.

Campbell e Heath (2017), a partir de uma análise subjetiva, descobriram que o interesse ou desinteresse da população na representação descritiva das mulheres não afeta sua intenção de voto. Ou seja, mesmo homens e mulheres com visões feministas não deixam de lado seu partido favorito para votar em mulheres. A probabilidade de um partido receber votos nos EUA é 0.14 menor quando tem uma mulher como candidata (CAMPBELL e HEATH, 2017, p. 225). Já Golder et. al (2017) apontam o contrário para a Europa, em que ter mulheres na lista não prejudica o partido. O estudo europeu também aponta que na região um sistema eleitoral mais aberto, como por exemplo lista aberta e “panachage” demonstram maior intenção de votos para mulheres do que lista fechada - contrário do que acontece na América Latina (SPOHR, MAGLIA, MACHADO e DE OLIVEIRA, 2016). Além disso, quando o candidato homem toma medidas de personalização de sua campanha (expondo sua vida a fim de angariar votos), é percebido como muito mais competente, enquanto o mesmo não ocorre para candidatas mulheres (MEEKS, 2017). Dessa forma, Karpowitz, Monson e Preece (2017) observaram que apenas o incentivo para que mulheres se candidatem não é o suficiente, pois também é preciso que haja incentivo interno (no caso dos partidos), para que seja criada uma demanda de mulheres, a fim de balancear a oferta pós-incentivo. Dittmar (2015) ressalta, num estudo utilizando as dimensões institucional e subjetiva, que é necessário estudar e compreender quais os incentivos mais eficientes para as diferentes mulheres - enquanto algumas mulheres nos EUA conseguiram ser incentivadas através da Lista Emily com financiamento, é preciso pensar em como mobilizar a candidatura de mulheres não-brancas, mulheres conservadoras, entre outras que não se enquadram naquilo que já foi feito. Quando eleitas, ainda, mulheres costumam ter visões divergentes sobre o impacto que o gênero tem para sua efetividade e permanência no cargo; enquanto algumas mulheres percebem uma instituição e normas patriarcais, que privilegiam seus

colegas homens, outras não possuem a mesma experiência, acreditando inclusive que a “ajuda externa”, como financiamento e cotas, piora sua situação ao pressioná-las (mulheres mais conservadoras) a ter uma posição “feminista” em debates e discursos (CORBETT e LIKI, 2015).

Foi possível perceber, através dessa análise mais aprofundada das dimensões mais utilizadas pelas autoras e autores de Estudos de Gênero e Ciência Política que a dimensão institucional tornou-se muito privilegiada nos estudos da temática. Apesar de ser extremamente relevante, é também necessário que sejamos capazes de estudar as diversas complexidades e interseccionalidades existentes que envolvem a democracia representativa. É preciso que mais estudos sejam feitos, por exemplo, em países do Sul Global, de modo que possamos compreender as diferenças que existem entre os Estados e as regiões do globo, tendo em vista as contradições já encontradas aqui em análises de sistemas eleitorais na América Latina e na Europa. Da mesma forma, as questões subjetivas e culturais estão sendo subutilizadas, sendo que a interpretação do sistema patriarcal e generificado modifica-se para cada indivíduo, podendo ser aceito pelas mulheres ou negado e transformado em luta - uma dualidade, ou multiplicidade, de interpretações a ser entendidas que podem fazer com que as medidas para inserção de mulheres na política possam ser mais efetivas. Todavia, para que tudo isso seja possível, é necessário que a base dos Estudos de Gênero esteja consolidada em conceitos fortes, principalmente devido à deslegitimação da categoria gênero que vem acontecendo.

2.4 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS

Como mencionado anteriormente, é preciso que tenhamos como estabelecidas as categorias gênero, mulher e patriarcado como científicas, e não apenas parte de uma ideologia. No entanto, ainda estamos utilizando essas categorias pelas quais lutamos tanto? Utilizamos as autoras referências clássicas como base de nossas pesquisas e descobertas? Ou já acreditamos desnecessário fundamentar os conceitos que utilizamos, abandonando da legitimidade científica pela pós-modernidade do “todos sabemos”?

Quadro 7 - Utilização dos conceitos gênero, patriarcado, mulher e suas principais autoras

Total de Artigos	Gênero		Patriarcado		Mulher	
	Referência à Gênero	Citação à Joan Scott	Referência à Patriarcado	Citação à Carole Pateman	Referência à Mulher	Citação à Simone de Beauvoir
74	74	2	17	2	58	0
Total %	100%	2,7%	22,97%	11,76%	78,37%	0%

Fonte: Elaboração própria

Analizando o Quadro 7, podemos perceber que, apesar de utilizarmos amplamente o conceito de gênero, não estamos utilizando a principal autora que definiu a amplitude do que é a categoria gênero. Da mesma forma, estamos deixando de lado a categoria patriarcado, essa que é de extrema utilidade quando analisamos a questão democrática, e acabamos perdendo a noção do que seria uma estrutura patriarcal. Codato, Bittencourt e Lorencetti (2019) apontam em seu estudo as principais teóricas e teóricos citados na área, dos quais não constam as autoras pesquisadas aqui. No entanto, sua pesquisa aponta que há uma demora para o consumo das literaturas, sendo que das dez principais referências, nove foram publicadas em ou antes de 2010. Conseguinte, seis das dez referências são livros, e não artigos. Assim, haveria uma maior possibilidade de utilização destas três referências (“Gênero: Uma categoria útil de análise histórica” (1989), de Joan Scott; “O Contrato Sexual” (1988), de Carole Pateman, e; “O Segundo Sexo” (1949), de Simone de Beauvoir), sendo que todos foram publicados antes de 2010 e dois dos três são livros.

Além disso, é necessário afirmar a científicidade da categoria mulher, a qual não deve referir-se a algo do senso comum do que é uma mulher. Há uma diversidade muito grande do que é uma “mulher” e, para que os periódicos façam sentido e as análises possam ser replicadas em outros lugares, é necessário que saibamos de qual “mulher” cada pesquisa se trata.

A utilização de referências científicas para abranger conceitos é o meio que as ciências humanas possuem de legitimar-se como ciência. Principalmente se tratando da questão dos Estudos de Gênero, o abandono de nossos conceitos científicos abre espaço para gênero seja considerado um ideologia, patriarcado não seja compreendido com uma estrutura que permeia todas as sociedades, e não apenas algumas delas, e que mulher é um conceito científico que

permite com que entendamos as diferentes subjetividades do que é ser uma mulher para a diversidade de mulheres existentes. Nas mais diversas áreas, os autores clássicos continuam sendo citados e mantêm-se relevantes para os estudos ainda feitos hoje. É preciso que um estudo mais aprofundado do campo seja feito para que se possa compreender os motivos por que começou-se a achar desnecessário explicar e referenciar as conceituações utilizadas. Por mais que periódicos sejam feitos para pesquisadoras e pesquisadores da área, a demarcação do que se entende por cada conceito é relevante para a compreensão de cada trabalho. Assim como dito anteriormente sobre a necessidade de explicação sobre quais mulheres o artigo aborda, da mesma forma precisamos entender o que a autora e/ou o autor querem dizer por gênero e patriarcado, de modo que não haja mal entendidos quando da leitura das pesquisas. Além disso, como apontam Maliniak, Powers e Walter (2013), mulheres costumam receber menos citações que seus colegas homens - dessa forma, será que a desvalorização das autoras tidas como clássicas ocorre apenas nessa área, ou os clássicos de áreas como Segurança, Defesa, Política Externa (áreas tidas como “masculinas”) também foram substituídos por suas atualizações e releituras mais contemporâneas?

Além de *Indigenous Women’s Political Participation: Gendered Labor and Collective Rights Paradigms in Mexico* (WORTHEN, 2015), *A Seat at the Table—Is it Enough? Gender, Multiparty Negotiations, and Institutional Design in South Africa and Northern Ireland* (WAYLEN, 2014) e *Women’s Rights in Germany: Generations and Gender Quotas* (XYDIAS, 2014) - sendo que a primeira é a única que referencia gênero e patriarcado citando Scott e Pateman -, nenhum dos outros periódicos faz qualquer menção à essas autoras.

Da mesma forma, pode-se perceber que a categoria patriarcado não está mais sendo tão utilizada, tendo sido praticamente substituída pela categoria gênero. Esse pode ser um dos resultados do processo de não referência das autoras, pois faz com que não tenhamos conhecimento do que exatamente significa tal conceito, sendo induzidas e induzidos ao erro pelo processo de esquecimento das categorias científicas. A própria leitura dos textos por fontes secundárias, ou compreensão dos conceitos através de outros periódicos, faz com que não sejamos capazes de entender corretamente e tirar nossas próprias conclusões, sendo levados por uma visão de um conceito que já foi modificado para se adequar a algum propósito específico.

Assim, foi até mesmo encontrado um artigo em que a autora diz que é esperado que as mulheres de sociedades mais patriarcais (que no caso da pesquisa, seria o México) teriam mais benefícios emigrando para sociedades menos patriarcais (no caso, os EUA) (ANDREWS, 2014). A falta da definição do conceito do que seria uma sociedade patriarcal impede com que o debate seja fielmente levantado - pois, para a autora, o que seria uma sociedade patriarcal? Claramente percebe-se que o conceito utilizado por ela não pode ser o mesmo que aquele trazido por Pateman (1988), pois todas os Estados seriam patriarcais, tendo em vista que seguiram a mesma noção de formação que os Estados Modernos europeus. Dessa forma, como poderia, através da teoria de Pateman, uma sociedade ser mais patriarcal do que outra? Seria a constituição do México, como um Estado do Sul Global, percebida pelo “livre povo estadunidense” como mais patriarcal? Se sim, baseada em quais pontos? Podemos perceber então que é necessária a conceituação daquilo que é utilizado, de modo que essas lacunas não fiquem abertas para interpretações errôneas sobre o que está sendo dito.

O fato de que todos os periódicos utilizaram da categoria gênero, sem abordar por qual autora estariam trazendo o conceito, levanta a pergunta de: qual “gênero” está sendo utilizado? Aqui analisa-se a teoria de Joan Scott, mas podem ser utilizadas outras definições. Também deve se levar em conta que as grandes autoras de gênero atuais, como Judith Butler, fazem referência tanto à Scott quanto Beauvoir, essa última que não foi utilizada em qualquer dos artigos analisados. A manutenção dos Estudos de Gênero como científicos e não ideológicos é preciso para que as contribuições da área possam ser levadas adiante, transformadas em metas sociais e políticas públicas eficientes a fim de gerar uma transformação social real. A falta de conceituação do que é gênero nesses artigos pode impactar diretamente na sociedade, de modo que: 1) essas autoras e autores que não conceituam suas categorias em artigos científicos, podem não fazer o mesmo em outros âmbitos do trabalho, deixando toda a área de circulação do conhecimento deficiente do conhecimento do que é gênero, o que é patriarcado e o que é mulher; 2) essa falta de conceituação e proliferação de desinformação do que seria (principalmente no caso de) gênero, possibilita a ideia da “ideologia de gênero”, a noção de que o feminismo é o contrário de machismo, entre diversos outros equívocos, que colocam os reais debates sobre a sociedade e a mulher como tabus. Surgem então brechas para que gênero seja colocado como pauta proibida,

impulsionando governos, como o Brasileiro, a requerer a retirada da palavra gênero dos documentos da ONU - como acontece desde junho deste ano, com o país vetando o uso de gênero numa das resoluções do Conselho de Direitos Humanos da ONU¹². A “solução” brasileira não é a única, pois segue a linha daquilo que já foi posto em prática na Hungria em 2018¹³, com a proibição dos estudos de gênero no país, e do Vaticano, que lançou um documento falando sobre a “ideologia de gênero”, que vai contra a natureza e que não é algo científico¹⁴. Gênero, no entanto, é uma categoria científica. Patriarcado é uma categoria científica. Mulher é uma categoria científica. É necessário manter a científicidade das nossas categorias, de modo que não deixemos regredir tudo o que já foi conquistado.

Sendo assim, foi possível observar, ao longo deste segundo capítulo, que há uma baixa publicação sobre a temática de mulheres na política nos maiores periódicos de Gênero e Ciência Política no Brasil e no mundo - a maior parte dos artigos encontrados concentra-se no único periódico cujo foco é exatamente gênero e política. Existem diversos motivos por que isso pode ocorrer, como falta de confiança das autoras e autores no envio para grandes periódicos, crença na falta de relevância da temática (pois pode parecer que mulheres na política é uma temática que está superada, mesmo que estejamos longe disso), mas também a própria falta de aceite de tais temáticas por parte das revistas e tendência de periódicos internacionais a não aceitarem submissões de países do Sul Global. Além disso, houve um aumento grande de artigos publicados de 2014 para 2015, mas uma queda drástica em 2016. A média de artigos por ano gira em 14,8, sendo que além de 2015, apenas 2017 possui um número superior (mesmo que apenas por 0,2) à média.

Ademais, observando mais a fundo esses artigos, podemos perceber também seu forte viés institucional, trabalhando em grande parte com a generificação das instituições - desde os partidos, passando pelo sistema eleitoral até as instâncias governamentais. Também há uma

¹² CHADE, J. Brasil veta termo “gênero” em resoluções da ONU e cria mal estar. Disponível em: <<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>>. 27/06/2019. Acesso em: 25/10/2019.

¹³ EXTRA. Hungria proíbe estudos de gênero e recebe crítica: ‘Violação da liberdade acadêmica’. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/hungria-proibe-estudos-de-genero-recebe-critica-violacao-da-liberdade-academica-23162518.html>>. 17/10/2018. Acesso em: 25/10/2019.

¹⁴ VERDÚ, D. Vaticano condena “ideologia de gênero” na educação. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651_176929.html>. 11/06/2019. Acesso em: 25/10/2019.

grande quantidade de estudos de caso sobre a implantação das cotas para mulheres, analisando principalmente países/regiões em desenvolvimento. Poucos dos artigos contavam com uma análise mais subjetiva, tanto das mulheres no poder quanto das eleitoras e possíveis candidatas, demonstrando ainda mais as lacunas nas pesquisas existentes e mais um espaço para inserção de pesquisas. A partir da pesquisa de referências, surgiu a necessidade de ressaltar a importância de conceituar o que é utilizado em periódicos. A não utilização dos marcos teóricos de cada área parece como algo inadmissível, mas está acontecendo nos Estudos de Gênero. Dessa forma, é preciso restabelecer a importância de autoras como Joan Scott, Carole Pateman e Simone de Beauvoir, entre outras que não foram comentadas nesse trabalho, a fim de que a área continue cientificamente persistente perante o retrocesso político e social que vemos ao redor do globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia objetivou compreender como as mulheres foram deixadas como sujeitos de segunda classe a partir da construção da Sociedade Moderna e refletir sobre a maneira pela qual a estrutura patriarcal moderna ainda atua para a manutenção do poder masculino na sociedade. Para isso, foi necessário sistematizar as temáticas dos artigos publicados nos últimos cinco anos nas principais revistas de Gênero e Ciência Política, analisar a relevância das quatro dimensões da categoria gênero (institucional, normativo, cultural e subjetivo) em tais artigos e identificar o uso das categorias gênero, patriarcado e mulher, de modo a compreender se tais conceitos, assim como as autoras clássicas, são utilizados com frequência. Assim, foi possível perceber a importância das categorias gênero e patriarcado para uma análise mais complexa das dinâmicas democráticas - ou o quanto não democráticas são as relações políticas mundialmente. Desde a própria construção do Estado Moderno, foi posta em vigência uma nova estrutura que foi capaz de apontar os lugares próprios para homens e mulheres, excluindo as mulheres da vida pública e, por consequência, da vida política (PATEMAN, 1989). Dessa forma, criaram-se instituições generificadas, cujo objetivo incluía também (mesmo que não mais oficialmente através de normas) a exclusão das mulheres desse âmbito social (PHILLIPS, 1998; 2003). Ao criar dimensões sociais diferentes, foi também relegada a vida privada como de menor importância, e nada relevante para a política - isso, no entanto, já foi contrariado diversas vezes pelo movimento feminista, demonstrando que o privado é político e impacta fortemente na construção da sociedade. Análises políticas que abordem apenas a questão pública são capazes de compreender parte de um todo (BIROLI, 2015) e, assim, acabam por continuar aquilo que já havia sido proposto pelos iluministas na criação do Estado Moderno: a manutenção da mulher como sujeito de segunda classe. Por mais que estejamos nos movendo a favor da participação das mulheres na política, através da criação de cotas e mobilização de movimentos de mulheres para inserção feminina, também é necessário lembrar do passado, a fim de que o que conquistamos não seja levado à toa. No Brasil, podemos perceber uma superação da infantilização legal da mulher, mas apenas isso não quer dizer que atingimos a equidade. Em muitos lugares, mulheres

ainda são vistas como menos competentes que homens para a vida política (INGLEHART, NORRIS e WELZEL, 2002), assim como devem superar diversas adversidades para conseguir cargos (não serem cotadas para candidaturas, dificuldade de angariar verbas e doações, colocadas em posições mais baixas em listas de candidatos, concorrendo em lugares extremamente competitivos, violência política contra a mulher, entre diversos outros fatores) (KANTHAK e WOON, 2015; SABINO e LIMA, 2015; SPOHR et al, 2016; CLAYTON, JOSEFSSON e WANG, 2017; HERN, 2017; KARPOWITZ, MONSON e PREECE, 2017; MEEKS, 2017; PRUYERS e BLAIS, 2017; REZENDE, 2017; BARNES e O'BRIEN, 2018; KROOK, 2018; KUPERBERG, 2018).

O baixo número de mulheres eleitas confirma a hipótese de que a estrutura patriarcal e de gênero gera um impacto direto na vida política das mulheres, podendo ser analisado através das quatro dimensões de gênero (institucional, normativo, cultural e subjetivo). Após a retirada do impedimento explícito, com a remoção de leis que impediam o voto e a candidatura de mulheres para cargos públicos, pode-se analisar diferentes nuances do impacto que essas dimensões geram na vida das mulheres. Afinal, se não há proibição para a participação feminina, por quais motivos as mulheres ainda têm dificuldades em participar da política? De que modo a categoria gênero e suas quatro dimensões podem ser úteis para analisar as dificuldades e incentivos à inserção de mulheres na política? O presente trabalho, através de uma análise teórica e bibliométrica, foi capaz de mapear alguns dos campos estudados por pesquisadoras e pesquisadores da área, identificando algumas dessas dificuldades e incentivos, mas ainda é necessária uma análise mais aprofundada, teórica e empírica, a fim de compreender os efeitos do gênero no âmbito político.

Além disso, a análise bibliométrica apontou diversas brechas e dificuldades nas áreas de Estudos de Gênero e Ciência Política. Tanto nos periódicos selecionados especificamente de Ciência Política quanto de Estudos de Gênero foram encontrados poucos artigos referentes à temática de mulheres na política - a maior quantidade de artigos (77,02%) foi encontrada no único periódico que englobava ambos os campos, a *Politics and Gender*. De 1059 artigos analisados, apenas 74 encaixavam-se na temática de mulheres na política. Além disso, a publicação sobre o tema em revistas nacionais é muito inferior à internacional - dos 17 artigos restantes, apenas 4 (ou 23,5%) são brasileiros, e 13 são estrangeiros (76,5%). Ao contrário do

esperado, as revistas de Ciência Política contaram com um maior número de publicações do que as revistas de Estudos de Gênero (excluindo Politics and Gender), mesmo que não por muito - 9 na American Journal of Political Science e 1 na Revista Brasileira de Ciência Política, enquanto a Estudos Feministas contou com 3 publicações, a Gender and Society com 4 e a Cadernos Pagu com nenhuma. Com viés mais antropológico, a revista Cadernos Pagu e suas publicações poderiam ter muito a oferecer para o debate de mulheres na política - tendo em vista que a abordagem através das dimensões cultural e subjetiva são extremamente necessárias e também as mais deficitárias.

A partir desse mapeamento e organização dos artigos em quatro eixos temáticos - eleições de mulheres, representação de mulheres, participação de mulheres e mulheres na política -, partiu-se para análise das dimensões de gênero mais utilizadas, constatando que a análise através da dimensão institucional estava muito mais presente do que as demais. Alguns artigos, no entanto, foram considerados multidimensionais, em que duas ou mais dimensões eram mais preponderantes na pesquisa - e, mesmo nesses artigos, aqueles que utilizavam da dimensão institucional estavam em número superior aos demais, sendo a combinação mais encontrada a institucional subjetiva (35%). Por último, analisou-se a utilização explícita ou implícita dos conceitos gênero, patriarcado e mulher. Foi constatado que na maioria dos artigos, todos os três conceitos foram utilizados de forma implícita, sem que fossem utilizadas referências às teóricas clássicas - Joan Scott, Carole Pateman e Simone de Beauvoir. Ou seja, por mais que o campo dos Estudos de Gênero esteja repleto de publicações, a científicidade dos conceitos da área estão sendo deixados de lado, abrindo espaço para o desconhecimento e a desinformação, gerando diversos problemas não apenas para a pesquisa, mas para a sociedade em geral. É preciso afirmar as categorias científicas não apenas a partir de seu uso, mas a partir de sua explicação, de referências a quem consagrou seus significados. Manter a base do conhecimento que adquirimos é o que precisa ser feito, para que o que é produzido na academia não crie uma bolha de conhecimento intransponível para a sociedade - os estudos feitos academicamente não podem ser um fim em si mesmo, e os Estudos de Gênero têm muito a oferecer para a sociedade, desde que sejam capazes de estabelecer-se perante esta.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, T. **Manuela D'Ávila conta por que leva filha para eventos políticos**. In: Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/manuela-davila-conta-por-que-leva-filha-para-eventos-de-campanha/>>. 19/03/2018. Acesso em: 26/06/2019.
- AVELAR, L; CINTRA, A. O. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Unesp, 2007.
- BANDEIRA, L. M.; AMARAL, M. **Violência, corpo e sexualidade: um balanço da produção acadêmica no campo de estudos feministas, gênero e raça/cor/etnia**. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, v. 5, n. 11, 2018.
- BARRETO, P. et al. **Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, v. 5, n. 11, 2018.
- BEAUVIOR, Simone De. *O Segundo Sexo*. 1970
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial., 2015.
- CAMPOS, L. A.; GOMES, I. **Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)**. Sinais Sociais, v. 11, n. 32, p. 85–116, 2016.
- CAVALCANTI P. S. **Sistemas de Medição de Desempenho: Revisão Sistemática da Literatura e Análise Bibliométrica**. p. 1–91, 2016.
- CHADE, J. 27/06/2019. **Brasil veta termo “gênero” em resoluções da ONU e cria mal estar**. Disponível em: <<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/>>. 27/06/2019. Acesso em: 25/10/2019.
- COBO, M. J. et al. **An approach for detecting, quantifying, and visualizing the evolution of a research field: A practical application to the Fuzzy Sets Theory field**. Journal of Informetrics, v. 5, n. 1, p. 146–166, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.joi.2010.10.002>>
- CODATO, A.; BITTENCOURT, M.; LORENZETTI, M. **Política da ciência na ciência da política: um estudo sobre a internacionalização da literatura sobre mulheres na América Latina**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v. 43, n. October, 2019.
- DAHL, R. A.; SHAPIRO, I.; CHEIBUB, J. A. **The Democracy Sourcebook**. 2003.
- HUNGRIA proíbe estudos de gênero e recebe crítica: ‘Violação da liberdade acadêmica’. In: **Extra**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/educacao/hungria-proibe-estudos>>

-de-genero-recebe-critica-violacao-da-liberdade-academica-23162518.html>. 17/10/2018. Acesso em: 25/10/2019.

FEDERICI, S. **Calibán y la bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid. 2010.

MINISTRA disse que mulher nasceu para ser mãe e que ideologia de gênero é morte; conheça. In; **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/ministra-de-direitos-humanos-diz-que-mulher-nasceu-para-ser-mae-e-ideologia-de-genero-e-morte.shtml>>. 06/12/2018. Acesso em: 10/06/2019.

FREITAS, L. B, de; da LUZ, N. S.. **Gênero, Ciência e Tecnologia**: estado da arte a partir de periódicos de gênero. Cadernos Pagu, n. 49, 2017.

GERRING, John. **Pesquisa de Estudo de Caso: Princípios e Práticas**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes Plurais, 2019.

IBGE EDUCA. **Quantidade de Homens e Mulheres**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. 2018. Acesso em 15/06/2019.

INGLEHART, R.; NORRIS, P.; WELZEL, C. **Gender equality and democracy**. Comparative Sociology, v. 1, n. 3–4, p. 321–346, 2002.

MALINIAK, D.; POWERS, R.; WALTER, B. F. **The gender citation gap in international relations**. International Organization, v. 67, n. 4, p. 889–922, 2013.

MOHANTY, C. T. **“Under Western Eyes” revisited**: Feminist solidarity through anticapitalist struggles. Signs, v. 28, n. 2, p. 499–535, 2003.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract**. Journal of Marriage and the Family, v. 52, n. 2, p. 563, 2006.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História (São Paulo), v. 24, n. 1, p. 77–98, 2005.

PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**: Quotas for Women. 1998. Disponível em: <<http://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0198294158.001.0001/acprof-9780198294153>>

PRÁ, J. R. **Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo**. Cadernos Pagu, n. 43, p. 169–196, 2014.

SCHMITTER, P. C.; KARL, T. L. **What democracy is... and is not**. Journal of Democracy, p. 3–16, 1991.

SCOTT, J. **Gênero**: Uma Categoria Útil para Análise Histórica. p. 1–35, 1989.

SPINELLI, L. M. **Rousseau**: A Cumplicidade entre natureza e patriarcado na educação de sofia. In: GUILHERME, W. D. (Org.). A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

VERDÚ, D. **Vaticano condena “ideologia de gênero” na educação**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/11/internacional/1560232651_176929.html>. 11/06/2019. Acesso em: 25/10/2019.

FONTES CONSULTADAS

ANDERSON, M. J.; SWISS, L. **Peace accords and the adoption of electoral quotas for women in the developing world, 1990-2006.** *Politics and Gender*, v. 10, n. 1, p. 33–61, 2014.

ANDREWS, A. **Women's Political Engagement in a Mexican Sending Community: Migration as Crisis and the Struggle to Sustain an Alternative.** *Gender and Society*, v. 28, n. 4, p. 583–608, 2014.

ANNESLEY, C. **Rules of Ministerial Recruitment.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 618–642, 2015.

ANNESLEY, C.; FRANCESCHET, S. **Gender and the Executive Branch.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 613–617, 2015.

BARNES, T. D.; O'BRIEN, D. Z. **Defending the Realm: The Appointment of Female Defense Ministers Worldwide.** *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 2, p. 355–368, 2018.

BECKWITH, K. **Before Prime Minister: Margaret Thatcher, Angela Merkel, and Gendered Party Leadership Contests.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 718–745, 2015.

BEN SHITRIT, L. **Authenticating Representation: Women's Quotas and Islamist Parties.** *Politics and Gender*, v. 12, n. 4, p. 781–806, 2016.

BJARNEGÅRD, E; KENNY, M. **Revealing the Secret Garden: The Informal Dimensions of Political Recruitment.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 748–753, 2015.

BOLZENDAHL, C. **Opportunities and Expectations: The Gendered Organization of Legislative Committees in Germany, Sweden, and the United States.** *Gender and Society*, v. 28, n. 6, p. 847–876, 2014.

CAMPBELL, R.; HEATH, O. **Do women vote for women candidates?** attitudes toward descriptive representation and voting behavior in the 2010 british election. *Politics and Gender*, v. 13, n. 2, p. 209–231, 2017.

CELIS, K.; CHILDS, S. **Conservatism and Women's Political Representation.** *Politics and Gender*, v. 14, n. 1, p. 5–26, 2018.

CASSOLA, A. et al. **Where do women stand?** New evidence on the presence and absence of gender equality in the world's constitutions. *Politics and Gender*, v. 10, n. 2, p. 200–235, 2014.

CELIS, K.; ERZEEL, S.; MÜGGE, L. **Intersectional Puzzles: Understanding Inclusion and Equality in Political Recruitment.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 765–770, 2015.

CLAYTON, A.; JOSEFSSON, C.; WANG, V. **Quotas and women's substantive representation:** Evidence from a content analysis of ugandan plenary debates. *Politics and Gender*, v. 13, n. 2, p. 276–304, 2017.

CORBETT, J.; LIKI, A. **Intersecting Identities, Divergent Views:** Interpreting the Experiences of Women Politicians in the Pacific Islands. *Politics and Gender*, v. 11, n. 2, p. 320–344, 2015.

COWELL-MEYERS, K. **Women's Political Parties in Europe.** *Politics and Gender*, v. 12, n. 1, p. 1–27, 2016.

CULLEN, P. **Irish Female Members of the European Parliament: Critical Actors for Women's Interests?** *Politics and Gender*, v. 14, n. 3, p. 483–511, 2018.

DASSONNEVILLE, R.; MCALLISTER, I. **Gender, Political Knowledge, and Descriptive Representation:** The Impact of Long-Term Socialization. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 2, p. 249–265, 2018.

DEBUS, M.; HANSEN, M. E. **Representation of women in the parliament of the Weimar Republic:** Evidence from roll call votes. *Politics and Gender*, v. 10, n. 3, p. 341–364, 2014.

DITTMAR, K. **Encouragement is not Enough:** Addressing Social and Structural Barriers to Female Recruitment. *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 759–765, 2015.

DOLAN, K.; LYNCH, T. **The Impact of Gender Stereotypes on Voting for Women Candidates by Level and Type of Office.** *Politics and Gender*, v. 12, n. 3, p. 573–595, 2016.

DOWLING, C. M.; MILLER, M. G. **Can information alter perceptions about women's chances of winning office?** Evidence from a panel study. *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 55–88, 2015. ARENDT, C. M.. **From Critical Mass to Critical Leaders:** Unpacking the Political Conditions behind Gender Quotas in Africa. *Politics and Gender*, v. 14, n. 3, p. 295–322, 2018.

ENNISER-JEDENASTIK, L.; DOLEZAL, M.; MÜLLER, W. C. **Gender Differences in Negative Campaigning:** The Impact of Party Environments. *Politics and Gender*, v. 13, n. 1, p. 81–106, 2017.

FOLKE, O.; FREIDENVALL, L.; RICKNE, J. **Gender Quotas and Ethnic Minority Representation:** Swedish Evidence from a Longitudinal Mixed Methods Study. *Politics and Gender*, v. 11, n. 2, p. 345–381, 2015.

FRANCESCHET, S.; THOMAS, G. **Resisting Parity:** Gender and Cabinet Appointments in Chile and Spain. *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 643–664, 2015.

FUNK, K. D.; MORALES, L.; TAYLOR-ROBINSON, M. M. **The impact of committee composition and agendas on women's participation:** Evidence from a legislature with near numerical equality. *Politics and Gender*, v. 13, n. 2, p. 253–275, 2017.

GAUNDER, A. **Quota non-adoption in Japan:** The role of the women's movement and the opposition. *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 176–186, 2015.

GILARDI, F. **The Temporary Importance of Role Models for Women's Political Representation.** *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 4, p. 957–970, 2015.

GOLDER, S. N. et al. **Votes for Women:** Electoral Systems and Support for Female Candidates. *Politics and Gender*, v. 13, n. 1, p. 107–131, 2017.

HERN, E. **The Trouble with Institutions:** How Women's Policy Machineries Can Undermine Women's Mass Participation. *Politics and Gender*, v. 13, n. 3, p. 405–431, 2017.

HUANG, C. L. **Gender quotas in Taiwan:** The impact of global diffusion. *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 207–217, 2015.

JALALZAI, F.; DOS SANTOS, P. G. **The Dilma Effect?** Women's representation under Dilma Rousseff's presidency. *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 117–145, 2015.

JOHNSON, R. E. **Women as a sign of the new?** Appointments to South Africa's constitutional court since 1994. *Politics and Gender*, v. 10, n. 4, p. 595–621, 2014.

JOSHI, D.; GOEHRUNG, R. **Conceptualizing and Measuring Women's Political Leadership:** From Presence to Balance. *Politics and Gender*, v. 14, n. 3, p. 350–375, 2018.

KANTHAK, K.; WOON, J. **Women Don't Run?** Election Aversion and Candidate Entry. *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 3, p. 595–612, 2015.

KARPOWITZ, C. F.; MONSON, J. Q.; PREECE, J. R. **How to Elect More Women:** Gender and Candidate Success in a Field Experiment. *American Journal of Political Science*, v. 61, n. 4, p. 927–943, 2017.

KLAR, S. **When Common Identities Decrease Trust:** An Experimental Study of Partisan Women. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 3, p. 610–622, 2018.

KROOK, M. L. **Violence against Women in Politics:** A Rising Global Trend. *Politics and Gender*, v. 14, n. 4, p. 673–701, 2018.

KUPERBERG, R. **Intersectional Violence against Women in Politics.** *Politics and Gender*, v. 14, n. 4, p. 685–690, 2018.

LADAM, C.; HARDEN, J. J.; WINDETT, J. H. **Prominent Role Models:** High-Profile Female Politicians and the Emergence of Women as Candidates for Public Office. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 2, p. 369–381, 2018.

LEE, Y. I.; JALALZAI, F. **President Park Geun-Hye of South Korea:** A woman president without women? *Politics and Gender*, v. 13, n. 4, p. 597–617, 2017.

LIU, S. J. S.; BANASZAK, L. A. **Do Government Positions Held by Women Matter?** A Cross-National Examination of Female Ministers' Impacts on Women's Political Participation. *Politics and Gender*, v. 13, n. 1, p. 132–162, 2017.

LUCAS, J. C. **Gender and race in congressional national news media appearances in 2008.** *Politics and Gender*, v. 13, n. 4, p. 569–596, 2017.

LÜHISTE, M. **Party gatekeepers' support for viable female candidacy in PR-list systems.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 89–116, 2015.

LÜHISTE, M.; BANDUCCI, S. **Invisible Women?** Comparing Candidates' News Coverage in Europe. *Politics and Gender*, v. 12, n. 2, p. 223–253, 2016.

MARIEN, S.; SCHOUTEDEN, A.; WAUTERS, B. **Voting for women in Belgium's flexible list system.** *Politics and Gender*, v. 13, n. 2, p. 305–335, 2017.

MEEKS, L. **Getting Personal:** Effects of Twitter Personalization on Candidate Evaluations. *Politics and Gender*, v. 13, n. 1, p. 1–25, 2017.

MENDELBERG, T.; KARPOWITZ, C. F.; GOEDERT, N. **Does Descriptive Representation Facilitate Women's Distinctive Voice?** How Gender Composition and Decision Rules Affect Deliberation. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 2, p. 291–306, 2014.

MOGHADAM, V. M.; HAGHIGHATJOO, F. **Women and Political Leadership in an Authoritarian Context:** A Case Study of the Sixth Parliament in the Islamic Republic of Iran. *Politics and Gender*, v. 12, n. 1, p. 168–197, 2016.

MONTGOMERY, K. A.; ILONSKKI, G. **Stuck in the Basement:** A Pathway Case Analysis of Female Recruitment in Hungary's 2010 National Assembly Elections. *Politics and Gender*, v. 12, n. 4, p. 700–726, 2016.

MURRAY, R. **What Makes a Good Politician?** Reassessing the Criteria Used for Political Recruitment. *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 770–776, 2015.

O'BRIEN, D. Z. **Rising to the Top:** Gender, Political Performance, and Party Leadership in Parliamentary Democracies. *American Journal of Political Science*, v. 59, n. 4, p. 1022–1039, 2015.

O'BRIEN, D. Z. **Righting Conventional Wisdom:** Women and Right Parties in Established Democracies. *Politics and Gender*, v. 14, n. 1, p. 27–55, 2018.

O'BRIEN, D. Z. et al. **Letting Down the Ladder or Shutting the Door:** Female Prime Ministers, Party Leaders, and Cabinet Ministers. *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 689–717, 2015.

PRUYERS, S.; BLAIS, J. **Why won't lola run?** An experiment examining stereotype threat and political ambition. *Politics and Gender*, v. 13, n. 2, p. 232–252, 2017.

REZENDE, D. L. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados.** *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1199–1218, 2017.

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C. L. **Entre o altruísmo e o familialismo:** a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18, p. 119–146, 2015.

SABINO, M. J. C.; LIMA, P. V. P. S. **Igualdade de gênero no exercício do poder.** *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 713–734, 2015.

SCHWINDT-BAYER, L.; SQUIRE, P. **Legislative power and women's representation.** *Politics and Gender*, v. 10, n. 4, p. 622–658, 2014.

SETZLER, M. **Religious Differences among Congressional Districts and the Success of Women Candidates.** *Politics and Gender*, v. 12, n. 3, p. 518–548, 2016.

SMITH, A. R. **Cities where women rule:** Female political incorporation and the allocation of community development block grant funding. *Politics and Gender*, v. 10, n. 3, p. 313–340, 2014.

SPOHR, A. P. et al. **Participação Política de Mulheres na América Latina:** O impacto de cotas e de lista fechada. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 417–441, 2016.

TAN, N. **Party Quotas and rising women politicians in Singapore.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 196–207, 2015.

THAMES, F. C. **Understanding the Impact of Electoral Systems on Women's Representation.** *Politics and Gender*, v. 13, n. 3, p. 379–404, 2017.

VERGE, T. **The Gender Regime of Political Parties:** Feedback Effects between Supply and Demand. *Politics and Gender*, v. 11, n. 4, p. 754–759, 2015.

WARD, O. **Seeing Double:** Race, Gender, and Coverage of Minority Women's Campaigns for the U.S. House of Representatives. *Politics and Gender*, v. 12, n. 2, p. 317–343, 2016.

WATSON, D.; MORELAND, A. **Perceptions of corruption and the dynamics of women's representation.** *Politics and Gender*, v. 10, n. 3, p. 392–412, 2014.

WAYLEN, G. **A seat at the table - Is it enough?** Gender, multiparty negotiations, and institutional design in South Africa and Northern Ireland. *Politics and Gender*, v. 10, n. 4, p. 495–523, 2014.

WORTHEN, H. **Indigenous Women's Political Participation:** Gendered Labor and Collective Rights Paradigms in Mexico. *Gender and Society*, v. 29, n. 6, p. 914–936, 2015.

WYLIE, K; DOS SANTOS, P. **A Law on Paper Only:** Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures. *Politics and Gender*, v. 12, n. 3, p. 415–442, 2016.

XYDIAS, C. **Women's rights in Germany:** Generations and gender quotas. *Politics and Gender*, v. 10, n. 1, p. 4–32, 2014. YOON, Jiso; SHIN, Ki Young. Mixed effects of legislative quotas in South Korea. *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 186–195, 2015.

YOON, J.; SHIN, K. Y. **Mixed effects of legislative quotas in South Korea.** *Politics and Gender*, v. 11, n. 1, p. 186–195, 2015.

ZION-WALDOKS, T. **Politics of Devoted Resistance:** Agency, Feminism, and Religion among Orthodox Agunah Activists in Israel. *Gender and Society*, v. 29, n. 1, p. 73–97, 2015.

APÊNDICE A - QUADRO COMPLETO DE ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Revista	Título	Autora(s)	Resumo	Ano	Tema	Dimensão de Gênero	Usa o conceito gênero e menciona Joan Scott?	Usa o conceito patriarcado e menciona Carole Pateman?	Usa o conceito mulher e menciona Simone de Beauvoir?
American Journal of Political Science	Prominent Role Models: High-Profile Female Politicians and the Emergence of Women as Candidates for Public Office	Christina Ladam, Jeffrey J. Harden e Jason H. Windett	Can prominent female politicians inspire other women to enter politics? A woman occupying a high-profile office directly impacts women's substantive representation through her policy actions. Here, we consider whether these female leaders also facilitate a mobilization effect by motivating other women to run for office. We posit that prominent women in politics serve as role models for other women interested in political careers, causing an increase in female candidates. We test this theory with data from the American states, which exhibit considerable variation in the sex of state legislative candidates and the high-profile offices of governor and U.S. senator. Using a weighting method and data spanning 1978–2012, we demonstrate that high-profile women exert substantively large positive effects on female candidates. We conclude that women in major offices are crucial for women's representation. Beyond their direct policy impact, they amplify women's political voice by motivating more women to enter politics.	2018	Eleição de Mulheres	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

American Journal of Political Science	Gender, Political Knowledge, and Descriptive Representation: The Impact of Long-Term Socialization Ruth Dassonneville	<p>Successive studies have found a persistent gender gap in political knowledge. Despite much international research, this gap has remained largely impervious to explanation. A promising line of recent inquiry has been the low levels of women's elected representation in many democracies. We test the hypothesis that higher levels of women's elected representation will increase women's political knowledge. Using two large, comparative data sets, we find that the proportion of women elected representatives at the time of the survey has no significant effect on the gender gap. By contrast, there is a strong and significant long-term impact for descriptive representation when respondents were aged 18 to 21. The results are in line with political socialization, which posits that the impact of political context is greatest during adolescence and early adulthood. These findings have important implications not only for explaining the gender knowledge gap, but also for the impact of descriptive representation on political engagement generally.</p>	2018	Representação de Mulheres na Política	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
American Journal of Political Science	Women Don't Run? Election Aversion and Candidate Entry Kristin Kanthak e Jonathan Woon	<p>To study gender differences in candidate emergence, we conduct a laboratory experiment in which we control the incentives potential candidates face, manipulate features of the electoral environment, and measure beliefs and preferences. We find that men and women are equally likely to volunteer when the representative is chosen randomly, but that women are less likely to become candidates when the representative is chosen by an election. This difference does not arise from disparities in abilities, risk aversion, or beliefs, but rather from the specific competitive and strategic context of campaigns and elections. Thus, we find evidence that women are election averse, whereas men are not. Election aversion persists with variations in the electoral</p>	2015	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			environment, disappearing only when campaigns are both costless and completely truthful.					
American Journal of Political Science	Defending the Realm: The Appointment of Female Defense Ministers Worldwide	Tiffany D. Barnes e Diana Z. O'Brien	Though the defense ministry has been a bastion of male power, a growing number of states have appointed women to this portfolio. What explains men's dominance over these positions? Which factors predict women's appointments? With comprehensive cross-national data from the post-Cold War era, we develop and test three sets of hypotheses concerning women's access to the defense ministry. We show that women remain excluded when the portfolio's remit reinforces traditional beliefs about the masculinity of the position, particularly in states that are engaged in fatal disputes, governed by military dictators, and large military spenders. By contrast, female defense ministers emerge when expectations about women's role in politics have changed—that is, in states with female chief executives and parliamentarians. Women are also first appointed to the post when its meaning diverges from traditional conceptions of the portfolio, particularly in countries concerned with peacekeeping and in former military states with left-wing governments.	2018	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
American Journal of Political Science	Does Descriptive Representation Facilitate Women's Distinctive Voice? How Gender Composition and Decision	Tali Mendelberg, Christopher F. Karpowitz e Nicholas Goedert	Does low descriptive representation inhibit substantive representation for women in deliberating groups? We address this question and go beyond to ask if the effects of descriptive representation also depend on decision rule. We conducted an experiment on distributive decisions, randomizing the group's gender composition and decision rule, including many groups, and linking individuals' predeliberation attitudes to their speech and to postdeliberation decisions. Women's descriptive representation does produce substantive representation, but primarily under majority rule—when women are	2014	Representação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

	Rules Affect Deliberation		many, they are more likely to voice women's distinctive concerns about children, family, the poor, and the needy, and less likely to voice men's distinctive concerns. Men's references shift similarly with women's numerical status. These effects are associated with group decisions that are more generous to the poor. Unanimous rule protects women in the numerical minority, mitigating some of the negative effects of low descriptive representation. Descriptive representation matters, but in interaction with the decision rule.						
American Journal of Political Science	The Temporary Importance of Role Models for Women's Political Representation	Fabrizio Gilardi	This article investigates the supply side of women's political representation by focusing on how the election of female politicians affects the motivation of women to run for office in other units. The analysis relies on an original data set of over 1,500 municipal elections in Switzerland, starting with the first election after the introduction of women's suffrage. In the first election in which women could participate, the election of a woman in a given municipality was associated in the next election with an additional female candidate in 10% of its neighbors. The relationship decreases over time, fades away after 16 years, and is driven primarily by new female candidates in units where no female incumbents are running for reelection. These findings suggest that role models are important for improving women's representation, but only in its early stages. This conclusion could be relevant for understanding the political representation of other underrepresented groups.	2015	Participação de Mulheres na Política	Institucional/Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

American Journal of Political Science	Rising to the Top: Gender, Political Performance, and Party Leadership in Parliamentary Democracies Diana Z. O'Brien	<p>Party leaders are the main actors controlling campaign strategies, policy agendas, and government formation in advanced parliamentary democracies. Little is known, however, about gender and party leadership. This article examines gendered leadership patterns across 71 political parties in 11 parliamentary democracies between 1965 and 2013. It shows that men and women have different access to, and experiences in, party leadership and that these gendered political opportunity structures are shaped by parties' political performances. Women are more likely to initially come to power in minor opposition parties and those that are losing seat share. Once selected for the position, female leaders are more likely to retain office when their parties gain seats, but they are also more likely to leave the post when faced with an unfavorable trajectory. Together, these results demonstrate that prospective female leaders are playing by a different (and often more demanding) set of rules than their male counterparts.</p>	2018	Mulheres na Política	Institucional/Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
American Journal of Political Science	When Common Identities Decrease Trust: An Experimental Study of Partisan Women Samara Klar	<p>How does sharing a common gender identity affect the relationship between Democratic and Republican women? Social psychological work suggests that common ingroup identities unite competing factions. After closely examining the conditions upon which the common ingroup identity model depends, I argue that opposing partisans who share the superordinate identity of being a woman will not reduce their intergroup biases. Instead, I predict that raising the salience of their gender will increase cross-party biases. I support my hypotheses with a nationally representative survey of 3,000 adult women and two survey experiments, each with over 1,000 adult women. These findings have direct implications for how women evaluate one another in contentious political settings and, more broadly, for our</p>	2018	Representação de Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			understanding of when we can and cannot rely upon common identities to bridge the partisan divide.						
American Journal of Political Science	How to Elect More Women: Gender and Candidate Success in a Field Experiment	Christopher F. Karpowitz, J. Quin Monson e Jessica Robinson Preece	Women are dramatically underrepresented in legislative bodies, and most scholars agree that the greatest limiting factor is the lack of female candidates (supply). However, voters' subconscious biases (demand) may also play a role, particularly among conservatives. We designed an original field experiment to test whether messages from party leaders can affect women's electoral success. The experimental treatments involved messages from a state Republican Party chair to the leaders of 1,842 precinct-level caucus meetings. We find that party leaders' efforts to stoke both supply and demand (and especially both together) increase the number of women elected as delegates to the statewide nominating convention. We replicate this finding in a survey experiment with a national sample of validated Republican primary election voters ($N = 2,897$). Our results suggest that simple interventions from party leaders can affect the behavior of candidates and voters and ultimately lead to a substantial increase in women's descriptive representation.	2017	Eleição de Mulheres	Subjetivo/Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Estudos Feministas	Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada	Alexandre Piffero Spohr, Cristiana Maglia, Gabriel Machado e Joana Oliveira de Oliveira	O presente estudo analisa a participação política de mulheres na América Latina a partir da presença delas nos legislativos nacionais. São privilegiados fatores institucionais, destacadamente duas variáveis: existência ou não de cotas de gênero e formato de lista eleitoral (aberta ou fechada). Objetiva-se responder se a combinação de lista fechada e existência de cotas potencializa a eleição de mulheres nas câmaras baixas ou únicas de 14 países latino-americanos. São levantados dados históricos da presença de mulheres, os quais permitiram agrupar os casos em três conjuntos,	2016	Eleição de Mulheres	Institucional/Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			posteriormente analisados de forma qualitativa. O estudo permitiu confirmar a hipótese do efeito cumulativo, tendo os países que apresentam as duas variáveis demonstrado os melhores resultados; ao mesmo tempo, questioná-la, em parte, ao identificar países como o Equador, o qual está entre os que possuem maior porcentagem e apresenta somente uma das variáveis.						
Estudos Feministas	Igualdade de gênero no exercício do poder	Maria Jordana Costa Sabino e Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima	Este artigo objetiva enfatizar a participação proporcionalmente menor das mulheres em relação a sua representatividade populacional nos cargos políticos brasileiros, questionando a efetividade da Lei de Cotas. Além de uma análise descritiva, evidenciando o progresso da participação feminina na política após as Leis de Cotas, optou-se pela construção de um indicador intitulado Índice de Participação da Mulher na Política (IPMP), no intuito de mensurar tal participação. Nele considera-se a atuação feminina na política, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo. Mostra-se através da análise que a conquista de um espaço maior da mulher na política demanda mais que a fixação de um percentual a ser cumprido por partidos políticos. O caminho a ser percorrido passa pela produção de capital político entre as mulheres.	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
Estudos Feministas	Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados	Daniela Leandro Rezende	Este artigo discute os desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. Argumento que à demanda pela eleição de mais mulheres deve ser agregada a discussão sobre as regras e procedimentos que regulam sua atuação, uma vez que essas podem limitá-la ou torná-la mais efetiva do ponto de vista da representação de mulheres. Avaliando a distribuição de recursos legislativos (vagas em comissões legislativas e presidências de comissões e da Mesa Diretora) entre legisladoras e legisladores, pode-se constatar que essa	2017	Representação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			ocorre de forma desigual. Apesar disso, destaca-se positivamente a criação da Secretaria da Mulher, instância que pode potencializar a atuação das legisladoras, mitigando os efeitos decorrentes dessas constituírem uma “pequena minoria”. Por fim, argumento que o desafio de eleger mais mulheres deve se articular à necessidade de garantir que às mulheres já eleitas sejam assegurados recursos que potencializem mudanças que garantam maior presença de mulheres nos espaços de poder e decisão.						
Gender & Society	Politics of Devoted Resistance: Agency, Feminism, and Religion among Orthodox Agunah Activists in Israel	Tanya Zion-Waldoks	This study explores how religious women become legitimate actors in the public sphere and analyzes their agency—its meanings, capacities, and transformative aims. It presents a novel case study of Israeli Modern-Orthodox Agunah activists who engage in highly politicized collective feminist resistance as religious actors working for religious ends. Embedded in and activated by Orthodoxy, they advocate women's rights to divorce, voicing a moral critique of tradition and its agents precisely because they are devoutly devoted to them. Such political agency is innovatively conceptualized as “devoted resistance”: critique within relationship, enabled by cultural schema, and comprising both interpretive skills and “relational-autonomy” capacities. This study contends that understanding agency within religious grammars reveals its underlying logics, highlighting how structures shape the meanings and realization of women's varied “agentive capacities.” It challenges current dichotomies like feminism/religion, resistance/submission, and autonomy/dependence. Overall, the author argues for a nuanced, culturally specific, capacity-based, relational approach to analyzing religious women's agency.	2015	Mulheres na Política	Cultural /Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Gender & Society	Indigenous Women's Political Participation: Gendered Labor and Collective Rights Paradigms in Mexico	Holly Worthen	<p>In Latin America, rights to local political participation in many indigenous communities are not simply granted, but rather "earned" through acts of labor for the community. This is the case in the state of Oaxaca, Mexico, where almost three-fourths of municipalities elect municipal authorities through custom and tradition rather than secret ballot and universal suffrage. The alarmingly low rate of women's formal participation in these municipalities has garnered attention from policymakers, provoking a series of legislative reforms designed to increase women's roles in local politics. However, these initiatives often miss their mark. Focused on a liberal model of women as individual rights-bearers, they fail to understand the complex ways in which gendered labor influences political participation in nonliberal contexts. This article examines a case in which indigenous women reject such an initiative because it would exacerbate their exploitation within the local terms of gendered collective labor instead of promoting equality. It thus explains potential barriers to indigenous women's political leadership at the local level and suggests ways in which gender equality can be promoted in nonliberal contexts.</p>	2015	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Sim	Conceito: Sim Autora: Sim	Conceito: Sim Autora: Não
Gender & Society	Opportunities and Expectations: The Gendered Organization of Legislative Committees in Germany, Sweden,	Catherine Bolzendahl	<p>As men and women increasingly share access to state power, there has been a question of whether women's rising descriptive representation leads to substantive change, and a sizable body of literature suggests it does. As a mechanism for this effect, I theorize legislatures as gendered organizations that build gender into their institutional operation, as enmeshed in legislative committee systems. Using case studies of Germany, Sweden, and the United States, I examine 40 years of data collected on legislative committees and memberships. This study reveals some similarities, where</p>	2014	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

	and the United States		all committee systems emphasize gender-typed roles, particularly female legislators' greater segregation into social issue committees. Yet, gender is constructed differentially across these organizations, and the nations vary in the gender structure of their committee systems, degree of gender segregation and typing, and gendered relations of power and prestige. Implications for integrating theories of gender as an institution, gendered organizations, and feminist institutionalism are discussed.					
Gender & Society	Women's Political Engagement in a Mexican Sending Community: Migration as Crisis and the Struggle to Sustain an Alternative	Abigail Andrews	Early research suggested that migration changed gender roles by offering women new wages and exposing them to norms of gender equity. Increasingly, however, scholars have drawn attention to the role of structural factors, such as poverty and undocumented status, in mediating the relationship between migration and gender. This article takes such insights a step further by showing that migrant communities' reactions to structural marginality—and their efforts to build alternatives in their home villages—may also draw women into new gender roles. I demonstrate this mechanism through the case of San Miguel, a Mixtec sending community in Southern Mexico where, in the context of U.S. migration, once-excluded women came to predominate in civic affairs. In response to harsh conditions in the United States, migrants from San Miguel returned to their village. To make this economically feasible, they sought state development resources. Men, who often stayed in the United States as breadwinners, relied on sympathetic women back in the sending community to advocate on their behalf. Meanwhile, women's own rejection of migrant life gave them new interest in sustaining their village. For both, incorporating women into politics	2014	Participação de Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			offered a strategy to secure needed resources and avoid assimilating into an undocumented underclass.						
Politics & Gender	Gender and Race in Congressional National News Media Appearance s in 2008	Jennifer C. Lucas	<p>Therefore, this study analyzes whether national news media coverage of House members, and presidential campaigns more broadly, continues to rely on stereotypes, but within the context of the 2008 presidential election. With prominent female and black candidates running for president and vice president that year, I analyze whether the heightened saliency of race and gender resulted in increased national news media coverage for female and/or black representatives. I argue that the 2008 election boosted the visibility of female representatives compared to 2004, but that the continued pattern of stereotypical coverage reinforced perceptions of female and black members as predominantly surrogate representatives of women and black voters. This was particularly true for black women, who are typically less likely to receive coverage than white women or minority men (Gershon 2012). With the national media's attention drawn toward conflict, members with perceived conflicts among their intersectional identities drew greater media attention, especially Republican and black women. The media's coverage of House members during the 2008 presidential election appeared to equate "gender" with "woman" and "race" with "black," rather than engaging in these identities more broadly, and unnecessarily pitting black women's race and gender in opposition to one another.</p>	2017	Eleição de Mulheres	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	Religious Differences among Congressional Districts and the Success of Women Candidates	Mark Setzler	<p>The central purpose of this article is to begin to fill this gap in the literature by exploring how the overall religiosity of a congressional district, as well as the proportion of its residents who belong to each of America's three largest denominations, can influence the presence and electoral success of women in U.S. House races. My study analyzes how variations in a district's religious environment impact women at each of the three main stages of the electoral process: the decision to enter a primary, securing a party's nomination, and, finally, winning the general election. Using data from a nationwide census of religious congregations, the analyses incorporate measures of each district's religious adherence rates and similar indicators that assess the strength of Roman Catholicism, evangelical Protestantism, and mainline Protestantism. The study spans the four sets of primary and general elections for the House held between 2006 and 2012.</p>	2016	Eleição de Mulheres	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Seeing Double: Race, Gender, and Coverage of Minority Women's Campaigns for the U.S. House of Representatives	Orlanda Ward	<p>At the U.S. 2012 general election, six minority women were newly elected to the House of Representatives, a net increase from 21 to 23, and a rise from 23% to 27% as a proportion of all women in the House (CAWP 2010, 2012). Among this group was Iraq War veteran Tulsi Gabbard (D-HI 2nd District), the first Hindu American to serve in Congress. Despite generally positive coverage, her local paper also framed Gabbard's identity as an "underdog ... on the margins of popular respectability." In Utah, Mormon Mia Love ran the first viable black female Republican campaign, securing 47% of the vote in the state's overwhelmingly white 4th District. Love was frequently framed positively as a "historic candidate" and was invited to speak at the GOP convention that year. Despite this, her self-portrayal as a product of the American dream—linking her</p>	2016	Eleição de Mulheres	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

		<p>second-generation Haitian identity to her partisan politics—drew sharp criticism. Local campaign coverage even interrogated the legality of her family history with headlines such as “Love’s Immigrant Story may be True, but Some Questions Linger.</p> <p>Building on the work of Gershon (2012), I compare local newspaper coverage of the population of viable minority female House candidates to that of matched samples of minority men and white women and men running in the U.S. 2012 general election. I analyze the frequency and overall tone of coverage, as well as explicit foregrounding of female candidates’ gender.</p>					
Politics & Gender	The Impact of Gender Stereotypes on Voting for Women Candidates by Level and Type of Office	Kathleen Dolan e Timothy Lynch	Gone (largely) are the days when overt discrimination and voter hostility kept women from winning elections, replaced instead with evidence that stereotypes still exist but may not limit women’s success in the same way they did historically. Christine Quinn and Wendy Davis lost their elections for reasons having more to do with policy issues, partisanship, and campaign tactics than the fact that they are women, and sexist assumptions about Lisa Madigan and Nikki Haley did not keep them from being elected to office. In addition, much of our attention has been focused on whether and how stereotypes might affect a woman running for president, which has limited our consideration of the offices for which women regularly run and win. This leaves us with important gaps in our knowledge. To more fully understand the current environment facing women candidates, we need to know more about whether and when voters actually employ the gender stereotypes they may hold and whether stereotypes are relevant to women candidates where they actually run: for different levels and types of offices beyond the presidency. This project seeks to address these	2016	Eleição de Mulheres	Cultural	Conceito: Não Autora: Não

			<p>gaps by examining the influence of political gender stereotypes in the context of voter decision making in real-world elections involving women candidates. Doing so will allow us to determine whether stereotypes and their impact are related to the levels and types of offices women seek. To support these considerations, this project reports results from an innovative two-wave panel survey intentionally designed to examine gender stereotypes and conducted with a nationally representative sample of U.S. adults during the 2010 midterm elections.</p>						
Politics & Gender	Can Information Alter Perceptions about Women's Chances of Winning Office? Evidence from a Panel Study	Conor M. Dowling e Michael G. Miller	<p>When the 113th Congress convened in January 2013, women occupied only 17.9% of the 435 seats in the U.S. House, ranking the United States 80th globally in terms of the percentage of women serving in the lower legislative assembly. The underrepresentation of women is particularly puzzling, as political scientists since the 1990s have consistently shown that women candidates are not of demonstrably less quality than men on average (see Fulton 2012, 2014; Fulton et al. 2006; Lawless and Fox 2010), do not suffer from a gender-related funding disadvantage (Berch 1996; Burrell 2008; Gaddie and Bullock 1995; Fox 2010; Herrick 1995, 1996), and do about as well as men at the polls, accounting for differences in incumbency status (Fox 2010; Smith and Fox 2001).</p> <p>In this article, we examine mass perception of the relative efficacy of women candidates, whether or not that perception can be changed, and, if so, whether or not any such change persists. Specifically, we test whether a straightforward information campaign can change beliefs about women candidates' likely success. We designed a short video that summarized documented findings in</p>	2015	Eleição de Mulheres	Cultural	<p>Conceito: Sim Autora: Não</p>	<p>Conceito: Não Autora: Não</p>	<p>Conceito: Sim Autora: Não</p>

			political science about the efficacy of women as candidates and randomly assigned some participants in an online survey to watch this video. We find that exposure to information depicting the above-mentioned success of women (relative to men) in terms of garnering both campaign money and votes substantially increased the proportion of respondents who believed that “a male and female candidate stand the same chance of winning” compared to respondents who received no such information.					
Politics & Gender	Conservatism and Women's Political Representation	Karen Celis and Sarah Childs	Documenting and evaluating the claims of elected conservative representatives to substantively represent women undoubtedly presents gender and politics scholars with a new empirical research agenda: what do conservative representatives claim, and do, for women? We contend that it also constitutes a more profound conceptual and normative puzzle. One implication of taking seriously conservative claims to represent women (Celis and Childs 2012) is, in our view, to raise the possibility that the dominant framework for analyzing substantive representation has proven to be limited. Extant theories of women's substantive representation frequently elide this with feminist substantive representation (Celis and Childs 2012). So, what should we make of conservative representatives who make representative claims for women but only sometimes act like, and with, their feminist sisters? By working through these contemporary representational problematics, this article develops a new, empirically grounded account of women's substantive representation. It is based on a critical rereading of the empirical literature on conservatism and gendered representation, and it directly engages with recent creative theories of representation (Saward 2006; Squires 2008). We survey a wide range of	2018	Representação de Mulheres na Política	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			generic studies on women and politics, as well as specific case studies of gender and conservative parties, and further develop our own research on conservatism and women's substantive representation (Celis and Childs 2012; Erzeel, Celis, and Caluwaerts 2014). In our subsequent reworking, we reconsider the "what" and especially the "how" of women's substantive representation. We contend that traditional accounts of feminist substantive representation frequently point to a universal set of women's issues and women's interests, either existing or imaginable, and require a representative process marked by commonality and solidarity. In everyday terms, to "count" as good substantive representation, women representatives act together in a feminist fashion. To do otherwise, representatives are "outwith" the substantive representation of women.					
Politics & Gender	Perceptions of Corruption and the Dynamics of Women's Representation	David Watson e Amy Moreland	A growing body of literature focuses on the attitudes produced by women's representation. One area of particular interest is the effect of women's representation on perceptions of corruption in government. Multiple scholars have found that citizens view women in government as more trustworthy and less corrupt. Others have suggested that the link between gender and corruption is spurious or dependent upon regime characteristics. Additionally, many studies of women's effect on corruption were published prior to the widespread adoption of gender quotas, when levels of women's representation were considerably lower. We argue that the relationship between women and perceptions of corruption can be better understood by applying an integrated model of representation, which explores the effects of formal, descriptive, and substantive representation on perceptions of corruption. Using a time-series analysis of 140 countries	2014	Representação de Mulheres na Política	Cultural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			worldwide from 1998–2011, this study finds that women's descriptive and substantive representation are correlated with lower perceptions of corruption. However, gender quotas are correlated with higher perceptions of corruption among political elites.						
Politics & Gender	Why Won't Lola Run? An Experiment Examining Stereotype Threat and Political Ambition	Scott Pruyser e Julie Blais	One potential explanation that has been largely unexplored is the role of negative stereotypes about women. Given that many gender gaps in political behavior such as political knowledge and efficacy have not been explained by economic, educational, or social capital resources (Gidengil, Giles, and Thomas 2008; Thomas 2012), it is worth considering whether negative stereotypes about women's political ability can begin to account for the gaps. In particular, can exposure to negative stereotypes suppress political ambition among women? In order to test this possibility, we employed an experimental design whereby we randomly assigned 501 undergraduate students into threat (exposure to negative stereotypes) and nonthreat (stereotype deactivated) conditions. While men exhibited higher levels of political ambition in both conditions, women in the nonthreat condition expressed significantly higher levels of political ambition than those women who were exposed to negative stereotypes. The results of this study therefore suggest that the gender gap in political ambition is at least partly explained by exposure to negative stereotypes about women in politics.	2017	Eleição de Mulheres	Cultural /Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	Party Gatekeepers 'Support for Viable Female Candidacy in PR-List Systems	Maarja Luhiste	<p>It is difficult to overestimate the role candidate selection plays in determining the number of women in elected office. While an increasing amount of research has been dedicated to the impact political parties have on women's electoral representation (Caul 1999; Davidson-Schmich 2010; Kittilson 2006; Krook 2009, 2010; Matland and Studlar 1996; Murray, Krook, and Opello, 2012), the relationship between gender and candidate selection remains a relatively understudied area. Ashe and Stewart (2012) and Nieven (1998), however, provide empirical evidence that the majority of the variance in women's underrepresentation can be explained with demand-side factors.</p> <p>This research aims to take forward our knowledge of how the demand side influences women's underrepresentation by investigating at the individual level how party gatekeepers rank female candidates in electoral lists in different types of party list proportional representation systems (PR-list systems).</p>	2015	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	The Gender Regime of Political Parties: Feedback Effects between "Supply" and "Demand"	Tânia Verge	<p>Is women's chronic minority status worldwide explained by a lack of women wishing to stand for political office or by party selectors' disinterest in selecting women candidates? This debate continues among gender politics scholars; however, an increasing number of studies highlight the need to further investigate how the demands of party selectors might shape the supply of women candidates, especially in strong parliamentary democracies where political parties are the key gatekeepers (Kenny 2013; Murray 2010). This concern was already present in Norris and Lovenduski's (1995) original model, which called for a deeper examination of the "interaction effects" between "supply" and "demand." In engaging with this call, I argue that the</p>	2015	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			constraining effects of supply are reinforced not only by the demands of party selectors, but also by the everyday (gendered) functioning of political parties, which helps us understand the differential chances of women and men eventually becoming candidates.						
Politics & Gender	Voting for Women in Belgium's Flexible List System	Sofie Marien, Anke Schouteden e Bram Wauters	In this article, we present the results of a thorough investigation of how preferential voting influences the descriptive representation of women in representative assemblies. In particular, we map the frequency and analyze the determinants of voting for male, female, or both male and female candidates. We study the characteristics of the voters (such as sex and ideology) as well as the characteristics of the electoral context (such as district magnitude). The analysis is based on the results of the 2012 PARTIREP Exit Poll survey that was conducted in a random sample of 40 local municipalities in Belgium at the occasion of the 2012 local elections (Dassonneville et al. 2012). Voters were interviewed face-to-face right after they left the polling booth. After this interview, they were asked to cast their (preference) vote(s) again on a "mock ballot" (selfadministered). This research design results in a unique dataset that contains extensive information on the preference votes of the respondents. In subsequent sections, we give an overview of the literature on genderbased voting, which leads to five hypotheses. Next, we discuss in greater detail why Belgium is an interesting case to test these hypotheses. Subsequently, we describe the data and methodology and present the findings of this study. We close with a discussion of the main results.	2017	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	What Makes a Good Politician? Reassessing the Criteria Used for Political Recruitment	Rainbow Murray	Certain societal groups are significantly overrepresented within politics, including men, ethnic majority groups, and socioeconomic elites. This has fueled debates regarding meritocracy within political recruitment. While meritocracy is desirable, its definition and measurement are contested. The criteria used in theoretical and empirical academic studies differ from those of political parties and voters, as discussed below. Furthermore, there is bias in favor of the male status quo, with all groups preferring the qualities of existing elites. The definition of a “good” politician is therefore highly subjective. Nonetheless, political traditionalists claim that the “best” candidate should be selected even if this leads to significant gender imbalance in parliaments. Yet, if political recruitment is biased in favor of social elites, the overrecruitment of men may not derive solely from merit (Murray 2014). Without definitive criteria for evaluating prospective candidates and judging those already elected, we cannot determine whether political recruitment is meritocratic.	2015	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
-------------------	---	----------------	--	------	---------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	Women's Political Parties in Europe	Kimberly Cowell-Meyers	<p>In representative democracies, political parties organize the public will, giving expression to political differences in society (see Katz and Mair 1995; Klingemann, Hofferbert, and Budge 1994; Sartori 1967). Parties can also deepen democracy by broadening the connections between representatives and constituents, helping to hold political institutions accountable and increasing the participation of previously marginalized groups (see Costain 2005; Kitschelt 1993; Shugart 1994; Kittilson and Tate 2005; Young 2000).</p> <p>This project considers the emergence of women's parties, their nature, and development in a comparative framework. Using an original dataset derived from European electoral commissions, statistical offices, national libraries, media archives, party records, and interviews of experts from the respective countries, I document and describe 30 such parties contesting elections at the national level in Europe since 1987. I then conduct a series of tests on this panel data to determine when and under what conditions women's parties are likely to emerge. I argue that women's parties are indications of failures of the established political parties to include and represent women's interests. Additionally, I demonstrate that women's parties are more likely to appear where women are empowered unevenly than where they are already included or their marginalization is consistent.</p>	2016	Eleição de Mulheres	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
-------------------	-------------------------------------	------------------------	--	------	---------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	"Righting" Conventional Wisdom: Women and Right Parties in Established Democracies	Diana Z. O'Brien	<p>Despite the fact that some right parties are making gains on their leftist counterparts, it is clear neither that these findings are indicative of a broader trend nor that these gains are sufficient to close the gap with left leaning organizations. This raises an important question for women and politics and party politics scholars alike: does the conventional wisdom about right parties' laggard status with respect to women's descriptive and substantive representation still hold? Even if some right parties are making progress, moreover, these trends may not hold across all party types. While existing research tends to focus on right parties as a unified entity, there are important differences among conservatives, Christian democrats, and nationalists. This prompts a second question: do all right parties behave alike with respect to women's descriptive and substantive representation? To answer these two questions, I offer a wide-ranging study of women's representation within and across right parties in parliamentary democracies. I first highlight the centrality of political parties to women's representation and theorize the relationship between gender and party ideology, focusing special attention on conservative and Christian democratic parties. I then draw on a data set that includes information on women's presence in the parliamentary delegations of 72 organizations from 12 states between 1980 and 2013 to examine patterns in women's descriptive representation across and within party families. Moving next to women's substantive representation, I use a second data set to explore women's inclusion on the election platforms of 56 parties between 1980 and 2008. Extending this analysis, the final empirical section examines the influence of women's presence on women's policy representation across party families.</p>	2018	Represen tação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	<p>A Seat at the Table—Is it Enough? Gender, Multiparty Negotiations, and Institutional Design in South Africa and Northern Ireland</p>	Georgina Waylen	<p>Women actors and gender concerns have often been absent from the negotiated settlements that bring an end to violent conflicts and create new political institutions. And although scholars and activists argue that both women actors and gender concerns should be incorporated, there is less consensus about how this can happen effectively. Taking up Jane Mansbridge's (2014, 11) recent call for political scientists to analyze "negotiations to agreement" and the institutions that facilitate negotiations, this paper argues that analyzing not only the involvement of women and gender actors and their outcomes, but also the form and structure of the negotiations themselves, will give us a greater understanding of how these processes are gendered. Through a comparative analysis of two negotiated settlements—in South Africa and Northern Ireland—this paper examines how institutional design processes were gendered and the impact that gender actors (understood here as actors organizing around gender interests) had on these "new" institutions/structures. In each case, women, organized as women, attempted to influence from the inside the creation of new institutional frameworks intended to end long-standing conflicts.</p>	2014	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Sim	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
-------------------	---	-----------------	---	------	----------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	Cities Where Women Rule: Female Political Incorporation and the Allocation of Community Development Block Grant Funding	Adrienne R. Smith	<p>While individual women representatives in government have been found to behave differently than men, the causal connection between the increased presence of women in elected offices and the production of women-friendly policies is tenuous at best. This study leverages the variation in women's office holding, government structures, and policy outputs found in American cities to address that puzzle. It argues that when women obtain leadership positions in municipal government and when the positions they hold have greater power relative to other municipal positions, cities will be more likely to produce policy outputs that are often associated with women's interests and needs. Utilizing an original city-level dataset and modeling women's presence as mayors and policy outputs endogenously, the results reveal that empowered female executives in municipal governments influence expenditure decisions made as part of the federal Community Development Block Grant program. The findings suggest that political scientists should consider not only the presence of an underrepresented group, but also the relative amount of power that group has when assessing the effects on substantive representation.</p>	2014	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
-------------------	---	-------------------	---	------	----------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	Gender and the Executive Branch	Claire Annesley e Susan Franceschet The executive branch of government constitutes the pinnacle of political power. In principle, presidents and prime ministers, along with their cabinets, set the policy agenda, debate, and deliberate policy initiatives; introduce legislation; and oversee the implementation of public policies. Executives are the most visible political actors, representing the public “face” of government. Until very recently, executives were also the most masculinized of political institutions, with women absent entirely from the position of prime minister or president until the 1960s, and, at least until the last decade, holding only a small number of posts in cabinet. Yet one of the most striking global trends in recent years is the growing number of women elected to the post of prime minister or president: at the time of writing there are 12 countries where a woman occupies the top political office. A growing number of women are also being appointed cabinet ministers and, in some cases, to some of the most traditionally masculine posts. It is common today to define “parity” cabinets as those where women hold between 40% and 60% of ministerial portfolios. With that definition, countries as different as Spain, Bolivia, Sweden, and South Africa have had gender parity in cabinet. What is more, women's presence in cabinet is now a firmly established norm. Among the first questions raised by commentators after a newly elected president or prime minister announces her cabinet are, how many women were appointed? To which portfolios were they assigned?	2015	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
-------------------	---------------------------------	---	------	----------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	Intersectional Violence against Women in Politics	Rebecca Kuperberg	<p>The field of violence against women in politics (VAWIP) is so new, it seems unfair to discuss its “gaps”; rather, the study of VAWIP is defined by its uncharted territory. The bulk of existing literature, compiled by scholars as well as practitioners, emphasizes theoretical conceptualization, empirical forms of violence, and the tracking of incidents across regions (Krook 2017; Krook and Restrepo Sanín 2016). Researchers have stressed the gendered motivations and implications of VAWIP. In short, women are targets of violence because they are women and because they are in politics.</p> <p>I apply an intersectional lens to VAWIP through three questions: How is VAWIP intersectional? What methods can we utilize to conduct an intersectional analysis? Finally, what can an intersectional approach add to our understanding of VAWIP theoretically and empirically?</p>	2018	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
Politics & Gender	President Park Geun-Hye of South Korea: A Woman President without Women?	Young-Im Lee e Farida Jalalzai	<p>By connecting the presidency of Park with substantive representation, this article adds to literature about women’s substantive legislative representation (Franceschet, Krook, and Piscopo 2012; Schwindt-Bayer 2010). As more women gain executive offices, scholars must explain their effects on women’s representation. We contribute to the literature on women’s substantive representation through emphasizing the role women presidents take in establishing policy priorities and women-related policies using President Park as a case study. Given the importance that South Korea plays on the world stage and the vital role the president plays in politics, the continued oversight regarding women executives is problematic. The first part of this article situates Park’s election in light of women’s executive advancement around the world and in Asia. The second section briefly describes Park’s political résumé prior to</p>	2017	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			becoming the president in 2012 and the political backdrop of South Korea. The third portion examines Park's governance, particularly whether she offers women substantive representation compared to her predecessors. We then offer conclusions and suggestions for future research.					
Politics & Gender	Violence against Women in Politics: A Rising Global Trend	Mona Lena Krook	<p>Recent years have witnessed a troubling rise in reports of assault, intimidation, and abuse directed at politically active women. The United Nations General Assembly first called for zero tolerance for violence against female candidates and elected officials in Resolution 66/130 in 2011. In 2012, Bolivia became the first country in the world to criminalize political violence and harassment against women, in response to a more than decade-long campaign by locally elected women to document the numerous injuries and abuses they confronted. Resonating across the region, this development led the states-parties to the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence against Women to endorse a Declaration on Political Violence and Harassment against Women in 2015.</p> <p>To advance the global research agenda on violence against women in politics, this symposium brings together a diverse group of academics and practitioners to address two sets of questions. First, what is violence against women in politics? What forms does it take? Why does it occur—and appear to be on the rise? Second, what data is currently available or could be gathered to measure violence against women in politics? What methods might be most appropriate for collecting and analyzing data on this problem</p>	2018	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Women as a Sign of the New? Appointments to South Africa's Constitutional Court since 1994	Rachel E. Johnson	This article takes as its focus a newly established institution—South Africa's Constitutional Court—and explores some of the ways in which this institution makes claims to “being new” in a broader sense of offering a new way of doing things or representing change	2014	Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Conceptualizing and Measuring Women's Political Leadership: From Presence to Balance	Devin Joshi e Ryan Goehring	This article conceptualizes an innovative understanding and measurement of women's political leadership, theoretically justifies its application, and analyzes contemporary variation in its patterns through comparative case studies. In recent years, scholars of comparative government have studied with great interest the election of female prime ministers and presidents (e.g., Derichs and Thompson 2013; Jalalzai 2013) and cross-national variation in female members of parliaments (MPs) and cabinets (e.g., Bauer and Tremblay 2011; Paxton and Hughes 2017; Suraj, Scherpereel, and Adams 2014). Yet, when it comes to regions beyond Europe and the Americas, comparative empirical analysis of women's political leadership (WPL) across national level governments has been largely neglected. Addressing this gap in the literature, we offer a new index that we believe has multiple advantages over the most commonly applied proxies for WPL. Contributing to the study of women's political leadership, we offer an approach that differs from most of the existing literature. Instead of taking individual politicians as the unit of analysis, we treat women's political leadership as contingent upon the theoretical concepts of “formal structural power” and “male dominance,” which necessarily encompass multiple apex	2018	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			political decision-making institutions. Drawing on this perspective and incorporating data collected from Asia, the world's most populous continent, we developed the WPLI by combining gendered measures of formal leadership across judicial, executive, and legislative branches.						
Politics & Gender	Letting Down the Ladder or Shutting the Door: Female Prime Ministers, Party Leaders, and Cabinet Ministers	Diana Z. O'Brien, Matthew Mendez, Jordan Carr Peterson e Jihyun Shin	<p>In October 2012 the Danish Socialist People's Party chose Annette Vilhelmsen as its leader. With her ascension to power, women simultaneously headed all three of Denmark's governing parties for the first time. Though an exclusively female-led coalition government remains exceptional, in developed democracies the number of female prime ministers and party leaders has grown in recent years. Since 2000, women have governed in Denmark, Germany, Finland, Iceland, New Zealand, and Australia and have commanded coalition partner parties in Austria, Ireland, and Sweden. Just as there are now more female leaders, governments are also nominating more women to cabinets than ever before. Women recently held half of all ministerial posts in Finland, Iceland, Sweden, and Spain. Female ministers are also serving in high-prestige portfolios from which they were traditionally excluded, including finance and foreign affairs.</p> <p>We provide the first empirical analysis of female leaders' effects on both the proportion of ministerial posts held by women and women's nomination to high-prestige portfolios. After examining the literature on women's cabinet appointments, we develop two competing sets of hypotheses linking female leaders and ministers in advanced parliamentary and semipresidential democracies. Our letting-down-the-ladder hypotheses posit that female prime ministers and coalition party</p>	2015	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			leaders—particularly in left governments—are associated with women's increased appointment to cabinets and their ascension to high-prestige ministerial posts. In contrast, our shutting-the-door hypotheses suggest that the presence of female leaders—especially in nonleft governments—will result in the nomination of fewer women to (high-prestige) portfolios.						
Politics & Gender	Resisting Parity: Gender and Cabinet Appointments in Chile and Spain.	Susan Franceschet e Gwynn Thomas	Presidents and prime ministers possess vast powers of appointment. These powers can be used to appoint cabinets with an equal number of male and female ministers. Parity cabinets make dramatic statements about gender, representation, and political power. They imply that gender balance—rather than just adding some women—is needed to overcome women's political marginalization. Cabinets with just a few token women are insufficient and undemocratic. Yet appointing women in the same proportions as men challenges a status quo in which men occupy most of the positions of power. Even when leaders possess the formal authority to appoint ministers, forming a parity cabinet means that some existing practices and norms, particularly the norm of male dominance, have been broken. Parity cabinets thus create the possibility of backlash from those who fear reduced opportunities for men to access powerful posts.	2015	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	The Impact of Committee Composition and Agendas on Women's Participation: Evidence	Kendall D. Funk, Laura Morales e Michelle M. Taylor-Robinson	We explore participation in standing committees in a legislature with near numeric equality of women and men to learn whether near numerical equality in the chamber overall translates into equal participation in committees whose sex ratios vary quite a lot. These are important questions because much research has shown that power relations are gendered, with the result that women are less likely than men to speak in groups, so we need a	2017	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

	from a Legislature with Near Numerical Equality		better understanding of the circumstances under which women become empowered.						
Politics & Gender	The Trouble with Institutions: How Women's Policy Machineries Can Undermine Women's Mass Participation	Erin Hern	<p>It is no secret that men and women continue to have unequal access in democratic systems. In nearly every country for which data exist, women participate less in politics and hold fewer government positions than men (Beauregard 2014). In recent years, analysis of this ongoing problem has taken an institutional turn: feminist institutionalism examines how the formal and informal “rules of the game” create persistent bias against women in office and the advancement of feminist policy agendas (e.g., Krook and Mackay 2011). Such analysis is important and enlightening, but it illuminates only part of the story. An ongoing problem in most democracies is women's lower level of participation: women are less interested in politics, less likely to be active in campaigning, and less likely to contact officials. While women often vote at the same rate as men, their lower rates of political engagement and higher-intensity forms of participation remains to be explained (Coffe and Bolzendahl 2011; Verba, Burns, and Schlozman 1997).</p> <p>Expanding the feminist institutionist scope to explore institutional effects on political participation uncovers a paradoxical problem: in some cases, the creation of institutions or policies designed specifically for women may have a pernicious effect on women's political engagement and participation because of the messages they send about the government's (in)ability to address women's issues.</p>	2017	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	A Law on Paper Only: Electoral Rules, Parties, and the Persistent Underrepresentation of Women in Brazilian Legislatures	Kristin Wylie e Pedro dos Santos	<p>The inability of the Lei de Cotas to rectify the severe underrepresentation of women throughout formal Brazilian politics is particularly striking given the country's substantial socioeconomic progress and dynamic women's movement (Alvarez 1990; Costa 2008; Htun 2002).¹ Moreover, as evidenced by recent public opinion polls (CESOP 2010; Opinião Pública 2012) and the 2010 election and 2014 reelection of the first woman president, Dilma Rousseff, the Brazilian electorate appears increasingly receptive to female politicians. In this article, we explain the puzzling underrepresentation of women in Brazilian legislatures, yielding insights into how quotas interact with other electoral rules and party structures to affect women's electoral prospects. We posit that the male-dominated character of Brazil's decentralized party politics contributes to the limited number of women legislative candidates as a whole, but especially viable women candidates.² Gendered political institutions and highly competitive legislative elections combine to create an environment in which mostly male subnational party leaders use their dominance of state party organizations to protect the interests of their political allies, leaving most women outside the candidate selection and resource allocation process during elections and, consequently, undermining the institutional changes established by the gender quota.</p>	2016	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Legislative Power and Women's Representation	Leslie Schwindt-Bayer e Peverill Squire	<p>Women's representation in national legislatures varies widely around the world. In 2012, only Rwanda and Andorra had achieved parity in women's representation in the national parliament, with 56% of the Rwandan Chamber of Deputies being female and exactly half the Andorran General Council represented by each sex. In many other countries, women still have little representation in the national legislature, despite being almost 50% of the population. A large body of research has emerged to try to explain the wide variation across countries, with most of it focusing on cultural, socioeconomic, and electoral explanations (e.g., McDonagh 2002; Norris 1985; Reynolds 1999; Rule 1987; Tripp and Kang 2008). Recent scholarship, however, has suggested that the legislature itself is a gendered institution that marginalizes women and argues for greater attention to understanding exactly how legislative institutions affect women's representation (Beckwith 2005; Chappell 2006; 2010; Duerst-Lahti and Kelly 1995; Hawkesworth 2003; 2005; Krook and Mackay 2011; Schwindt-Bayer 2010).</p>	2014	Participação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
-------------------	--	---	--	------	--------------------------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	Intersectional Puzzles: Understanding Inclusion and Equality in Political Recruitment	Karen Celis, Silvia Erzeel e Liza Mügge	<p>Feminist scholars have developed a solid research agenda on gender equality in politics. This scholarship is built on the conviction that equitable representation of men and women is fundamental to the functioning of representative democracies (Mansbridge 1999; Norris and Lovenduski 1995). In order to comply with the intersectional research paradigm, gender and politics scholars have increasingly focused on other discriminatory mechanisms and how these relate to gender. Marginalized or privileged positions based on gender, ethnicity, race, class, or age are conceived not as “swinging free” from each other, but as interacting (Hancock 2007). Consequently, a group can be privileged in one context but disadvantaged in another depending on historical structures and contexts. Such an intersectional approach raises new questions about the meaning of political equality (Mügge 2013; Mügge and De Jong 2013). For instance, to what extent is women's sheer numerical presence an indicator for political equality if that presence is a marker of inclusion as well as exclusion? This contribution focuses on political recruitment and the question of whether inclusion fosters equality. Drawing on our ongoing research on Belgium and the Netherlands, we argue that an intersectional analysis of recruitment is indispensable to capture the nature of inclusion and exclusion and therefore to the understanding of political equality.</p>	2015	Representação de Mulheres na Política	Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
-------------------	---	---	---	------	---------------------------------------	---------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Politics & Gender	The Dilma Effect? Women's Representation under Dilma Rousseff's Presidency	Farida Jalalzai e Pedro G. dos Santos	<p>Women are making important strides as presidents in Latin America as of late. This trend became evident in 2006 when Michelle Bachelet gained the Chilean presidency. Cristina Fernández followed shortly thereafter in Argentina. In 2010, Dilma Rousseff (popularly referred to as "Dilma") joined this small yet growing group of women when she was elected the first female president of Brazil. Dilma's victory was no surprise since she had the support of the very popular outgoing president Luiz Inácio "Lula" da Silva. Nevertheless, the fact that Dilma is a woman is noteworthy given that Brazil's political system is overwhelmingly male dominated at all levels of government (Araújo 2010; Bohns 2007; Miguel 2008). Dilma's significance also stems from the fact that, unlike most women national leaders around the world, she occupies a relatively strong presidency, gained office through popular election, and lacked family ties to power (Jalalzai 2013).</p> <p>Focusing on descriptive and substantive representation, we argue that Dilma's presidency has had a direct impact in certain areas related to gender representation—most notably women's descriptive representation in the executive branch—while having limited impact in others. More specifically, we elaborate on how complex the connection between gender and representation is, especially when looking at the multiple facets of representation in relation to the decisions of a country's executive branch. The analysis recognizes the difficulty in separating Dilma's representation of women from her partisanship and status as Lula's heir apparent.</p>	2015	Represen tação de Mulheres na Política	Instituci onal/Cul tural	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Stuck in the Basement: A Pathway Case Analysis of Female Recruitment in Hungary's 2010 National Assembly Elections	Kathleen A. Montgomery e Gabriella Ilonszki	<p>Early research on women's underrepresentation in the new ECE democracies focused on common legacies of communism and missed opportunities for women during transition, a combination of "push and jump" (Einhorn 1993; Funk and Mueller 1993). Male dissidents, eager to hold positions of power in the new order, were happy to push women to the sidelines during transition. Women, exhausted from the dual and triple burdens imposed by communist policies of "directive emancipation," were skeptical of feminism and willing to withdraw from politics. Men therefore founded the political parties, shaped new constitutions, and monopolized the leadership positions in formal politics (Matland and Montgomery 2003). At the same time, "the emergence of multi-party systems was underpinned by a re-traditionalization of political space through calls for a 'proper' role for women" (Chiva 2005, 972). It stands to reason that these common legacies might continue to reduce ECE women's ability to participate in politics on an equal footing with men for years to come. But common legacies cannot explain widening variations in women's descriptive representation across ECE parliaments. Nor can they tell us why, in Hungary, female parliamentary underrepresentation has become "perhaps the most stable feature of the post-communist political system, resisting government changes, transformation of the party system, and the recent constitutional reform" (Várnagy 2013, 3). To address these questions, we employ a pathway case analysis of the 2010 elections for the Hungarian National Assembly. Gerring (2004, 342) defines the case study as "an intensive study of a single unit for the purpose of understanding a larger class of (similar) units." A "pathway case" is a particular type of case study that</p>	2016	Eleição de Mulheres	Institucional/Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			allows the investigator to elucidate causal mechanisms when the causal hypotheses are already identified through cross-case investigation and the theoretical literature suggests more than one pathway to the same outcome (Gerring 2007). By comparing the 2010 elections to other post-transition elections in Hungary and to outcomes in other ECE countries, we can identify the pathway most responsible for keeping Hungary stuck in the basement on women's descriptive representation (Gerring 2004, 2007). Krook (2010a, 2010b) has called for more in-depth case studies that can untangle the effects of various factors facilitating and hindering women's access to political office. We begin by grounding our case in the theoretical and empirical literatures.						
Politics & Gender	Before Prime Minister: Margaret Thatcher, Angela Merkel, and Gendered Party Leadership Contests.	Karen Beckwith	Given that most national executives have been men, it is a commonplace to observe that access to executive power is gendered. Men have historically served as heads of government, and few women have been presidents or prime ministers. Women's numbers are increasing, however, as is research focusing on women who have achieved national executive leadership (e.g., Jalalzai 2013; Murray 2010). Such research has emphasized women's individual resources and credentials, family background, and political experience as factors contributing to their political success; research focusing on the strategic and institutional structural factors that contribute to this success has been rare.	2015	Mulheres na Política	Institucional/Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	Women and Political Leadership in an Authoritarian Context: A Case Study of the Sixth Parliament in the Islamic Republic of Iran	Valentine M. Moghadam e Fatemeh Haghighehjoo	<p>When Iran's new president, Hassan Rouhani, presented his proposed Cabinet to the Majles (parliament) in August 2013, one issue brought up in social media was the strange silence of the women members throughout the intensive four-day sessions to assess the ministerial nominees' programs before the vote of confidence. None of the nine women parliamentary members (MPs) used the podium to object that the president had not nominated any woman as minister. Only on social media and Persian language television was there criticism for the absence of women ministers. Eventually, Rouhani promised to include a woman in his Cabinet and to promote women in middle managerial positions. Not only was this tokenism evidence of gender-blindness, but it also evinced historical amnesia, as it overlooked the intense campaigning for women's greater participation and rights on the part of the 13 women members of Iran's Sixth Majles during the reform era coinciding with President Mohammad Khatami's two terms (1997–2005). That parliament is notable for its commitment to political and cultural reform and for the caucus that agitated for women's greater presence. Among its accomplishments were passage of the UN's Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW); raising the minimum age of marriage for girls from puberty to 13; and removing the ban on single young women traveling abroad on state scholarships.</p> <p>This article offers a case study of women's struggles to obtain voice and influence within an authoritarian polity and a male-dominated political body through a detailed look at the workings of a women's caucus within a functioning parliament, albeit one constrained by a particular ideology (political Islam) and a traditional</p>	2016	Mulheres na Política	Institucional/Su bjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			outlook toward women. Drawing on the literature on women's descriptive representation and "the politics of presence," we highlight the potential of a women's parliamentary caucus in the absence of a "critical mass" of women.						
Politics & Gender	Do Government Positions Held by Women Matter? A Cross-National Examination of Female Ministers' Impacts on Women's Political Participation	Shan-Jan Sarah Liu e Lee Ann Banaszak	This article examines the relative influence of female ministers compared with women in parliament on citizens' civic engagement, focusing particularly on how distinctions in the two types of representation have differential effects on political participation. We categorize political activity by how conventional the action is, based on its costs, risks, and connections to electoral institutions, when evaluating the influence of female cabinet members on civic engagement. We begin by discussing the role model effect and its impact on citizens' participation. We then compare women's representation with that in the cabinet. Next, we theorize how differences between legislative and ministerial representation might result in differential effects on the distinctive forms of political participation. After presenting our hypotheses and describing our data and methods, we present and interpret our findings. We conclude by discussing the implications of these findings for future research.	2017	Participação de Mulheres na Política	Institucional/Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Revealing the "Secret Garden": The Informal Dimensions of Political Recruitment	Elin Bjarnegård e Meryl Kenny	Candidate selection and recruitment has been notably described as the "secret garden" of politics—an obscure process, often hidden from view, that is regulated largely by internal party rules, informal practices, and power relationships (cf. Gallagher and Marsh 1988). In this contribution, we contend that informal party practices and their gendered consequences are critically important for understanding the continuity of male political dominance and female underrepresentation. Rather than	2015	Eleição de Mulheres	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			make a strict separation between formal and informal rules in the recruitment process, we argue that gender politics scholars must instead identify and empirically investigate the specific combinations of such rules that impact upon women's and men's political participation in parties. The proposed approach allows for a more nuanced understanding of the bounded nature and variable outcomes of institutional innovation and party change.					
Politics & Gender	From Critical Mass to Critical Leaders: Unpacking the Political Conditions behind Gender Quotas in Africa	Christie Marie Arendt	The surge in gender quotas across Africa raises questions about the varied impacts of these measures on women's empowerment in legislatures. This study contends that we must explore the diverse political conditions under which quotas are adopted to understand the potential for empowerment in legislatures. By examining political context, we can pinpoint why political parties acquiesce to gender quotas and how they design laws to either empower women or reinforce party control. Parties influence aspects of gender quota design that have lasting effects on women legislators elected through these laws. Employing a new measure of legislative leadership equity, this article compares political conditions under which quotas are adopted across 18 African countries and the extent to which women reach leadership positions following the implementation of a quota. Levels of political competition and women's mainstream political activity at the time of gender quota adoption indicate how the interests of political parties shape the design and effects of the law. That the outcomes of gender quotas are highly contingent on adoption context suggests the need for academics and policy makers to analyze the politics behind these measures to develop country-specific approaches for empowering women in politics.	2018	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Gender Quotas in Taiwan: The Impact of Global Diffusion	Chang-Ling Huang	<p>Two things distinguish Taiwan from other Asian countries regarding women's political representation: a high level of female political representation by Asian standards and an early implementation of quotas by global standards. Women constitute 33.6% in the country's parliament, second in Asia only to East Timor (38.5%). Taiwan has also achieved a higher level of women's parliamentary representation than Japan (8.1%), South Korea (15.7%), and Singapore (23%). Unlike other young democracies that adopted gender quotas in the 1990s or even later, Taiwan has had reserved seats for women since the early 1950s when the country was under authoritarian rule. Quota reforms were later instigated subsequent to Taiwan's democratization.</p>	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Mixed Effects of Legislative Quotas in South Korea	Jiso Yoon e Ki-young Shin	<p>Gender and politics scholars have demonstrated that the women's movement plays a pivotal role in the adoption of gender quotas and in improving women's political representation (Bauer and Britton 2006; Dahlerup 2006; Krook 2009). They typically argue that domestic political transformations and international pressure help to mobilize the women's movement and demands for more women in elected offices (Huang, this volume; Krook, O'Brian, and Swip 2010). The South Korean case affirms these studies, as women's organizations often take advantage of the local political transformations to push for the gender quota adoption. However, we contend that without political parties' full commitment to implementing gender quotas and supplementing quotas with non-quota measures, efforts that prioritize the descriptive representation of women and formal quota legislation have brought only limited effects on enhancing women's political representation.</p>	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Party Quotas and Rising Women Politicians in Singapore	Netina Tan	Women were severely underrepresented in Singapore's early politics. From 1970 to 1984, not a single female member was found in the Parliament. Unlike the experiences of Taiwan and South Korea in this issue, the ruling People's Action Party (PAP) of Singapore faced no similar pressure from the opposition parties or feminist groups to adopt gender quotas to "fast track" women into politics (Dahlerup and Freidenvall 2005). Yet, the total number of women candidates increased from 0 in 1980 to 32 by 2011. And women's legislative representation reached a high of 23% after the 2011 general election.	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Quota Nonadoption in Japan: The Role of the Women's Movement and the Opposition	Alisa Gaunder	<p>In 2003, Japan's dominant Liberal Democratic Party (LDP) committed to the goal of 30% female representation in management and political positions by 2020 to conform with the international norm to promote women's leadership. This nonbinding commitment received widespread media attention. In 2012, Prime Minister Shinzō Abe reemphasized this goal before the lower house election. Yet, in his first cabinet, Abe appointed only two women. Moreover, in the 2013 upper house election, the LDP fielded only 9 women out of 79 candidates, nowhere near the 30% candidate goal (Torres 2013). In September 2014, Abe appointed five new women in his cabinet reshuffle, two of whom were forced to resign a month later due to scandals. Four women currently sit on the cabinet due to one female replacement (Flackler 2014). Despite Abe's attempts to increase women in his cabinet, most agree that Japan is not on target to meet the 30% benchmark (Gender Equality Bureau 2012).</p> <p>Why has the country with the longest history of democracy and development in East Asia failed to adopt a legislative gender quota to address the persistent</p>	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			underrepresentation of women? This piece argues that quota nonadoption can be explained by a fragmented women's movement and the weakness of the Left. Unlike in South Korea, the women's movement in Japan is fragmented, and quota adoption has not been a mainstream priority.						
Politics & Gender	Rules of Ministerial Recruitment	Claire Annesley	Ministerial office represents the pinnacle of political power. Quite rightly, politics and gender and comparative scholarship is paying increasing attention to women's access to political executives (Claveria 2014; Davis 1997; Escobar-Lemmon and Taylor-Robinson 2005; Krook and O'Brien 2012; Reynolds 1999; Siaroff 2000; Whitford, Wilkins, and Ball 2007). These studies develop and test a range of hypotheses relating to the demographic, socioeconomic, political cultural, or political institutional factors at state or system level deemed to shape women's access to political executive office. The conclusions primarily emphasize relatively general correlations between women's ministerial representation and a nation's familiarity with women in positions of power (Reynolds 1999), the prevalence of "egalitarian societies" and "leftist values" (Siaroff 2000), or international pressure and regional contagion (Escobar-Lemmon and Taylor-Robinson 2005). Studies that address the importance of political institutional factors affecting the supply and demand of female government ministers highlight the different procedures for appointing ministers in presidential versus parliamentary democracies (Reynolds 1999; Whitford, Wilkins, and Ball 2007) or the generalist versus specialist recruitment traditions of ministerial recruitment in parliamentary democracies (Claveria 2014; Davis 1997; Siaroff 2000). All studies flag the significance of the numerical presence of women in parliament, and some,	2015	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			<p>the way the electoral system or gender quotas influence women's access to parliament (Claveria 2014; Krook and O'Brien 2012).</p> <p>The premise of this article is that recruitment to executive office cannot be fully explained by the aggregate sociodemographic characteristics of ministers or by the general characteristics associated with the political systems in which they operate. These studies' general correlations do not explain the complex factors that structure pathways to ministerial office. To understand ministerial recruitment, it is important to know precisely who is eligible to be chosen (the eligibility pool), how to qualify (generalist or specialist principles), and who selects ministers (the prime minister or party).</p> <p>The claim of this article is that ministerial recruitment is best explained by using new institutionalist approaches to reveal complexes of formal and informal rules that govern who is eligible, how to qualify, and who selects ministers.</p>					
Politics & Gender	Where do Women Stand? New Evidence on the Presence and Absence of Gender Equality in the World's Constitutions	Adèle Cassola, Amy Raub, Danielle Foley e Jody Heymann	<p>This article provides the first detailed global assessment of the status, strength, scope, and evolution of constitutional gender protections across the spheres of general equality and nondiscrimination, political participation, social and economic rights, family life, and customary and religious law. The rest of this section reviews the evidence that constitutions are important tools for advancing women's rights in each of these areas. We go on to explain the methodology we used to collect and analyze data on the constitutional rights entrenched in 191 countries as of June 2011. We then describe the status of equal rights across gender in the</p>	2014	Participação de Mulheres na Política	Normativo	<p>Conceito: Sim Autora: Não</p>	<p>Conceito: Não Autora: Não</p>

			world's constitutions, analyze how these protections differ according to the decade in which a country's constitution was adopted and last amended, and examine regional variation in the status of customary and religious law. Finally, we discuss the implications of our findings and next steps for future research.						
Politics & Gender	Understanding the Impact of Electoral Systems on Women's Representation	Frank C. Thamess	The study of electoral systems is a key area of research within political science. In part, the attention paid to electoral systems reflects their importance to democratic political systems. Electoral systems define "what constitutes" a vote, establish "a rule for how votes are totaled," and create a mechanism for "translating vote share into seat allocations" for representative institutions (Bawn 1993, 966). These roles mean that electoral systems impact not only how interests are represented, but also how accountability is structured.	2017	Participação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não
Politics & Gender	Authenticating Representation: Women's Quotas and Islamist Parties	Lih Ben Shitrit	The spread of women's quotas in legislative bodies across the world since the mid-1990s has become one of the most significant factors impacting levels of women's political representation (Dahlerup 2013; Krook 2009; Tripp and Kang 2008). In the Middle East, a region that has long held a place at the very bottom of global rankings of women's representation, the adoption of such quotas is transforming levels of representation (Kang 2009). But there is still much debate over the utility of quotas for women's meaningful participation in political life. There is now a well-established literature that examines the effects of quotas on women's descriptive or numerical representation. We have a fairly robust idea about the types of quotas that are appropriate for particular sets of electoral system contexts when the goal is to generate a target percentage of women elected to legislative bodies (Jones 2005; Larserud and Taphorn	2016	Representação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			2007).However, questions about whether and how quotas benefit women beyond the simple addition of several women parliamentarians to the political game remain contested. The various arguments for the utility of quotas rest mainly on two underlying propositions. The first is that quotas, by bringing more women to the political sphere, promote the substantive representation of women's interests. The second is that quotas have a symbolic effect. They help demonstrate that women are fit and able to govern and so contribute to countering women's historical exclusion from politics.					
Politics & Gender	Gender Quotas and Ethnic Minority Representation: Swedish Evidence from a Longitudinal Mixed Methods Study	Olle Folke, Lenita Freidenwald e Johanna Rickne	Recent work has increasingly used institutional feminist theory to understand the intersectional impact of quotas, putting contextual factors at the center of the interpretations (Krook and Zetterberg 2014). It has been argued that three types of institutions are particularly important for the selection of political candidates: systemic institutions, practical institutions, and norms of representation (normative institutions) (Krook 2010). The impact of the quota will depend on other institutions that operate in the same context (see also Helmke and Levitsky 2004). The interaction of quotas with the institutional configuration may produce either a good fit or a conflict across systemic, practical, and normative institutions. Moreover, the quota can shape additional institutions or alter previous ones to affect the outcome. Following this theoretical work and its recent empirical applications, we formulate three hypotheses that correspond to the mixed predictions generated by the literature and that are conditional on the context of the case. First, we may expect a positive impact on the intersectional representation of both men and women if the quota alters norms on group representation in a way that favors polyethnic minorities (Araoujo and García	2015	Representação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			2006; Baldez 2006). The implementation of the new form of candidate selection—in this case, the zipper system—can also break down other practical institutions that constitute joint barriers for the representation of both groups, such as a strong reliance on party-internal networks for nominations (Dahlstedt 2004). Second, we may expect the quota to benefit the intersectional representation of women but impede the intersectional representation of men. This could occur if male party elites want to protect their access to electable positions on the ballot but also balance the party list with minority candidates. The result is a preference for minority women among the new “quota women” as a strategy to reduce the need for minority men (Celis et al. 2014; Hughes 2011; Reiser 2014; Tan 2014). Third, it is hypothesized that the quota will, at best, have a zero impact on the representation of both sexes. This is expected if minorities compete with each other for representation so that formalizing and essentializing one group interest can come at the expense of that of other groups (Reiser 2014). In other words, a gender quota that increases the salience of one minority can weaken the norms of representation for other minorities (Kenny and Mackay 2009; Thelen 2004).					
Politics & Gender	Quotas and Women's Substantive Representation: Evidence from a Content Analysis of Ugandan	Amanda Clayton, Cecilia Josefsson e Vibeke Wang	In this article, we integrate research on women's substantive representation with the rapidly growing body of research on gender quota effects to examine the ways in which quotas may mediate the relationship between the numbers of female officeholders—women's descriptive representation—and the articulation of women's interests—women's substantive representation—in the legislative process. Specifically, we investigate whether MP gender—what we label descriptive effects—and quota status—what we label	2017	Representação de Mulheres na Política	Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

	Plenary Debates		quota effects— impact the articulation of women's interests in plenary speeches. We do this through a dataset consisting of the near complete record of all plenary speeches in the Ugandan Parliament from 1998 to 2011.						
Politics & Gender	Peace Accords and the Adoption of Electoral Quotas for Women in the Developing World, 1990–2006	Miriam J. Anderson e Liam Swiss	The high percentage of women in Rwanda's parliament is well known. At 64%, it scores far above the world average of about 22% (IPU 2013). Rather than an anomaly, Rwanda is representative of many postconflict developing countries that feature women's political representation at above-average levels. A frequently identified correlate of this heightened representation has been the presence of electoral quotas for women (Bush 2011; Fallon, Swiss, and Viterna 2012; Paxton, Hughes, and Painter 2010). More generally, the role of societal rupture and transitions from conflict to peace or from authoritarianism to democracy have been a focus of gender and politics research in recent years (Fallon, Swiss, and Viterna 2012; Hughes 2007; 2009; Hughes and Paxton 2007; Viterna and Fallon 2008). Within such transitions, the role of women's participation has been identified as a key determinant of more beneficial posttransition outcomes for women (Viterna and Fallon 2008). Peace processes and the accords that they yield represent a mechanism through which transition and women's rights become linked and theoretically hold the potential to shape postconflict societies. However, the link between women's involvement in peace processes and the subsequent adoption of electoral quotas has not been explored. In this article, we seek to answer the question: What is the relationship between postconflict transition, peace processes, and quota adoption? To this end, we examine the role played by peace accords and, more specifically, accords with a focus on women's	2014	Participação de Mulheres na Política	Normativo/Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			rights in leading countries to adopt electoral quotas for women.						
Politics & Gender	Do Women Vote for Women Candidates? Attitudes toward Descriptive Representation and Voting Behavior in the 2010 British Election	Rosie Campbell e Oliver Heath	<p>A growing body of work on candidate traits shows that people with a given social characteristic tend to prefer candidates or leaders who share that characteristic (Campbell and Cowley 2014; Cutler 2002). However, the existing evidence for whether women vote for women is mixed. For example, Kathleen Dolan found that candidate sex was a driver of voting behavior for the U.S. House of Representatives in 1992, but not in 1994 or 1996 (Dolan 1998, 2001, 2004). Eric Smith and Richard Fox used pooled U.S. data from 1988 to 1992 and found that well-educated women were more inclined to support women candidates in House but not Senate races (Smith and Fox 2001), and others have found that women are more likely to vote for women candidates only when they are perceived as being pro-feminist (Plutzer and Zipp 1996). By contrast Fulton (2014) found that women are not more likely to vote for women candidates in the United States, but that male Independents are somewhat less likely to vote for them. Others have found little evidence whatsoever of an association between candidate gender and vote choice (McElroy and Marsh 2010).</p> <p>In this article we build on this emerging literature by examining the impact of candidate sex in the British context. We do so with reference to key theories about political representation (Pitkin 1967).</p>	2017	Eleição de Mulheres	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Category	Author(s)	Title	Year	Conceptualization		Conceptualization	Conceptualization
				Author(s)	Editor(s)		
Politics & Gender	Lindsey Meeks	Getting Personal: Effects of Twitter Personalization on Candidate Evaluations	2017	Eleição de Mulheres	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			whether women can advantageously reappropriate personalization.						
Politics & Gender	Votes forWomen: Electoral Systems and Support for Female Candidates	Sona N. Golder, Laura B. Stephens on, Karine Van der Straeten, André Blais, Damien Bol, Philipp Harfst e Jean-François Laslier	In this paper, we draw on an experiment conducted during the 2014 European Parliament (EP) elections to evaluate the effects of different proportional representation electoral systems. Participants in the experiment were given the opportunity to vote for real EP candidates in three different electoral systems: closed list, open list, and open list with panachage and cumulation. The candidates on the party lists were randomly chosen from the actual members sitting in the EP, and each participant faced a different ballot, though it was the same for each participant under the three voting rules. This experiment enables us to examine several different research questions: Do voters show a general reluctance to vote for female candidates, and, in particular, are parties hurt when they have more women on their lists? Do female candidates attract more votes under more open electoral rules? Do all voters react the same way to the openness of electoral rules, or do women and men react differently? Finally, how does ideology affect support for female candidates in each system? We use the experimental results to address each of these questions, enabling us to ascertain more precisely how electoral systems affect support for women candidates. First, we find that parties with a higher proportion of women on their lists are not penalized. Second, we find that voters are more likely to vote for women under more open electoral rules. This pattern holds for both male and female voters, though the propensity to vote for women is more pronounced for the latter. Interestingly, the effect of ideology seems to operate mainly through the gender composition of the different parties rather than any direct	2017	Eleição de Mulheres	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

			effect of ideology on a voter's propensity to vote for female candidates.						
Politics & Gender	Intersecting Identities, Divergent Views: Interpreting the Experiences of Women Politicians in the Pacific Islands	Jack Corbett e Asenati Liki	In this article we test this view by asking how women experience holding public office in the Pacific Islands. We identify two divergent narratives. The first aligns with the orthodox assumption where prevailing patriarchal norms stymie the influence of women MPs. In this narrative, gender provides a powerful explanation for why the experience of women MPs differs from their male counterparts. The second, however, is a counternarrative that defies the conventional feminist reading and instead posits that gender matters little once inside parliament. From this perspective, other identities, including those related to family, religion, and social status, assume greater prominence and help these women make sense of why their experiences are often similar to male MPs. To interpret this duality we employ the concept of "intersectionality" and argue that this theoretical lens provides for a more nuanced reading of gender and politics in the Pacific region.	2015	Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não
Politics & Gender	Irish Female Members of the European Parliament: Critical Actors for Women's Interests?	Pauline Cullen	This work contributes to gender and politics theorization of the factors that influence the capacity and intent of female politicians to act for women (Celis et al. 2014) and aims to broaden the theorization of how resources and opportunities shape female political agency to advance women's interests at the transnational level. It also adds to work on the EP as a context for the construction of women's interests and the pursuit of gender equality (Agustín 2012; Ahrens 2016). A better understanding of female political agency in the EP is relevant in the context of a decline in the EU's commitment to gender equality (Karamessini and Rubery 2013), an increased presence of right-wing politicians in	2018	Representação de Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

			the EP (Mushaben 2015), and the deleterious effect of austerity on gender equality in Irish society (Barry and Conroy 2014). Findings suggest that national political culture and party ideology are contextual factors that mediate female political agency for women's interests in the EP. Irish female MEPs do act for women in gendered forms of mobilization that follow broad EU frameworks that define women as mothers and workers. However, ideology and party political discipline, the pull toward local and national interests, and an absence of strong feminist agency work to diminish opportunities for female MEPs to act as critical actors and deliver critical acts on women's interests.					
Politics & Gender	Representation of Women in the Parliament of the Weimar Republic: Evidence from Roll Call Votes	Marc Debus e Martin Ejnar Hansen	In modern democracies, the representation of voter interests and preferences is primarily the job of political parties and their elected officials. These patterns can, however, change when the issues that are at stake concern the interests of social groups represented by all relevant parties of a political system. In this article we focus on the behavior of female MPs in the parliament of Weimar Germany and, thus, on a parliament where legislative party discipline was very high. On the basis of a dataset containing information on the legislative voting behavior of MPs, we show that gender, even when controlling for a battery of further theoretically derived explanatory factors, had a decisive impact on the MPs' voting behavior on a law proposal to curb the spread of sexually transmitted diseases.	2014	Representação de Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não

Politics & Gender	Encouragement is not Enough: Addressing Social and Structural Barriers to Female Recruitment	Kelly Dittmar	<p>Invite a woman to run for office. Based on findings that women are most responsive to and reliant on encouragement in making the decision to run for office, this invitation refrain is pervasive among those seeking greater gender parity in U.S. politics. For example, in 2007, the Women's Campaign Fund launched She Should Run, complete with an online tool that, to date, has been used to ask just under 200,000 women to run for office. In 2014, another organization, Vote Run Lead, adopted a similar strategy, launching Invitation Nation to send e-invitations to run to nearly 10,000 women within their first year of launching the project. My own organization, the Center for American Women and Politics (CAWP), has "invited" countless women to run for office through online communications, training programs, and recruitment campaigns and initiatives. While each of these organizations has also sought to provide potential women candidates with training, information, and resources to assist them throughout the recruitment process, our obsession with inviting can constrain a more complex and comprehensive approach to female candidate recruitment in both research and practice.</p> <p>In this contribution, I argue that female candidate recruitment takes place within gendered institutions and requires incentive, opportunity, and strategy on the part of both recruiters—including, but not limited to, political parties—and the recruited. Moreover, strategically minded recruitment to combat stagnation in women's representation requires strategically motivated research that grapples with the complexities of the environments in which recruitment and selection occur.</p>	2015	Eleição de Mulheres	Subjetivo/Institucional	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Não

Politics & Gender	Women's Rights in Germany: Generations and Gender Quotas	Christina Xydias	Although previous research shows compellingly that female officeholders engage in advocacy for women, measured in a range of ways, at greater rates than their male colleagues, studies have also shown that the content of this advocacy is highly varied (Celis 2006; Chattopadhyay and Duflo 2004; Reingold 2000). Further, identifying the factors that shape which legislators engage in which kind of advocacy is more complex than merely distinguishing between women and men or between feminist and traditionalist orientations. Many diverse voices engage in the substantive representation of women, which is broadly defined as all of the ways in which representatives "act for" women (Mansbridge 1999; Phillips 1995; Pitkin 1967).	2014	Representação de Mulheres na Política	Subjetivo/Normativo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Sim Autora: Sim	Conceito: Sim Autora: Não
Revista Brasileira de Ciência Política	Entre o altruísmo e o familialismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013)	Karolyne Romero e Celia Lessa Kerstenet	Com base no levantamento da iniciativa legislativa das parlamentares no Brasil entre os anos de 2003 e 2013, este artigo investiga a natureza da agenda política dessas mulheres, buscando observar se e em que medida elas concedem importância às políticas de conciliação entre a vida familiar e o trabalho. O artigo conclui que apesar da prioridade conferida a políticas de bem-estar social, as políticas família-trabalho não se destacam e quando advogadas o são principalmente com argumentos de natureza familialista. O território de interseção entre políticas de bem-estar social e de equidade de gênero parece amplamente descolonizado. Especulamos que a ínfima presença de mulheres no Congresso pode ser responsável por esse resultado. Mas não podemos descartar como explicações complementares normas tradicionais de gênero e um desconhecimento do potencial socialmente transformador dessas políticas por partidos de esquerda e movimentos de mulheres no país.	2015	Mulheres na Política	Subjetivo	Conceito: Sim Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não	Conceito: Não Autora: Não